

HISTÓRIAS DO BAÚ DO COLECCIONADOR



Eduardo Frederico Runte Junior

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este livro a minha esposa Maria Cristina Magalhães Runte, amor de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos Eli Rozendo Moreira dos Santos e Vitor Szejder que tiveram a bondade de ler, corrigir e sugerir melhorias para os textos. Deixo porém claro que eventuais erros que escaparam da correção, são de minha exclusiva responsabilidade.

Agradeço à estimada professora Janaina Perrayon, que muito me estimulou a escrever este livro e pela escrita de um bondoso prefácio para ele.

Durante minha vida conheci inúmeros colecionadores, compradores e vendedores de antiguidades, restauradores, encadernadores, artistas, livreiros, admiradores e outras pessoas ligadas ao ramo do colecionismo. Fiz amizade com inúmeros personagens deste universo particular e com eles muito aprendi e mais do que isso, passei horas de agradável e saudável entretenimento. Deixo a eles, meu agradecimento por estas felizes horas. Aproveito para mencionar que este texto é também um tributo à lembrança dessas pessoas, muitas das quais ainda no ramo e muitas que já partiram, todas elas importantes para a preservação do patrimônio histórico e artístico e da cultura. Entendo que este tributo se estende a todas as pessoas que conheci nesta atividade e não se restringe apenas às mencionadas.

PREFÁCIO

Já não é mais novidade para os pesquisadores em História que o século XX testemunhou a ampliação da noção de objeto e fonte histórica, consolidando a certeza de que aos historiadores interessa todo tipo de vestígio de atividade humana. Um documento nas mãos de um historiador pode se transformar em fonte preciosa para o entendimento do passado. Desse modo, o repertório de registros acerca do passado, cujo estatuto foi elevado à condição de documento, ultrapassou o escopo das chamadas fontes tradicionais, privilegiadas até então pelos historiadores. Fotografias, cartas, jornais, diários e utensílios domésticos, só para citar alguns exemplos, passam a ser considerados tão valiosos quanto os tradicionais documentos oficiais ou administrativos.

Neste livro, Eduardo Runte, ou Sr. Eduardo como me habituei a chamá-lo, disponibiliza de forma generosa uma vasta gama de documentos adquiridos no decorrer de um longo itinerário de colecionador, após anos de cuidadoso “garimpo” em feiras, leilões e antiquários. Na constituição de sua volumosa e rica coleção, é nítido o critério adotado para a aquisição de suas peças: a natureza histórica de cada uma delas. Talvez não por acaso, embora engenheiro de profissão, após extensa trajetória de vida, buscou nova formação universitária no curso de História, onde tive a oportunidade de conhecê-lo: ele na condição de aluno, apesar da vasta experiência de vida, e eu na condição de professora, a despeito da minha pouca idade. Após se formar novamente, agora como Licenciado em História, parece que o “vício” de colecionador continuou ecoando forte em sua alma. Neste trabalho o Sr. Eduardo nos presenteia com uma obra que reúne parte de sua coleção de documentos históricos, e faz isso de forma a organizá-los entremeando tanto a história que acompanha a aquisição de cada um deles, como também fazendo uma breve exposição sobre o contexto de sua produção e origem.

Não tenho dúvidas de que a paciência, o empenho e a erudição do Engenheiro-historiador-colecionador Eduardo Runte, colocados a serviço do público em geral nesse trabalho, servirão de inspiração e instrumento de consulta para aqueles que trabalham com a pesquisa histórica.

Janaina Perrayon

Historiadora, professora da Universidade Católica de Petrópolis, Doutoranda da UniRio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
Colecionismo	7
Modas	9
Autógrafos	10
E A RAINHA, MANDA OU NÃO MANDA?.....	12
O PRIMEIRO HASTEAMENTO DA BANDEIRA REPUBLICANA EM PETRÓPOLIS ...	17
Introdução.....	17
Os documentos	19
A Companhia Fábrica de Tecidos Petropolitana	22
A Comissão dos Festejos e Signatário do Convite	22
A Câmara Municipal de Petrópolis	24
As notícias da festa no jornal petropolitano MERCANTIL	26
Foi mesmo a primeira vez?.....	28
A Nova Bandeira do Brasil.....	30
O Positivismo	31
As Polêmicas Referentes à Nova Bandeira	32
O EX-LIBRIS DE KURT PROBER	36
Ex-libris	36
O colecionador e numismata Kurt Prober	38
Os Anuários do Museu Imperial.....	39
O ex-libris de Kurt Prober	40
UMA SURPRESA EMOCIONANTE	42
LEMBRANÇAS DE ERNST PAPF	51
Um pouco sobre Ernst Papf.....	51

A Figueira de Tiradentes	59
Árvores assassinas	60
Árvores sagradas.....	65
ASSIGNAT – O PAPEL MOEDA DA REVOLUÇÃO FRANCESA	72
O que eram os “assignats”?	76
Lembrando a Revolução Francesa.....	77
Notas à margem.....	79
O IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES	83
LIÇÕES E LEMBRANÇAS DO ANTIQUÁRIO PAULO AFFONSO DE CARVALHO MACHADO.....	92
UM MÓVEL GUARDA-LIVROS DE FABRICAÇÃO LEANDRO MARTINS E UMA BOA LIÇÃO	99
Leandro Martins	105
RARAS E ESTIMADAS.....	111
JENNY DREYFUS	114
Obras de Jenny Dreyfus.....	115
Pequena biografia de Jenny Dreyfus	116
Considerações finais.....	120
UM BILHETE DA CASA DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS DIAMANTES. TEJUCO, 1773	125
O Ciclo do Ouro	125
Entradas e Bandeiras	127
As Casas de Fundição.....	130
O Distrito Diamantino	134
O Bilhete da Casa de Administração Geral dos Diamantes	135
MEDALHA DE MATTO GROSSO.....	140
Recordando a Guerra do Paraguai e suas condecorações.....	141
As medalhas da Campanha do Paraguai.....	142

A Medalha de Matto Grosso.....	143
O Antiquário e Livraria La Redoute.....	145
UMA SINGULAR PARTIDA DO JOGO DE “PALITINHOS” OU UM AUTÓGRAFO DAS ARÁBIAS.....	150
Malba Tahan.....	151
Júlio César de Mello e Souza.....	153
O Professor Carlos Ferreira de Abreu.....	155
DUAS FOTOS DO POLÍTICO AARÃO STEINBRUCH.....	161
Carlos Coimbra da Luz.....	163
Aarão Steinbruch.....	170
Júlia Steinbruch.....	171
O avião da Varig.....	173
O NUMISMATA CÉSAR BULGARELLI.....	178
A Medalha da Inauguração da Sala Maria Pardos, do Museu Mariano Procópio.....	180
O artista gravador e escultor Jorge Soubre.....	182
A Medalha da Vitória da Primeira Guerra Mundial. Inter Aliada.....	187
O museu Mariano Procópio.....	194
A pintora Maria Pardos.....	195
VIVENDO E APRENDENDO OU QUEM NÃO ARRISCA, NÃO PETISCA.....	198

INTRODUÇÃO

Desde muito tempo, talvez uns quarenta anos, tenho o hábito, talvez mania, de colecionar antiguidades e particularmente documentos antigos. Para a maioria das pessoas que cultivam este “hobby”, a mera propriedade de uma peça ou documento antigo não é bastante. O colecionador quer saber mais: de quem é o monograma que está gravado em uma antigo prato de porcelana? Quem é o signatário de um antigo documento? Em que época viveu? Quem são os personagens que figuram naquela foto antiga? E assim por diante. Um prazer solitário, mas que nos confronta com um mar de histórias que nos apraz compartilhar com amigos de gostos semelhantes. Este é o objetivo deste livro: compartilhar histórias que encontrei ao adquirir e pesquisar documentos e objetos antigos, ciosamente guardados em meu baú.

Em outros escritos e pesquisas que fiz, coloquei uma introdução semelhante. É que em todos, o ponto de partida foi sempre o mesmo: uma peça ou conjunto delas, de minha coleção.

Neste livro contarei histórias de peças que encontrei e que me encantaram. Muitas me conduziram a interessantes estudos que conto agora. Outras não me levaram a nada. Em outras ainda, o grande prazer foi a busca da própria peça.

Algumas pesquisas levaram a escritos grandes, com 100 ou mais páginas e fiz ensaios específicos. As que aqui apresento são bem mais curtas, pequenos textos, memórias de eventos e estudos que me trouxeram grandes alegrias.

Colecionismo

Faço um parêntesis para comentar um pouco sobre este estranho hábito de colecionar, que têm algumas pessoas. É uma mania que normalmente vem desde a infância, onde algumas crianças já guardavam bolinhas de gude (será que ainda existem?), guardavam os carrinhos, ou as bonecas, moedas, selos, figurinhas e tudo o mais. Ao crescerem, começam a guardar outras coisas e os objetos de seu interesse variam de acordo com suas posses e sua disponibilidade de espaço.

Existem colecionadores de tudo: de carros antigos, de pintura, de porcelanas, marfins, relógios de parede e de pulso, cartões postais, selos, moedas e coleções exóticas como

invólucros de cigarros, latas de biscoito, ex-libris, “bolachas” de chopp, guardanapos de bares, garrafas de whisky e de cachaça, etc. É inacreditável o número de tipos de objetos colecionáveis; certa vez, pediram a um conhecido colecionador, o Dr. Pedroso ¹, que relacionasse suas coleções e ele encheu quase duas folhas somente com a lista de títulos de coleções, e no fim disse: só não coleciono moedas e selos.

O que leva um indivíduo a colecionar? Tenho conversado com diversos colecionadores e, sobretudo, me auto analisado e concluí que as motivações são várias: existe a vaidade de ter objetos que poucos possuem, existe a satisfação do desejo de posse, a compulsão de completar uma determinada série de objetos, e, em alguns casos, a avareza de possuir coisas de valor etc. Além desses fatores, em geral o colecionador tem um interesse em conhecer e mesmo estudar o objeto de sua coleção; assim um colecionador de pintura normalmente estuda e conhece os estilos de pintura, os pintores, suas vidas, o tema de suas obras, onde viveram, e tudo mais. Muitos colecionadores de móveis além de entenderem de seus estilos, muitas vezes se tornam exímios conhecedores das técnicas de sua fabricação, das madeiras usadas, dos fabricantes dos móveis e assim por diante.

Outros, e são muitos, colecionam por saudosismo, querem encontrar objetos semelhantes aos de sua infância ou juventude ou dos quais ouviam seus pais falarem. Assim temos colecionadores de brinquedos, de carrinhos, de bonecas, livros infantis, etc. Conheci uma vez um senhor que me disse que comprava qualquer coisa “coleccionável” desde que fosse brasileira e fabricada após o ano de seu nascimento. Outros agem como verdadeiros caçadores que passam anos à procura de um determinado objeto que pode ser um livro, uma obra de determinado autor ou mesmo uma simples “figurinha” de um álbum. Tenho um amigo que há anos procura um “relógio” de bonde, nos quais o cobrador registrava as

¹ O Dr. Pedroso era médico, no Rio de Janeiro. Uma excelente pessoa. Faleceu em 2007. Na Associação Filatélica e Numismática de Brasília era conhecido como o “médico das 1001 coleções”. Eu o conheci na Feira de Antiguidades da Praça Marechal Âncora, ao lado do Restaurante Albamar, no Rio de Janeiro. O Dr. Pedroso era muito cordial e sempre estava disposto a dar uma explicação ou uma orientação a quem lhe perguntasse qualquer coisa que dissesse respeito a coleções. Baixo, magrinho, sempre muito corado e ativo, comumente trajando terno, era visto em feiras de antiguidades, brechós, leilões de arte e demais locais onde se reuniam colecionadores.

passagens pagas, e que emitiam um som característico para que todos, inclusive o motorneiro², pudessem saber que as passagens estavam sendo registradas.

No meu caso, me encantam os papéis antigos, as fotografias, os recibos, os cadernos escolares, os autógrafos, os diplomas de mérito, os documentos assinados pelos presidentes e ministros do passado. Ao adquirir uma peça, o interessante é o estudo que dela se faz e de seu contexto. Ao encontrar um documento com as armas da república, oriundo da presidência do Brasil, cabe logo estudar quem foi o presidente que o assinou, qual foi o ministro que o subscreveu, quais suas biografias, em que época governaram. Quando encontro uma foto de um jantar, me vem logo à mente descobrir quem eram os personagens, o que comemoravam, quando e onde foi o evento. Voltando ao Dr. Pedroso: disse-me ele uma vez que, como colecionava “estampas Eucalol”, que faziam a alegria dos colecionadores da década de 50, e até hoje tem quem as colecionem, procurou conhecer os desenhistas das ditas estampas e os desenhos originais. É claro que conseguiu encontrar alguns desenhistas e comprar alguns desenhos e iniciou assim uma nova coleção.

Defendo e sempre que possível divulgo o hábito de colecionar. Muitos dos objetos que hoje são lúdica e inocentemente guardados, serão peças dos museus do futuro, e encantarão as próximas gerações.

Modas

Como muitas das atividades humanas, as coleções são também objeto de “moda”. Em algumas épocas, foi moda colecionar lápis com logomarcas, ou como eram chamados, lápis de propaganda, em outras, caixas de fósforo com logomarcas, cromos (as famosas figurinhas) coladas em álbuns, guardanapos de papel, papéis de carta, cartões postais, cartões telefônicos, etc. Foram modas que vieram e se foram diversas vezes e algumas possivelmente voltarão, para o prazer e alegria dos novos colecionadores. Surgirão outras novas modas e muitos nela se engajarão.

² Motorneiro, termo hoje em desuso e já pouco conhecido, era o homem que dirigia o bonde.

Interessante é o fato de que alguns objetos foram colecionados no passado e anos depois, eu diria décadas depois, ainda são saudosamente perseguidos, e menciono aqui as famosas estampas Eucalol e as fichas de ônibus.

Existem as chamadas coleções clássicas, que nunca caem de moda. Tratam de objetos que são guardados cuidadosamente há anos e sobre os quais existem catálogos, publicações, associações de aficionados, etc, que deles fornecem informações, preços e artigos “técnicos”. Sempre existe gente que os estejam colecionando. Sempre aparecem em leilões e são disponíveis nos antiquários e galerias de arte. Vou mencionar algumas: moedas (coleccionadas há séculos), selos, porcelanas artísticas e históricas, pinturas, esculturas, móveis, primeiras edições de livros. Desses itens, existe farta literatura e catálogos e é grande o número de interessados em sua compra e venda e pessoas chamadas “do ramo”, que são os peritos, comerciantes, produtores de artigos para os colecionadores, fornecedores de materiais de restauração e manuseio, tais como ceras para preservação, álbuns, classificadores, envelopes e caixas para a correta guarda de peças, pinças e luvas, suportes para exposição, e tantas outras coisas.

Autógrafos

Uma coleção também bastante antiga e com muitos adeptos é a de autógrafos. Há muitos anos que pessoas se interessam pela guarda de cartas, documentos, livros com assinaturas de pessoas famosas. Retratos de artistas com uma dedicatória e a respectiva assinatura são objetos de desejo de inúmeros colecionadores. Documentos assinados por políticos, especialmente se foram reis, nobres, presidentes, ministros, têm um público garantido.

Os colecionadores de autógrafos costumam ter aquelas características às quais me referi anteriormente: gostam de saber que têm objetos que são pouco comuns ou mesmo raros, gostam de exibi-los, sobretudo aos amigos também colecionadores.

Entretanto, como minha amiga, a psicóloga Lucimar da Rocha Cordeiro, me explicou, é possível que, de modo semelhante a alguns índios antropófagos que acreditavam que ao comer a carne de um guerreiro inimigo absorviam um pouco de suas qualidades, um colecionador ao possuir um objeto pessoal, uma carta, um autógrafo, etc, de um uma pessoa

importante, ele absorve também algumas características daquela pessoa. Claro está que esta ideia se passa no inconsciente, sem que a pessoa dela se dê conta. Outra explicação para a popularidade dos autógrafos relaciona-se às atitudes comuns dos fãs, que sempre perseguem seus ídolos para conseguir um autógrafo e depois os guardam por anos e daí surgem as coleções.

Uma observação que faço é que a maioria dos colecionadores de autógrafos não se limita apenas a querer ter uma simples assinatura sobre uma folha de papel; eles apreciam também o “suporte” da assinatura, ou seja: onde está o autógrafo e em que condições ele foi concedido. Assim, uma assinatura de um artista sobre uma sua fotografia, com uma dedicatória e a data é muito mais estimada e valiosa que sua simples assinatura em um caderno ou em uma folha de papel qualquer. Do mesmo modo, uma carta assinada por um militar, em papel timbrado, tratando de assuntos referentes a uma batalha da qual participou é seguramente mais importante e desejada que esta mesma assinatura em um documento trivial de uma promoção concedida ou num recibo comum.

Outra lição importante que tive sobre autógrafos me foi dada pela Sra. Ana Maria, proprietária da livraria antiquária Sebo Fino³. Explicou-me ela que nem sempre um “autógrafo” tem a assinatura do autor do escrito; por vezes o documento não está assinado mas existe a certeza e a comprovação de sua autoria; este documento, para os colecionadores é um autógrafo.

³ O Sebo Fino é uma livraria antiquária existente há cerca de 30 anos, aqui mesmo em Petrópolis, especializada em livros raros, particularmente “brasileira”, livros que tratam do Brasil, mesmo que em outros idiomas que não o português. Muito aprendi sobre livros e documentos com a proprietária daquela livraria, a Sra. Ana Maria Bocayuva de Miranda Jordão, profunda conhecedora de livros e de história, notadamente do período colonial, sempre disposta a fornecer informações e conselhos sobre aquisições e cuidados com livros e documentos. No Sebo Fino comprei os primeiros documentos de minha coleção.

E A RAINHA, MANDA OU NÃO MANDA?

Nas décadas de 1970/80 havia um determinado apresentador de programas de entretenimento na televisão, que até hoje é conhecido e lembrado. Foi o saudoso Abelardo “Chacrinha” Barbosa. Durante seu programa muito doido das tardes de domingo, ele voltava-se para o público e sem razão aparente perguntava: “E o Mandarim manda ou não manda?”⁴ E isto era motivo de muitas e alegres risadas.

Porque estou me lembrando disto? Ao longo deste ensaio vocês entenderão, e compreenderão o porquê da paródia do título.

Certa feita, cerca de trinta anos atrás, comprei um interessante documento na Livraria Antiquário Sebo Fino. Tratava-se de um Alvará impresso de 1794. Era uma ordem da Rainha D. Maria I ⁵, determinando a elaboração de um livro para orientar a fabricação de remédios nas “boticas do meu reino”, a fiscalização do preparo de remédios, etc. Seria a “pharmacopeia”.

Modernamente os processos industriais e mesmo os de execução de serviços seguem as orientações do GQT (gestão pela qualidade total) e das metodologias de empresas certificadoras como, por exemplo, a ISO. Quais as regras básicas desses métodos? Um grupo de peritos descreve o processo e procedimentos de execução, os executantes do processo se comprometem a segui-lo à risca, os treinamentos são feitos à luz dos procedimentos escritos e finalmente existem auditorias para certificar a fiel utilização dos procedimentos e, quando for o caso, propor melhorias. Este é, em linhas mestras, o resumo dos métodos de certificação de processos. O interessante é que a rainha D. Maria I, em 1794, já adotava os mesmos princípios de aprimoramento e de garantia de qualidade que usamos hoje.

⁴ Chacrinha tinha muitas frases ou palavras que dizia em seu programa: menciono o chamamento que ele sempre fazia: “Teresiiiiinha!”, ou então a pergunta: “você querem bacalhau?”. Alegres bobagens de um mundo que passou. Ele “inventou” as famosas “chacretes”. É dele a famosa e acertada frase: “em televisão nada se cria, tudo se copia”.

⁵ Na realidade o documento foi assinado pelo Príncipe Regente D. João, filho de Dona Maria I. A Rainha tinha apresentado demência por volta de 1792 e D. João assumiu a Regência, embora os atos administrativos fossem sancionados em nome da Rainha.

Foi então que começou para mim um período de buscas que levou pelo menos uns 10 anos. Quis saber se a tal farmacopeia havia sido escrita, ou seja, parafraseando Chacrinha: “A Rainha manda ou não manda?”.

Depois de procurar em dezenas de livrarias “sebo”, feiras de livros usados, etc, um dia entrei na livraria Padrão, do saudoso Sr. Simões, e lhe perguntei se podia ver os livros antigos. Ele aquiesceu e me indicou o sótão, onde ficavam as “preciosidades”. E ali encontrei o procurado exemplar da Farmacopeia. Eram dois tomos encadernados juntos. Estava em perfeito estado, com exceção da capa. Levei o exemplar para meu encadernador, o Sr. Izaias Fernandes Ruiz⁶, que colocou uma nova encadernação, como deveria ter sido a original, preservando um fragmento com o título na lombada. Era uma edição da Regia Officina Typografica”, de 1794.

Assim terminou uma demorada busca. Consegui o livro, em boas condições, ao preço justo e pude concluir: “A Rainha mandava”.

Uma vez, estando em Lisboa, entrei no Museu da Farmácia e para minha satisfação e orgulho encontrei um exemplar da Pharmacopeia, em exibição em uma vitrine. Valeu a busca.

Bibliografia

Alvará da Rainha D. Maria I, assinado pelo Príncipe [D. João].

⁶ O Sr. Izaias, um espanhol, era uma pessoa fantástica. Estudou técnicas de encadernação, na Espanha, em um curso de sete anos. Disse-me ele, com aquele constante entusiasmo, ter encadernado livros para a biblioteca do Vaticano. Reverentemente dizia que as encadernações para o Papa eram sempre a pleno “chagrin” branco e inscrições em dourado (com folhas de ouro puro) e se houvesse fechos, estes seriam sempre em ouro. O chagrin é um couro granulado, macio, de cabra, excelente para encadernações. Suas encadernações seguiam técnicas antigas; os “ferros” das douraões eram feitos por ele manualmente, o brilho dos couros atnados eram feitos com clara de ovo e “abertos” pela cuidadosa e persistente fricção com pedra ágata. Falava de papéis, couros, douraões com os olhos brilhantes de prazer. Sinto saudades de sua conversa agradável, interessante e instrutiva. Morava no Rio de Janeiro, no Engenho Novo e sua oficina de encadernação era na própria residência, em um cômodo próprio. Um dia mudou-se do Rio para a Bahia e nunca mais o vi. Já não andava bem de saúde. O Sr. Izaias me foi apresentado pela Sra. Ana Maria, do Sebo Fino, sobre a qual falei em nota anterior.



I U A RAINHA Faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo-me presente a desordem, com que nas Boticas de Meus Reinos, e Dominios se fazem as preparações, e composições, por falta de huma Pharmacopeia, que sirva para regular a necessaria uniformidade das ditas preparações, e composições; sendo certo, que sem que haja esta uniformidade, he impossivel que a Medicina se pratique sem riscos da vida, e saude de Meus Fieis Vassallos, deixando-se á vontade, e capricho de cada hum dos Boticarios adoptar differentes methodos de compôr, e preparar os remedios de toda, e qualquer Pharmacopeia, ou ella seja de Universidades, Collegios Medicos, ou de Pessoas particulares: Fui servida mandar fazer, e publicar a Pharmacopeia Geral para o Reino, e Dominios de Portugal, para servir de Regra aos Boticarios, e Determinar a este respeito o seguinte.

I. Que esta mesma Pharmacopeia seja para instrucção de todos os que aprenderem a Arte Pharmaceutica, dos quaes nenhum poderá examinar-se, depois do tempo competente de prática, sem que seja segundo os Elementos de Pharmacia, e segundo o methodo de preparar, e compôr cada hum dos Medicamentos conteúdos na dita Pharmacopeia Geral, mostrando hum perfeito conhecimento de huma, e outra cousa, assim como dos simples, pelo modo, que nella se descrevem.

II. Todos os Boticarios serão obrigados a ter hum Exemplar da Pharmacopeia Geral, o qual deveráo apresentar tanto nas Visitas Geraes, como nas Particulares, debaixo das penas, que em outro lugar Sou servida declarar; e este Exemplar para ter validade, será assignado pelo primeiro Medico da Minha Real Camara, com a declaração do nome do Boticario, a quem pertença, Terra, e Comarca da sua habitação; havendo-se por nullos todos os Exemplares, que sem estas declarações forem achados. E Determino, que seja este sempre hum dos

PHARMACOPEIA
GERAL
PARA O REINO, E DOMINIOS
DE
PORTUGAL,
PUBLICADA POR ORDEM
DA
RAINHA FIDELISSIMA
D. MARIA I.

TOMO I.
ELEMENTOS DE PHARMACIA.



LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO M. DCC. XCIV.

Jose Manoel Chaves
8794



Dona Maria I, gravura a buril de Manuel da Silva Godinho, 1789.

Dona Maria I, (Lisboa, 1734; Rio de Janeiro, 1816), conhecida por D. Maria I, a Louca, foi Rainha de Portugal e Algarves, de 1777 até sua morte e também Rainha do Brasil a partir de 1815.

Dom João, seu filho mais velho, foi Regente durante sua doença.

Dona Maria era a filha mais velha do Rei Dom José I.

Casou com o tio, Dom Pedro de Bragança, que subiu ao trono como Dom Pedro III, co-Monarca. Tiveram quatro filhos. Pedro III faleceu em 1786.

O PRIMEIRO HASTEAMENTO DA BANDEIRA REPUBLICANA EM PETRÓPOLIS

Introdução

A aventura do colecionismo me traz muita diversão e asas soltas à curiosidade. E creio serem estas algumas das motivações destes excêntricos tipos denominados *coleccionadores*. Vou dar um exemplo: na semana passada comprei na “feira de antiguidades”, daqui mesmo de Petrópolis, um antigo Passaporte. Era passaporte alemão, datado de 1941, emitido para o senhor Georg Schmidt, que veio para o Rio de Janeiro. Pela ausência de outros carimbos, parece-me que Herr Schmidt não mais retornou à Alemanha. Então surgem a curiosidade e as perguntas: como o nosso amigo veio para o Brasil?; por quê?; estava fugindo da guerra?; teria sido um comerciante?; trouxe ou criou família no Brasil? Em suma, um pequeno fragmento do passado pode nos trazer um mar de perguntas, e de diversão na tentativa de elucidá-las. É um quebra-cabeça, uma charada.

A quem pode interessar isto? A princípio ao amante do insólito, do curioso, do miúdo, e é claro, ao próprio colecionador, que quer saber o que tem nas mãos e o que representou. Houve um tempo em que este tipo de assunto era classificado genericamente como a chamada “cultura inútil”. Sempre fui contra essa denominação, pois sempre cri que a cultura é no mínimo prazenteira para quem a possui. O que pode ser mais útil do que o que dá prazer?

Mas o assunto sobre o qual pretendo escrever nada tem a ver com o passaporte do senhor Schmidt; trata-se de outro documento que também adquiri na mesma feirinha da “Praça da Águia”, nome usado pelos antigos moradores de Petrópolis, que não se lembram do nome da praça e ainda a chamam, também, de Praça da Prefeitura.

Para os que não conhecem a praça e a feirinha, segue uma foto das mesmas. É ali que se reúnem aos domingos alguns desses curiosos seres colecionadores.



**Feirinha de antiguidades de Petrópolis
Aos domingos, na “Praça da Águia”**

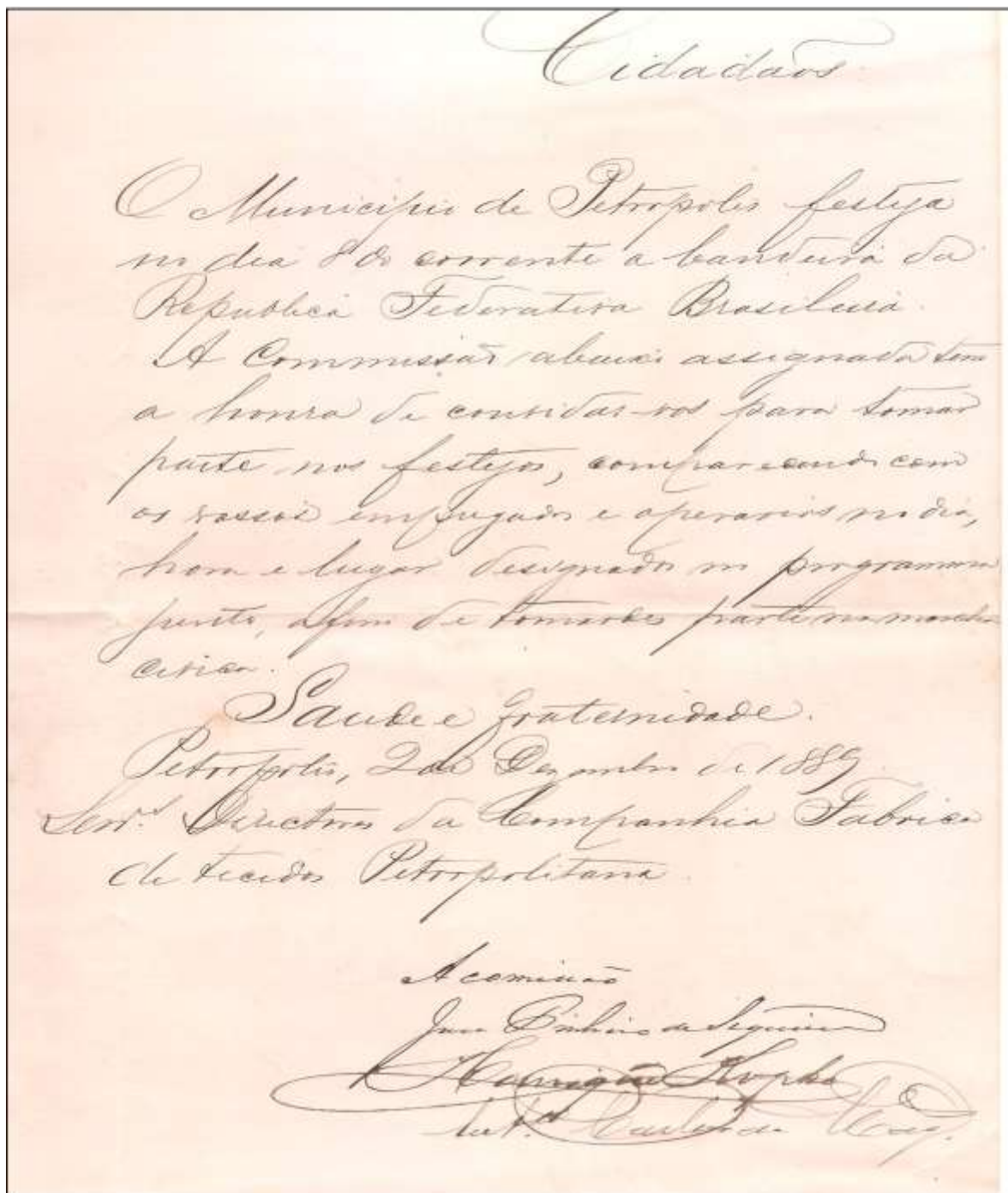
Mas vamos ao documento: na realidade são dois documentos, um deles um “convite” endereçado aos diretores da Companhia Petropolitana, extensivo aos *empregados e operários*, e outro o programa de uma festa, ou solenidade, onde pela primeira vez se hastearia em prédio oficial, em solo petropolitano, a nova bandeira do Brasil, criada após a Proclamação da República. Cumpre esclarecer que tão logo foi a República proclamada, foi o pavilhão imperial substituído por outro, de efêmera duração, que vigeu apenas do dia 15 de novembro até o dia 19 do mesmo mês. Nessa última data foi decretado o uso de uma nova bandeira, que, com pequenas modificações, é a que usamos. O país já tinha uma nova bandeira em apenas quatro dias passados da proclamação da República. O segundo documento era um impresso apresentando a programação da solenidade.

Ao ver os documentos, de imediato comecei a pensar: como terá sido a festa? Afinal Petrópolis convivia de perto e longamente com a Família Imperial; quem seriam os componentes da Comissão que estava planejando a solenidade do hasteamento, e, o que levou a nossa bandeira a ter o desenho que tem?

A programação do evento é interessante. Por ela podemos vislumbrar como eram as festas cívicas de um passado de mais de 100 anos em Petrópolis.

Os documentos

Convite aos “Cidadãos” dirigido aos diretores da Companhia Fábrica de Tecidos Petropolitana, extensiva aos empregados e operários afim de tomarem parte na marcha cívica, conforme programa anexo.



Programação da Festa Popular, em saudação à bandeira da República, que “pela primeira vez será arvorada no edificio da câmara municipal”.

Como o programa tem o formato muito comprido ele segue dividido em duas partes, a primeira está abaixo e a segunda, na página seguinte.

FESTA POPULAR

EM

Saudação á bandeira da Republica

No dia 8 do corrente, se o tempo permittir, festejar-se-ha a bandeira da Republica, que pela primeira vez será arvorada no edificio da camara municipal.

No referido dia, ás seis horas da manhã, uma gyrandola dará, da frente da casa da camara, o signal dos festejos, que serão os seguintes :

A's quatro horas da tarde se fará a marcha civica.

Compôr-se-ha esta de um carro triumphal puxado a seis cavallos brancos, no qual será levada a bandeira, por seis meninas, vestidas de branco, trazendo á cabeça o barrete phrygio ; de todas as corporações publicas e particulares, civis e militares, dos funcionarios publicos ; e de todas as pessoas que quizerem formar parte do prestito, de pé, de carro ou a cavallo.

Benzer-se-ha solememente a bandeira na matriz desta cidade, servindo de padrinhos o juiz de direito da comarca e o presidente da camara.

A' noute haverá bailes populares, com entrada livre, no salão da camara municipal e em outros da cidade.

A rua e bacia dos canaes em frente á camara municipal serão illuminadas *a giorno*.

Serão do mesmo modo illuminados todos os edificios publicos.

DISPOSIÇÕES E ORDEM DA FESTA :

Programação da Festa Popular. Segundo trecho.

DISPOSIÇÕES E ORDEM DA FESTA :

A's quatro horas da tarde deverão achar-se na casa da camara municipal :

- 1.º — O presidente, vereadores, secretario e empregados.
- 2.º — As autoridades civis e militares.
- 3.º — Os funcionarios de todas as repartições publicas.
- 4.º — As meninas que devem carregar a bandeira.

A' porta da casa da camara estará o carro triumphal, escoltado por seis praças de cavallaria.

Em frente do carro formarão os collegios publicos e particulares de ambos os sexos.

Atraz do carro formarão as corporações particulares e pessoas que quizerem tomar parte no prestito em primeiro lugar os de pé, em segundo os a cavallo, e em terceiro os de carro.

As bandas de musica que se apresentarem collocar-se-hão : uma á frente do prestito, outra logo adiante do carro, e outra atraz do prestito.

A bandeira da Republica Federativa do Brazil é gentilmente offerecida ao municipio pelo Club Republicano desta cidade.

O presidente da camara, recebendo a bandeira, a entregará ás meninas, que a deverão levar, e estas tomarão lugar no carro triumphal.

As autoridades e funcionarios publicos acompanharão o carro de ambos os lados d'elle.

Os padrinhos da bandeira tomarão lugar em um carro especial, que acompanhará o carro triumphal.

O prestito, que deverá achar-se já formado, seguirá pela rua 15 de Novembro (antiga do Imperador), voltará pelo lado opposto, atravessando a ponte junto á praça do Visconde do Rio-Branco, e se dirigirá á igreja matriz, onde se fará a benção solemne da bandeira.

Depois da benção da bandeira, seguirá o prestito pelas ruas 7 de Setembro (antiga da Imperatriz), Silva Xavier (antiga D. Maria II), 28 de Setembro (antiga D. Affonso), do Cruzeiro (antiga de Bourbon) e 15 de Novembro, até á casa da camara, á qual se recolherá.

Recolhida a bandeira, collocar-se-ha debaixo do docel armado no topo do salão: á direita e á esquerda do docel tomarão lugar os funcionarios publicos.

As corporações e pessoas do povo tomarão lugar na outra extremidade do salão.

A bandeira será então saudada pelas pessoas que quizerem fazel-o.

Feitas as saudações, o presidente da camara, em nome do municipio, fará içar a bandeira no mastro respectivo, e de uma das janellas da casa declarará solemnemente arvorada neste municipio a bandeira da Republica dos Estados-Unidos do Brazil.

Esta declaração será logo saudada com salvas e gyrandolas.

A COMMISSÃO

JOSÉ PINHEIRO DE SIQUEIRA.

HENRIQUE KOPKE.

Ant. C. de Albuquerque

A Companhia Fábrica de Tecidos Petropolitana

Essa importante fábrica teve seu funcionamento autorizado pelo Imperador em 17 de setembro de 1873. Localizada no Bairro de Cascatinha, atraiu grandes levas de imigrantes italianos que naquele bairro se fixaram. Foi inaugurada em 19 de setembro de 1873, por Bernardo Caimari, um cubano que veio para Petrópolis em tratamento de saúde e resolveu por aqui ficar e investir seu dinheiro. Para acomodar os imigrantes, a Companhia construiu as primeiras casas, que deram origem à vila operária da fábrica.

Possivelmente a maior indústria de Petrópolis na época, seria esperado que os diretores da Petropolitana fossem convidados para um evento dessa significação.

A Comissão dos Festejos e Signatário do Convite

Busquei encontrar a nomeação da Comissão dos festejos à nova bandeira e signatária do convite feito à Petropolitana e não encontrei. Pesquisei no jornal petropolitano Mercantil e nas Atas da Câmara Municipal. Entretanto, encontrei referências interessantes relativas ao tema, e que passo a mostrar:

Na Ata referente à 16ª Sessão Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 1889, presidida pelo vereador Domingos Manuel Dias, secretariada por Manuel José Moreira Guimarães, e sendo presentes os vereadores Ricardo Narciso da Fonseca, José Ferreira da Paixão, Plácido Viard e Henrique Raeder, a Comissão apresentou informações conforme a transcrição de trecho da Ata, abaixo:

“Comparecendo na sala das sessões uma comissão composta dos cidadãos dr. Henrique Kopke, major José Pinheiro de Siqueira e Antônio Carlos de Magalhães, e pedindo licença para expor o fim de sua presença na ocasião em que a Câmara se achava em sessão, o presidente convidou a comissão a tomar assento e a declarar o fim de sua visita. A referida comissão disse então que, encarregada de agenciar donativos para os festejos populares que terão lugar no próximo dia 8, dia em que será arvorada no edifício da Câmara a bandeira da República Brasileira, vinha convidar a mesma Câmara não só a tomar

parte nesses festejos, como a concorrer com seu contingente. Consultada a Câmara e sem a menor discussão, ela aceita o convite, observando o presidente que devia se oficialiar ao governo do estado, pedindo autorização para os gastos que a Câmara tenha de fazer, como sejam fogos, lampiões, bandeiras e outros que por ventura possam fazer-se, que pedindo a Câmara essa autorização, consultasse ao cidadão governador que, digo, se podia ser esse dispêndio feito com os saldos as verbas de despesa. Aprovada a observação do presidente, é redigido o ofício e assinado pelos vereadores.”

Na Ata da 18ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, realizada no dia 11 de dezembro de 1889, encontramos a comprovação da origem da nova bandeira, que foi hasteada em 8 de dezembro, e transcrevo o trecho da Ata:

“Aprovada a ata da sessão passada, lida pelo secretário, foi presente à Câmara um ofício do dr. José Tomás da Porciúncula, datado de 7 do corrente, comunicando, na qualidade de presidente da comissão executiva do Clube Republicano de Petrópolis que, no dia seguinte, 8, às 4 horas da tarde, compareceria o referido clube no edifício desta Câmara, a fim de entregar à municipalidade, a quem ofertaria, uma bandeira da República dos Estados Unidos do Brasil.

O presidente declara à Câmara que, como é sabido, tiveram lugar os festejos anunciados para o dia 8, tendo os mesmos corrido na maior ordem e tranquilidade. Que, à hora marcada, compareceu o referido clube, trazendo a bandeira, que, entregue a ele, presidente, foi por este dada a seis meninas, que, em triunfo com ela, se dirigiram de carro e com grande acompanhamento até a matriz, onde procedeu-se à cerimônia da benção, havendo depois o passeio pelas ruas da cidade. Disse mais o presidente que a cidade de Petrópolis foi honrada com a visita do distinto governador do estado, que expressamente veio assistir a nossa festa, acompanhado do digno chefe de polícia, do oficial do gabinete e do ajudante de ordens. Inteirada a Câmara, deliberou que se oficiasse ao dr. Porciúncula, manifestando seu elevado agradecimento por tão valiosa quão patriótica oferta da bandeira, que tem de ser

colocada na sala de suas sessões. Que, oficiando-se àquele cidadão, fosse-lhe pedido que transmitisse ao Clube Republicano a expressão desse seu agradecimento.”

Quanto aos componentes da Comissão, pesquisando-se no Mercantil, constatamos que se tratava de pessoas importantes na Cidade e passo a mostrar algumas de suas atividades:

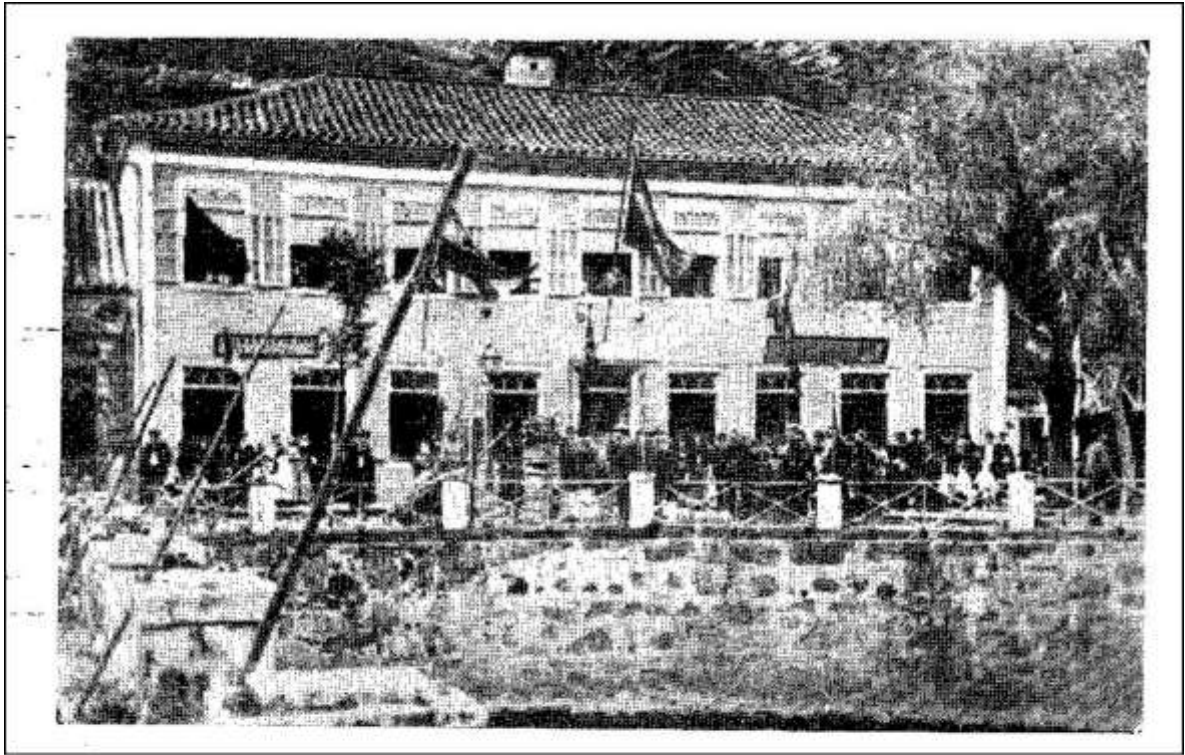
Henrique Kopke: fundador do Colégio Kopke, advogado e professor, juiz municipal e de órfãos, juiz de paz, tabelião, foi vereador municipal.

Major José Pinheiro de Siqueira: militar, juiz municipal e de órfãos, juiz de paz, delegado de polícia, presidente da Sociedade Prado Vila Teresa, intendente da Intendência Municipal, foi vereador municipal.

Antônio Carlos de Magalhães: juiz de paz. Vice presidente da Sociedade Prado Vila Teresa, procurador da Câmara Municipal, foi vereador.

A Câmara Municipal de Petrópolis

Na ocasião da festa, em 1889, a Câmara Municipal funcionava em um prédio da Av. 15 de Novembro, número 52 (antiga e atual Rua do Imperador).



Prédio da Rua do Imperador em cujo sobrado funcionou a Câmara, a partir de 1878.

A Câmara estava em sua 9ª legislatura, iniciada em 1887 e que deveria terminar em 1890. Com a proclamação da República essa legislatura foi interrompida, embora suas reuniões tenham continuado normalmente até 31 de dezembro. Cumpre esclarecer que na época não havia o “executivo” municipal nem, portanto, o cargo de prefeito; suas funções eram exercidas pelo Presidente da Câmara. O cargo de Presidente da Câmara era exercido por um dos vereadores eleito dentre seus pares, por um ano. Esse cargo, em 1889, era ocupado por Domingos Manuel Dias, que foi o último presidente no período monárquico. Em 15 de novembro de 1889, Domingos Dias arriou pela última vez o pavilhão da monarquia na Câmara.

A Câmara foi dissolvida pelo Decreto Estadual de número 33, de 4 de janeiro de 1890. O poder foi passado ao “Conselho de Intendência”, nomeado pelo Presidente do Estado. O primeiro Conselho de Intendência era composto por Hermogênio Pereira da Silva

(presidente), Bernardo Xavier Rebelo de Faria, Gabriel Pereira Bastos, Francisco da Cunha e Souza, Major José Pinheiro de Siqueira, Joaquim Pacheco e José Tavares Guerra.⁷

As notícias da festa no jornal petropolitano MERCANTIL

O jornal MERCANTIL noticiou amplamente a festa, como vemos a seguir em recortes de exemplares de datas próximas.

No exemplar de número 94, de 7 de dezembro de 1889, em sua primeira página, o jornal MERCANTIL noticiava a festa a ser realizada no dia seguinte, um domingo.



No mesmo exemplar, na segunda página aparece a programação da festa, idêntica ao convite que mostramos, e também um Edital, convidando os moradores a enfeitarem a frente de seus prédios, no dia da festa. Abaixo o Edital.

⁷ Fonte: Artigo: Recuperação da Memória Histórica do Legislativo Petropolitano. Pesquisa elaborada em 2003 e 2004 sob a coordenação da Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Petrópolis.

EDITAES

A Camara Municipal convida os moradores desta cidade a embandeirarem e illuminarem a frente de seus predios na noite de 8 do corrente, dia em que será arvorada no edificio da mesma camara a bandeira da Republica, precedendo a esse acto a benção na igreja matriz.

A' noite haverá nos salões do costume bailes gratuitos.

Petropolis, 3 de Dezembro de 1889.— O secretario, *Manoel José Moreira Guimarães.*

No exemplar número 95, de 11 de dezembro, vemos diversas notícias sobre a festa. Na primeira folha do jornal temos grande alegoria à Republica e à festa que ocorreu.

MERCANTIL

Proprietarios = Sudré & C.
Publica-se ás quartas-feiras e sabbados (não sendo santificado o dia antecedente)

ANNO XXXIII PETROPOLIS. — QUARTA-FEIRA 11 DE DEZEMBRO DE 1889 N. 95

CORRESPONDENCIA EXPLORADORA
Paris, 9 de dezembro de 1889

A exposição universal internacional de commercio da communa da republica franceza está encerrada.

E a multidão interrogada de festas brilhantissimas que se seguirão esse anno inteiro, durante os quaes ella estiver patenta aos olhos aifantes de ambos meios, a ultima foi talvez a mais gloriosa.

Gracas a um tempo solenne, uma multidão immensa invadiu todas as aldeas, todos os parthões do Campo de Marte, do Trocadero, da esplanada dos Invalidos.

As quarenta portas não orão bastantes para dar entrada a todos os que de momento a momento ido chegando, desde as horas matutinas até á noite.

O entusiasmo subiu de preço quando, fechadas as galerias, começou a illuminação e subiu até aos primeiros logares.

A multidão proferiu em vivas á France repubblicana e uniceza, proferida com igual sentimento de gratidão e amor por nacionem o estrangeira.

E agora, que a exposição está fechada, agora que os milhares de francezes deixaram Paris e vão pelas estradas demandar as suas terras, a levar aos que ficaram noticias das maravilhas que vieram a admirar, os seus politicos entróg



15 DE NOVEMBRO 1889

8 DE DEZEMBRO 1889

Antonio Antonio Vieira,
Jabo Baptista Duarte,
Manoel Duarte Firmão,
Dr. Bernardo Xavier R. de Paris,
Antonio da Rocha A. Freire,
Gillherme Nicolay,
Francisco de Assis Rodrigues,
George Frederico Schorsch,
Dr. Joaquim Fabiano N. Alves,
Dr. João Vieira Barcellos,
José Pinheiro da Siqueira,
Antonio José do Oliveira Mattos,
Francisco de Paris Lemos Junior,
Eduardo Augustin Montanari,
Joaquim Moreira da Silveira,
Freze Gall.

§
Festação á bandeira da Republica, DIA PELO CHAMADO APCLAMADO VAMOS DO CLUS REPUBLICANO.

Bandeira da nossa Patria, nós te cantamos, nós, repubblicanos de hontem, repubblicanos de hoje, e de sempre repubblicanos ainda!

Seudamos te en ver-te — Imagem da Patria, que amamos sobre todas as coisas; ao ver-te — má bendição dos filhos que te estreitam, imunculada e symbolizanda a paz que goes o progresso, a liberdade que conduz á gloria, vamos-te proteger e guiar da um povo que retrugradara hontem e hoje avança

POSTA REPUBLICANA

Manoel do Clus Republicano,
Linha pelo Sr. Dr. José Thomaz

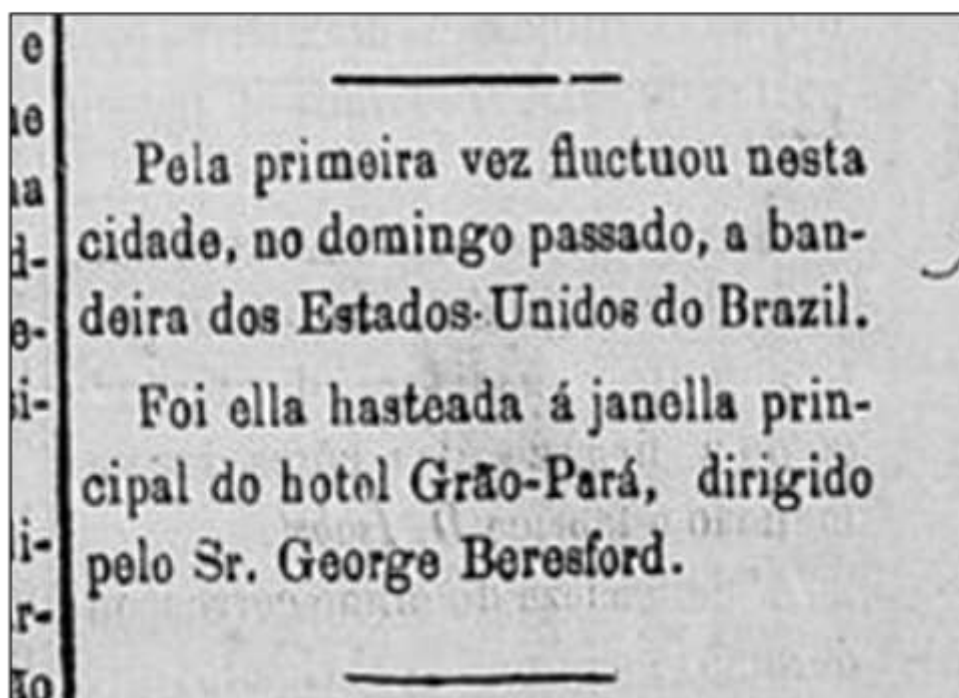
Foi mesmo a primeira vez?

Não foi a primeira vez.

Podemos dizer que o primeiro hasteamento oficial e festivo, foi o da festa acima mencionada, no domingo, dia 8 de dezembro, mas o Hotel Grão-Pará, dirigido pelo Sr. George Beresford, antecipou-se ao evento e fez tremular o novo pavilhão nacional uma semana antes, em 1º de dezembro de 1889, conforme informou o jornal MERCANTIL, em sua edição de 4 de dezembro.

O Hotel Grão Pará, segundo informa Josemir Medeiros em seu artigo Hoteis do Passado, era o antigo Hotel dos Estrangeiros, de Filipe Schwabenland. Em 1875 passou à propriedade de George Beresford e tomou o novo nome.

Jornal MERCANTIL, edição de 4ª feira, 4 de dezembro de 1889



Jornal MERCANTIL, edição de 4ª feira, 4 de dezembro de 1889

Propaganda do Hotel Grão Pará, onde pela primeira vez tremulou a bandeira da República, em 1889. Imagem colhida no jornal MERCANTIL, edição de 14 de janeiro de 1888.

Hotel Grão-Pará
Proprietario, George Beresford
90 RUA DO IMPERADOR 90
(Em frente ao palacio imperial)

Tem carro em correspondencia com os trens e comissionarios diariamente. Falla-se portuguez.—*On parle français.—English spoken.—Man spricht deutsch.*



Hotel do Estrangeiros. Imagem do Site Petrópolis no Século XX, do prof. Oazinguito Ferreira.

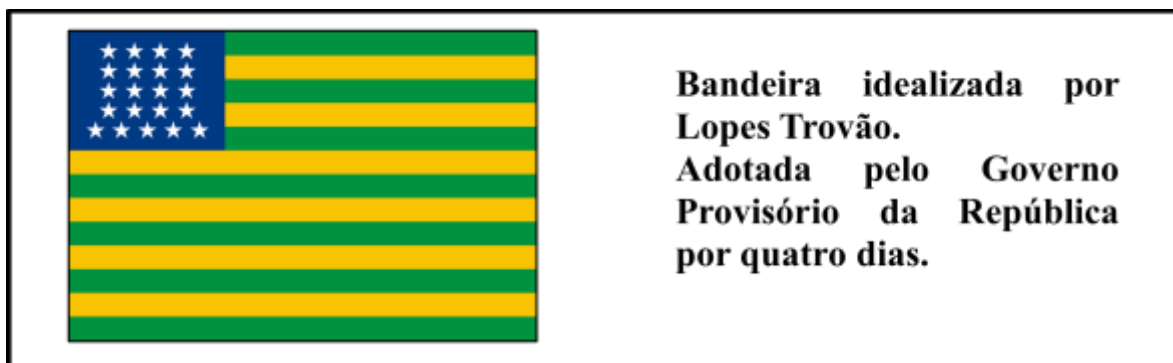
Este hotel depois de 1875 passou a chamar-se Hotel Grão Pará, de propriedade de George Beresford.

A Nova Bandeira do Brasil

No mesmo dia da Proclamação da República, 15 de novembro, o Governo Provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca adotou provisoriamente uma bandeira proposta por Lopes Trovão, tendo Deodoro a considerado muito parecida com a dos Estados Unidos e sugerido um novo modelo, no qual a bandeira seria parecida com a do Império, sendo diferente dessa apenas pela eliminação da coroa.

A bandeira provisória, a primeira do regime republicano, tinha o desenho abaixo, e podemos verificar que realmente se parecia muito com a bandeira americana, mudando praticamente apenas nas cores. Até o número de listras era igual. Essa bandeira durou até o dia 19 de novembro, quando o Decreto nº 4, publicado no Diário Oficial daquela data, conferiu ao Brasil nova bandeira e armas.

A bandeira provisória tinha autoria do antigo republicano Lopes Trovão.



A bandeira sancionada pelo Decreto nº 4 foi desenvolvida pelos positivistas Miguel Lemos, Raimundo Teixeira Mendes, respectivamente presidente e diretor do Apostolado Positivista do Brasil e Manuel Pereira Reis, professor catedrático de Astronomia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O desenho do círculo central foi elaborado pelo pintor Décio Vilares.

**Bandeira do Brasil
instituída pelo Decreto nº 4
de 19 de novembro de 1889.
Semelhante a do Império,
com a substituição do brasão
do Império pelo círculo azul
com a faixa.**



O Positivismo

No início do século XIX surgiu na França uma corrente filosófica denominada Positivismo, idealizada por Auguste Comte e Stuart Mill. Era uma doutrina de caráter filosófico, sociológico e político. Idealiza uma vida a partir de valores exclusivamente humanos; afasta-se da metafísica e da teologia. Para o positivismo a única forma de conhecimento humano é o científico; desconsideram os conhecimentos ligados a religiões, crenças, mitos e superstições. O progresso da humanidade e o progresso científico estão interligados. Para Comte, o conceito de positivo tem sete acepções: real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e simpático. O positivismo chegou ao Brasil e teve inúmeros adeptos, inclusive entre pessoas influentes tais como o militar e professor Benjamin Constant, o marechal Rondon, Júlio de Castilhos, Miguel Lemos, Euclides da Cunha e muitos outros.

Para Comte o entendimento humano passa por três estágios: o *teológico*, onde a realidade é explicada pelos deuses, entidades sobrenaturais; o *metafísico*, onde os deuses são substituídos por entidades abstratas e os pensadores continuam a tentar responder questões tais com “de onde viemos”, “para onde vamos”, etc; e o terceiro estágio é o *positivo*, onde se estudam as leis naturais e busca-se apenas o observável e o concreto. Esta é a Lei dos Três Estados, de Comte.

Comte em sua obra Sistema de Política Positiva idealiza a Religião Positivista, onde o ser supremo é a Humanidade e o lema é: “O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”.

Auguste Comte é considerado por muitos como o pai da sociologia. Nasceu em Montpellier, na França, em 1798 e faleceu em Paris, em 1857, aos 59 anos.

As Polêmicas Referentes à Nova Bandeira

Muitos livros e artigos foram escritos sobre a nova bandeira, com personalidades contra ou a favor. Destaco Raimundo Teixeira Mendes, um dos idealizadores do novo pavilhão, e Miguel Lemos, que o defendiam, e Eduardo Prado, que lhe era antagonista.

Dentre os principais pontos polêmicos destaco:

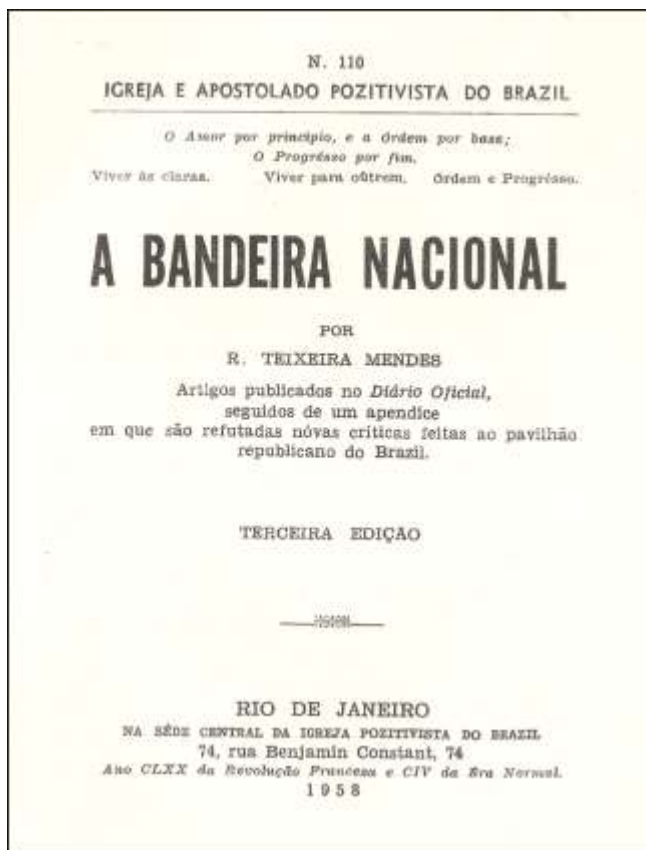
O disco com estrelas, que deveria representar o céu visto do Rio de Janeiro em 15 de novembro, não correspondia à realidade; as estrelas representadas foram mal escolhidas sob aspecto de magnitude do brilho; a divisa “Ordem e Progresso”, marcadamente positivista, também desagradou a muitos.

Menciono a seguir três livros que tratam de diversos aspectos dessa polêmica:

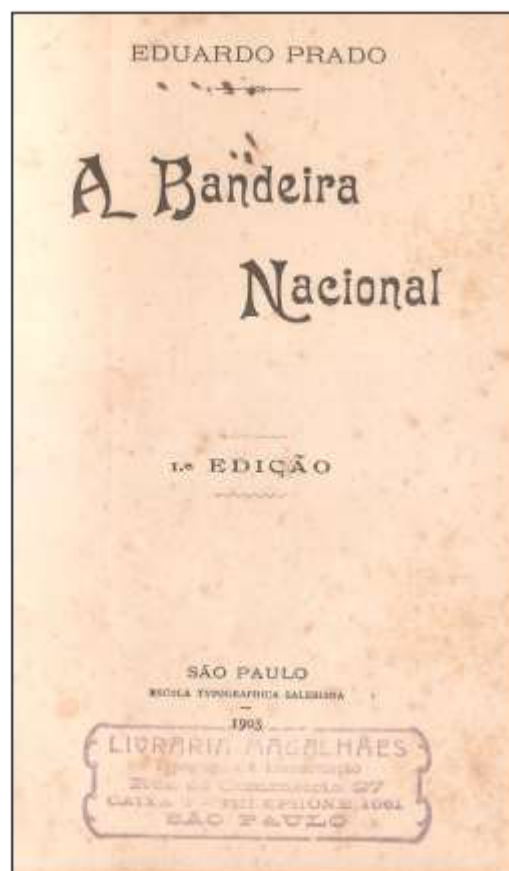
A Bandeira Nacional. De Raimundo Teixeira Mendes, publicado pelo Apostolado Positivista do Brasil em 1890 (a primeira edição). Trata-se de uma coletânea de artigos publicados no Diário Oficial, precedidos de uma advertência.

A Questão da Bandeira. Da autoria de Miguel Lemos, também publicado pelo Apostolado Positivista do Brasil, e que veio a lume em 1894. Trata-se de uma coletânea de artigos publicados no Jornal do Comércio entre 1892 e 1893.

A Bandeira Nacional. Escrito por Eduardo Prado, advogado, escritor e analista político. Monarquista convicto. Publicado em 1903.



Folha de rosto do livro *A Bandeira Nacional*, de Eduardo Prado, publicado em São Paulo, em 1903.



Folha de rosto do livro *A Bandeira Nacional*, de Raimundo Teixeira Mendes, publicado no Rio de Janeiro em 1958 (3ª edição, a primeira é de 1890).
Notar acima do título o lema do positivismo.

Bibliografia e Referências

ALMEIDA, Eduardo Peres Campello de Almeida. Bandeiras Históricas do Brasil. Rio de Janeiro: SMG – Gabinete Fotográfico, 1961.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. In Coleção Os Pensadores, volume XXXIII. São Paulo: Editor Vitor Civita, 1973.

CUSATIS, José de. Os Italianos em Petrópolis. Petrópolis: Câmara Municipal, 1993.

Site da Câmara Municipal de Petrópolis. <http://www.cmp.rj.gov.br/historia3.html>

Centenário da Câmara Municipal de Petrópolis – Catálogo da Exposição. Petrópolis: MEC – Museu Imperial, 1959.

Jornal MERCANTIL, diversas edições de novembro e dezembro de 1889

DAIBERT, Andre Barcelos Damasceno. História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, Oazinguito. Site Petrópolis no Século XX.

MEDEIROS, Josemir. Artigo: Hotéis do Passado.

MENDES, R. Teixeira. A Bandeira Nacional. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1890.

MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. A Formação Industrial de Petrópolis. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

MIGUEL, Lemos. A Questão da Bandeira. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1894.

PRADO, Eduardo. A Bandeira Nacional. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903.

Símbolos Nacionais. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

SENNA, Ernesto. Deodoro – Subsídios para a História. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

Artigo: Recuperação da Memória Histórica do Legislativo Petropolitano. Pesquisa elaborada em 2003 e 2004 sob a coordenação da Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Petrópolis.

O EX-LIBRIS DE KURT PROBER

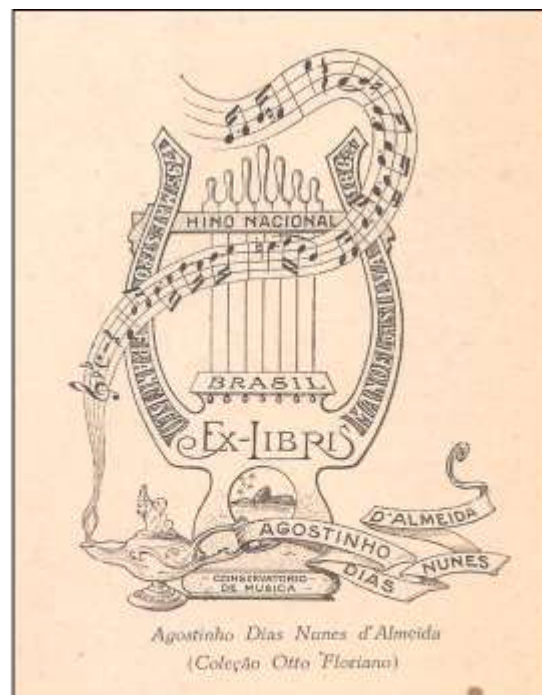
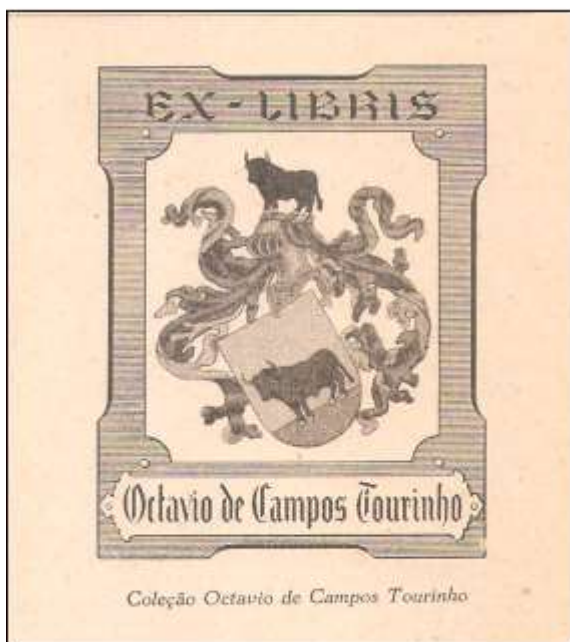
Ex-libris

O Ex-Libris é um indicativo de propriedade, uma marca de posse bibliográfica, podendo ser desde o nome do proprietário do livro, manuscrito ou carimbado na capa ou em suas primeiras páginas, até um pedaço de papel, pano ou couro, de pequenas dimensões, contendo desenhos, figuras, brasões, monogramas, dizeres, assinaturas, lemas, etc. colados em geral (posição clássica) no verso da capa da encadernação ou da brochura. Em uma tradução livre podemos dizer com precisão que um ex-libris significa: *este livro é meu*. Os desenhos são impressos, gravados a buril, com tinta ou a seco, xilografados, etc., por vezes gravados a ouro. Costumam ser retangulares, mas existem quadrados, circulares, ovais, etc. Conheço um ex-libris de formato pentagonal: a do matemático e escritor Malba Tahan. O proprietário de um ex-libris pode ser um particular, geralmente um bibliófilo, ou uma biblioteca, ou uma instituição que possua livros. São muitos os colecionadores de ex-libris e de livros com ex-libris. Por vezes encontramos livros com mais de um ex-libris; nesse caso o segundo ex-libris deve ocupar o verso da contra capa, o terceiro o canto superior à esquerda do primeiro ex-libris, etc. Outros colecionadores usam colocar o segundo ex-libris no canto superior esquerdo do verso da capa da encadernação ou da brochura. Pessoalmente prefiro essa forma.

Os desenhos, símbolos, etc. são muito variados e aqui transcrevo um trecho do capítulo “Breve Elucidário”, escrito por A. Jacinto Júnior, para o Catálogo da 1ª Exposição Municipal de Ex-Libris.

“Geralmente, portanto, o ex-libris é de caráter artístico sendo infinitos os motivos que se deparam para sua idealização e confecção, que deve ser sempre criada por quem o vai usar, embora realizada artística e tecnicamente por outros. Assim ele será, além do mais, um verdadeiro documento psicológico. Artistas de renome tem ligado a sua arte à execução de ex-libris desde recuado tempo.”

A seguir apresento alguns ex-libris do catálogo acima mencionado e pertencentes a diversas coleções.



Ex Libris – Catálogo da 1ª Exposição Municipal de Ex-Libris



Ex Libris - Revista Genealógica Brasileira 1942

O colecionador e numismata Kurt Prober

Kurt Prober nasceu em Berlim, em 12 de março de 1909, e faleceu aos 99 anos, no Rio de Janeiro. Era filho de Max Prober e de Anna Virchow Prober. Chegou ao Brasil por volta de 1920 e naturalizou-se brasileiro em 1936. (Schroeder, 2008)

Foi um colecionador e comerciante de moedas, medalhas, selos e medalhas maçônicas. Profundo conhecedor do tema, foi o mais fecundo escritor brasileiro na área de numismática, tendo escrito dezenas de livros, monografias, artigos, em sua especialidade.



Fundou e presidiu por muitos anos a Associação Brasileira de Numismática; foi sócio fundador da Sociedade Ibero-Americano de Estudos Numismáticos. Seguramente foi um dos maiores, se não o maior, numismata brasileiro.

Era maçom e publicou também diversos livros nessa área (cerca de 30). Editava um pequeno jornal com artigos maçônicos chamado “A Bigorna”, com centenas de números. Trabalhou ativamente na maçonaria. Foi iniciado em 1951 no Grau 1 e atingiu o Grau 33 em 1975.

Foi jornalista profissional e radioamador.

Destaco dentre seus principais livros os seguintes:

Manual de Numismática — 1944

Moedas Falsas e Falsificadas do Brasil — 1946

Carimbos de Minas - 1947.

Carimbos do Mato Grosso e Cuyabá — 1949

História Numismática da Guatemala — 1954

Catálogo das Moedas Brasileiras de Cobre — 1957

Catálogo das Moedas Brasileiras de Prata — 1958

História do Supremo Conselho do Grau 33.: da Brasil, Volume 1 (1832 a 1927) - 1981

Catálogo dos Selos de Maçons Brasileiros — 1984

Obsidionais: as primeiras moedas do Brasil — 1987

Medalhas Maçônicas Brasileiras — 1988

Ouro em pó e em barras 1754 - 1833. — 1990

Os Anuários do Museu Imperial

O “Palácio Imperial de Petrópolis” ou “Palacete Imperial” teve sua construção iniciada em 1845 e levou cerca de 10 anos para ser concluída. Dom Pedro II o utilizou bastante, sobretudo nas épocas de verão.

Com a deposição do Imperador em 1889 o Palácio foi desativado. Entre 1892 e 1909 abrigou o colégio para meninas Notre Dame de Sion e depois o educandário São Vicente de Paula.

A partir de 1937, ao aproximar-se o centenário de fundação da cidade, surgiu um movimento no sentido de utilizar o Palácio para abrigar um Museu. Em 1939 a ideia começou a tomar corpo com a compra do Palácio pelo Estado, que posteriormente o transferiu para a União. Em 1940, pelo Decreto-Lei do Presidente Getúlio Vargas foi fundado o Museu Imperial, por ele inaugurado em 16 de março de 1943, data exata do centenário da cidade, sendo seu primeiro diretor, Alcindo Sodré.

Uma grande iniciativa de Sodré foi a instituição do Anuário do Museu Imperial, uma das mais bem cuidadas e eruditas revistas históricas brasileiras.

Os estudiosos de história podem orientar-se com segurança pelos diversos artigos dos Anuários, até o momento em número de 28, com mais de uma centena de artigos de temas os mais variados e muito bem escritos e ilustrados. A grande maioria dos artigos liga-se ao Império e à Família Imperial.

O ex-libris de Kurt Prober

Anos atrás comprei em um “sebo” um exemplar do Anuário do Museu Imperial. Gostei muito dos artigos e resolvi procurar e comprar outros volumes. Minha mania de colecionador fez o resto; parti para conseguir “fechar” a coleção, ou seja, possuir todos os volumes publicados pelo Museu. Como naquela época não havia “sebos” virtuais, compras na internet, etc., a busca era trabalhosa; sempre que vinha ao Rio entrava em diversos sebos à procura dos Anuários e assim lentamente fui conseguindo diversos volumes. Como sempre acontece nesses casos, por vezes surge um exemplar mais bem conservado do que aquele que já tínhamos adquirido, - o que fazer? – comprar outro gastando dinheiro irrecuperável? ou ficar com o volume feinho que já possuíamos? São os “dramas” do colecionador.

Assim prosseguimos até que ficou faltando um só. A “joia da coroa”, a “figurinha difícil”. Faltava o primeiro volume, datado de 1940. Esse primeiro volume continha apenas o prefácio, escrito por Alcindo Sodré, então Diretor do Museu; o artigo “Dom Pedro II em Petrópolis”, também da lavra de Alcindo Sodré, que trata principalmente da constru o do Palácio Imperial e dos passeios do Imperador pela cidade, o artigo “Nobreza Brasileira” de autoria do historiador Américo Jacobina Lacombe e que, mais que o título promete, trata também dos diversos servidores do Imperador; das mercês, dos privilégios da nobreza e da fidalguia, dos emolumentos, dos protocolos seguidos pelo Imperador e seu séquito, da etiqueta, etc. O último e principal artigo, com 166 páginas, de autoria de Francisco Marques dos Santos, trata do leilão, na realidade dos leilões, dos bens da finada Imperatriz Teresa Cristina Maria. Tudo foi a hasta pública: louças, quadros, móveis, esculturas, relógios, carruagens, imóveis, animais, etc. O artigo tece comentários sobre alguns itens vendidos, seus preços, arrematantes, etc. Fornece ainda uma rela o dos itens vendidos, um a um, em cada leilão e suas datas. O primeiro leilão, compreendendo 205 lotes, ocorreu em São Cristóvão, no dia 8 de agosto de 1890 e o último na Fazenda de Santa Cruz, no dia 13 de novembro de 1890.

No final dos anos 80, finalmente completei a cole o. Alguns dos exemplares estavam perfeitos, sem rasuras, anota es, etc. Outros continham o nome de antigos proprietários, ex-libris, alguns conhecidos, outros não.

Um deles me surpreendeu: tinha o ex-libris do numismata meu conhecido (de troca de correspondência) Kurt Prober. Estranhei o livro estar à venda e logo enviei uma carta para o antigo proprietário perguntando pelo livro e solicitando informações sobre o significado das peças que compunham o distintivo de posse. Kurt Prober me explicou que a vela significava sua vida e que a cera derramada significava o conhecimento que ele transmitia através de seus livros, e disse-me mais: na próxima edição que ele publicasse do ex-libris iria fazer a vela mais consumida e a quantidade de cera espalhada maior. A divisa “In Utrunque Paratus” significa “Disposto para Tudo”.

Por fatos como este é que me sinto feliz por ser um colecionador. Conhecer uma particularidade tão singela e ao mesmo tempo tão interessante e profunda de um homem como Prober. A carta resposta que recebi do conhecido numismata e também colecionador, segue colada ao meu exemplar (Anuário nº IV, de 1943) e espero que no futuro venha abrilhantar a biblioteca de outro apreciador de livros como eu.

Bibliografia

SCHROEDER, Cláudio. Artigo: Numismata Kurt Prober morre aos 99 anos. Texto publicado pelo Clube Filatélico e Numismático de Taquara, RS.

Anuário do Museu Imperial - volume IV - 1943. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde (Imprensa Nacional), 1943.

PROBER, Kurt. Catálogo das Moedas Brasileiras de Cobre. [Rio de Janeiro]: Edição do Autor, 1957.

PROBER, Kurt. Catálogo dos Selos de Maçons Brasileiros. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1984.

1ª Exposição Municipal de Ex Libris. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal de Distrito Federal, 1949.

SAMPAIO, Albino Forjaz de. Os “Ex-Libris” in Revista Genealógica Brasileira, Ano III, 1º semestre de 1942, nº 5. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1942.

UMA SURPRESA EMOCIONANTE

Em janeiro de 1980, então em férias, resolvemos, eu e minha mulher, fazer uma viagem de carro com destino a Porto Alegre. Iríamos sem roteiro fixo ou planejamento detalhado. A ideia era dirigir sem pressa, de cidade em cidade, e quando encontrássemos alguma coisa interessante de se ver, parar e desfrutar. Dormiríamos onde nos apetecesse. E assim fomos até o Balneário de Camboriú, SC, parando em praias, em vendas de frutas, lojas de artesanato, etc. Em Camboriú resolvemos passar alguns dias para aproveitar a magnífica praia e a gastronomia local à base de frutos do mar. Uma manhã decidimos visitar Itajaí, cidade portuária, que distava cerca de 10 km de Camboriú. Tinha muita vontade de rever Itajaí, cidade natal de meu pai, embora soubesse que não mais encontraria a casa onde ele morou, pois sabia que já havia sido desfeita.

Meu pai falava muito na existência de um caminho de terra, que acompanhava a costa, unindo as duas cidades. Dizia-me ele que muitas vezes, juntamente com seus irmãos e amigos, iam a pé, de Itajaí a Camboriú, para tomar banho de mar. Decidimos então procurar o tal caminho, e caso ainda existisse e pudéssemos percorrê-lo de carro, faríamos o percurso para visitar Itajaí, em vez de fazer o trecho pela tradicional BR-101. Seria uma aventura com um toque de nostalgia. Com facilidade encontramos a estrada, que não era mais um simples caminho, embora não fosse ainda pavimentada.

Eis que no meio do caminho, num lugarejo chamado Praia Brava, passamos em frente a um antiquário. Pouco mais que um barracão com uma placa anunciando o negócio. A voz interior do colecionador falou mais alto e resolvemos parar e ver o que poderia haver naquela loja simples de uma simples estrada praiana de Santa Catarina.

Fomos recebidos por um senhor de meia idade, cara e jeito de alemão. Alto, corado, ligeiramente obeso, de voz firme. A loja era maior do que eu supunha: muitos móveis, peças de decoração, objetos dos colonos alemães que naquela região viveram. Pouco depois de eu dizer que estava viajando de carro e não tinha intenção de comprar nada grande ou valioso, e poderia no máximo adquirir algo pequeno e de caráter iconográfico, como um pequeno quadro com temática regional, ou fotografias antigas, alguma caderneta escolar local, o Sr. Fernando desinteressou-se e me disse que no salão nada teria com estas características, mas

que a loja tinha um sótão no qual talvez eu pudesse encontrar alguma coisa que eventualmente atendesse aos meus desejos. Era tudo o que eu queria: poder apreciar com calma uma grande quantidade de tralha coberta de poeira, guardada de maneira desordenada e que possivelmente teria preços razoáveis. Havia quadros, objetos de todo o tipo, muita coisa quebrada, louça antiga, etc. Lembro bem de uma grande fotografia oficial do Presidente Vargas, emoldurada, em ótimo estado de conservação.

Aí aconteceu o impensável: encontrei uma pequena estampa, de caráter religioso, escrita em alemão, emoldurada, em estado razoável. Era um Certificado de Confirmação, datado do final século passado, e para meu espanto e alegria, trazia a assinatura de meu bisavô, que havia sido pastor luterano naquela região.

Foi uma agradável surpresa.

Procurei mais um pouco e encontrei outra peça semelhante, também assinada pelo meu bisavô. Comprei os Certificados a bom preço e ainda consegui mais algumas estampas, daquelas que os colonos, normalmente pessoas sem grandes recursos, usavam para adornar seus lares. Estampas coloridas com dizeres em alemão, com molduras artesanais e de rústica beleza. Também estampas com figuras imperiais alemãs do final do século XIX.

**O Certificado de Crisma assinado pelo Pastor Runte.
1898**



Lembrando o caso veio a vontade de pesquisar um pouco sobre a passagem de meus bisavós pelo Brasil. A seguir apresento alguma coisa que consegui nessa pesquisa:

Meus bisavós, o pastor luterano Heinrich Runte e sua mulher Catarina Runte viveram no Brasil, em Santa Catarina, entre 1884 e 1909.

Tenho deles alguns objetos que deixam bem claro o período em que aqui viveram e que mostram que aqui deixaram um trabalho importante e reconhecido pela população luterana, com a qual conviveram.

Esses objetos são: um álbum para guarda de fotografias, com um prospecto colado no verso da capa, que trata do jubileu de prata do pastorado exercido por meu bisavô, e um pequeno bilhete assinado pelo meu avô Frederico Augusto Runte; uma bíblia com uma dedicatória e assinatura do Pastor Runte para minha avó Maria Salomé de Souza; uma poncheira com uma dedicatória para o Pastor Runte, ofertada pela comunidade e uma caixa de madeira com incrustações de latão, que meu pai dizia que era usada para a guarda de remédios do pastor. São preciosas antiguidades de família.

No artigo “Rio do Têsto” do prof. João Ehlert, tradução de Lauro Harbs, com o subtítulo “Memórias de um veterano testense, sobre as atividades religiosas no Vale do Rio Têsto”, inserido na revista Blumenau em Cadernos, tomo 1, número 11, de novembro de 1958, encontramos algumas notícias sobre o Pastor Runte e sua participação nos primórdios da implantação do luteranismo em Badenfurt.

Reproduzo abaixo alguns trechos do artigo:

“Por tais privações e dificuldades passaram os nossos antepassados. Embora sua vida pobre e desprovida de prazeres, viviam felizes e tranquilos porque tinham fé profunda em Deus. A educação que possuíam, era severamente religiosa e estavam habituados, ainda de sua antiga pátria, a visitarem aos domingos o culto religioso, onde, na palavra de Deus, buscavam algum conforto e obtinham novas energias para tornarem a enfrentar a difícil tarefa diária. Esse costume também aqui foi posto em prática. Os colonizadores tinham grande interesse em transmitir aos seus filhos instrução escolar, porém, não havia professores. Mas compreendendo a importância e necessidade da

instrução, nomearam de seu próprio meio pessoas com capacidade para o cargo de professores, que transmitiam às crianças os conhecimentos que estavam ao seu alcance. Foram assim fundadas as escolas particulares, que ficaram sob orientação e controle dos respectivos professores. Aos domingos, os colonos geralmente se reuniam em grupos para o culto religioso, que era ministrado pelos professores e consistia da leitura de trechos da Bíblia.

Mais tarde, a localidade de Badenfurt recebeu primeiro pastor, Snr. Heinrich Runte. Este, durante longos anos, servia a todo o Vale do Rio do Têsto, como também controlava as escolas e dava aos professores oportunidade de ampliarem seus conhecimentos para um melhor desempenho do seu encargo. Os primeiros professores, que exerceram sua função durante muitos anos, foram os seguintes: Hermann Rahn em Têsto Central, Carlos Günther em Rio do Têsto-Pommerode, Heinrich Hass em Pommerode, Christian Frahm em Têsto Alto, Friedrich Borchardt em Têsto Rega e Albert Frahm em Rega Alto. Digno de nota eram os serviços prestados pelo Pastor Runte à sua comunidade. Infelizmente era de constituição fraca e não raras vezes adoecia em consequência do esforço físico. Mesmo nas condições de tempo mais desfavoráveis, cumpria suas obrigações para com a sua comunidade. O Pastor Runte pensava no futuro e acolhia em sua própria residência filhos de professores a fim de instruí-los da melhor forma possível, ministrando-lhes aulas de música e ensinando a tocar violino, para que mais tarde pudessem transmitir conhecimentos mais amplos aos seus alunos quando destacados para os cargos de professores. Tem-se nota dos senhores Rudolfo Guenther e Rudolf Hass, que bem transmitiram aos seus alunos os conhecimentos obtidos por intermédio do Pastor Runte.

No ano de 1884, foi construída a primeira igreja em Rio do Têsto-Pommerode. Até então, os cultos eram celebrados nas escolas. Mais tarde, a comunidade de Têsto Alto também construiu a sua igreja.”

“Após muitos anos de atividade na comunidade e tendo piorado seu estado de saúde, o Snr. Pastor Runte se viu obrigado a empreender viagem à Alemanha para se tratar, não mais regressando ao Brasil.

Substituíram o Pastor Runte na sua missão os Pastores Missionários Von Gehlen e Hobus.”

Do livro Cultura e Religião. Itinerários do Luteranismo em Santa Catarina e no Paraná, de autoria de Joel Haroldo Baade, transcrevo os seguintes trechos:

“Em 1883, as comunidades de Badenfurt, Carijós, Pomerode e Alto Rio Teste se tornaram independentes de Blumenau com a criação de uma área pastoral própria. Segundo Schröder, as iniciativas para a autonomia foram tomadas pelo professor Alberto Fiebes, que também escreveu para o SEAPA⁸ e através da qual, em resposta, foi enviado o pastor Heinrich Runte, em 1884.”

“O pastor Heinrich Runte nasceu em Mengerlinghausen (Wald.) e foi enviado ao Brasil pela Sociedade Evangélica de Barmen (SEB⁹), em 1894. Ele atuou na comunidade de Badenfurt (Blumenau, SC) entre 1884 e 1909. Após retornar à Alemanha, viveu como aposentado em Hiddesen.”

“Em 1909, o Pastor Runte regressou para Alemanha e seu sucessor em Badenfurt, a partir de 1910, foi o pastor Heinrich Radlach, enviado pelo CSEB¹⁰. Com a saída de Runte, a área pastoral foi dividida e as comunidades de Pomerode, Rio de Luz, Rega Alta e Rio do Serro formaram um área pastoral própria, recebendo, em 20 de fevereiro de 1910, o pastor Johannes Bürger, igualmente enviado pelo CSEB.”

⁸ SEAPA - Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América.

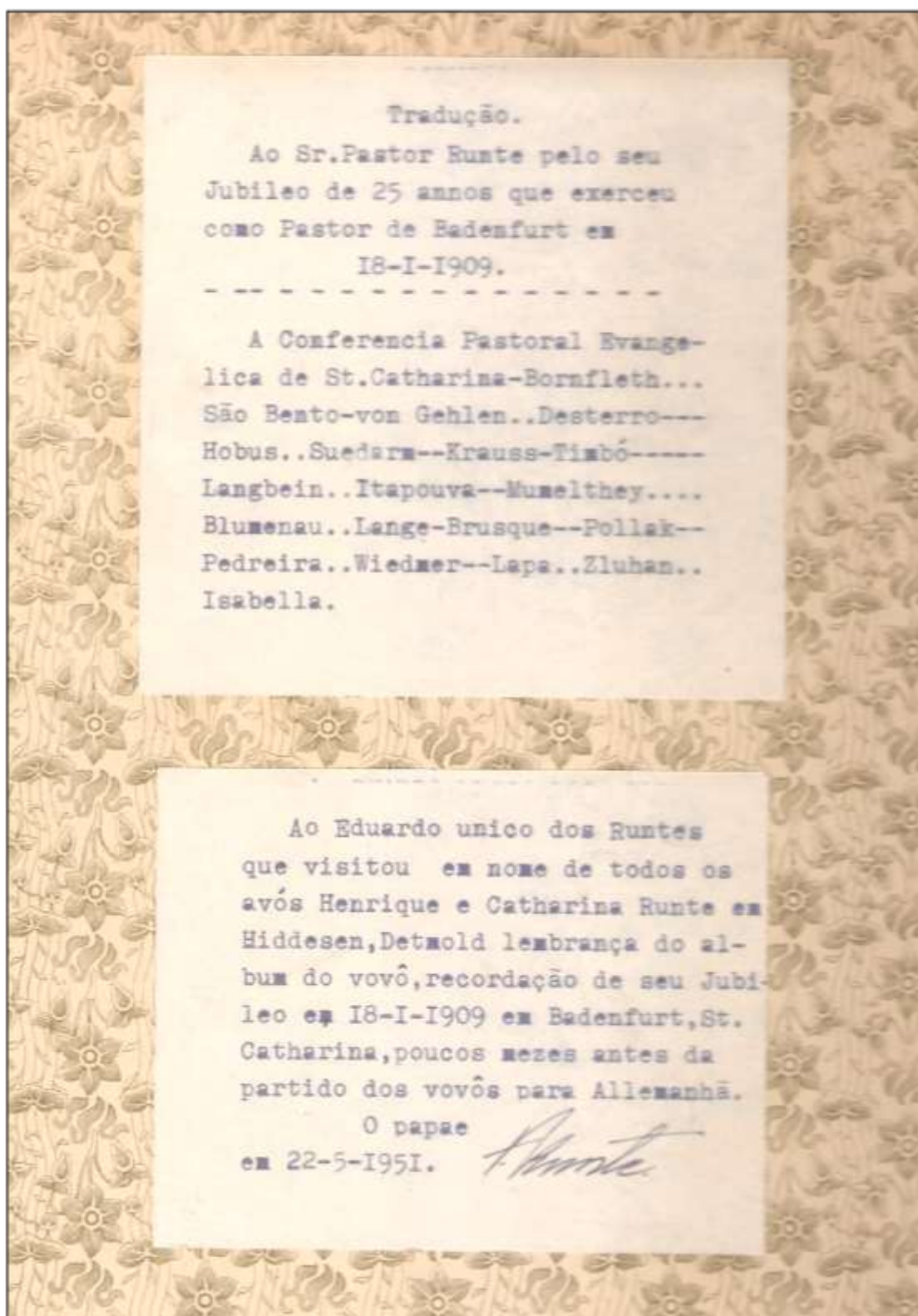
⁹ SEB – Sociedade Evangélica de Barmen.

¹⁰ CSEB - Conselho Superior Eclesiástico Evangélico de Berlim.

Jubileu do pastorado do Pastor Runte, em 18 de janeiro de 1909



Tradução do texto do prospecto anterior feito pelo filho do pastor, Frederico Augusto Runte, e registro da doação do álbum a Eduardo Frederico Runte, seu filho.



Bibliografia

EHLERT, João. Rio do Têsto. Tradução de HERBS, Lauro. Subtítulo: Memórias de um veterano testense, sobre as atividades religiosas no Vale do Rio Têsto, in: Blumenau em Cadernos, Tomo 1, número 11, novembro de 1958. Blumenau: Blumenau em Cadernos, administração de Luiz Ferreira da Silva, 1958.

BAADE, Joel Haroldo. Cultura e Religião. Itinerários do Luteranismo em Santa Catarina e no Paraná. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

LEMBRANÇAS DE ERNST PAPF

Certa feita, a senhora que encadernava meus livros, a hábil e cordial Estela Antunes, conhecendo minhas predileções, indicou-me um descendente do fotógrafo e pintor Papf, o qual estava vendendo alguns livros, fotos e outras coisas que teriam pertencido ao referido pintor. Papf havia residido em Petrópolis e era conhecido do Imperador D. Pedro II. Apressei-me a procurar o tal parente e com agradável surpresa o encontrei e pude comprar algumas coisas, como uma boa foto do pintor, outra de sua sala de jantar, outras de pessoas ainda não identificadas, alguns cartões postais e de felicitações dos primeiros colonos. Com muita pena, deixei para trás uma mesinha que teria pertencido ao pintor e uma escultura em madeira da lavra do Spangenberg¹¹, com motivo de animal, não me recordo se era um tatu, um cão ou algum outro.

Um pouco sobre Ernst Papf

Karl Ernst Papf nasceu em Dresden, principal cidade do Reino da Saxônia, Estado membro da Confederação Alemã, em 17 de março de 1833. Estudou na Academia de Pintura de sua cidade natal.

¹¹ Carlos Spangenberg foi um famoso escultor em madeira, que viveu e trabalhou em Petrópolis. Quarto filho de Frederico Spangenberg e de Dorotea Kramer, uma família que veio para Petrópolis em 1846. Carlos Frederico nasceu em Hildesheim, Hanover, em 25 de abril de 1821 e casou-se em Petrópolis, em 26 de dezembro de 1847, com Helena Catarina Isensee, com quem teve onze filhos. Spangenberg, habilíssimo escultor em madeira, deixou muitas obras, animais, caixas, porta-retratos, molduras, primorosamente esculpidos. Muitos dos ornamentos em madeira do palácio do Museu Imperial são de sua lavra.

Sua mais notável criação, maior responsável por sua fama internacional, foram as famosas “bengalas de Petrópolis”, muito apreciadas por visitantes e pela nobreza que passava pela cidade. O Museu Imperial possui diversas obras suas. Consta que os membros da Família Imperial, quando viajavam, costumavam levar algumas bengalas, para presentear conhecidos. Recomenda-se a quem quiser conhecer um pouco mais sobre Carlos Spangenberg, os artigos “Bengala de Petrópolis”, escrito por Alcindo Sodr e, e contido no volume VI dos Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis e o artigo “Um Artesanato Petropolitano: As Esculturas de Spangenberg”, de autoria de Guilherme Auler e publicadas em 18 de agosto de 1957, no Jornal do Brasil. Ambos os textos podem ser encontrados na Biblioteca do Museu Imperial.

Em 1862 casou-se com Sofia Schaedlich. Em outubro de 1863, tiveram um filho, Jorge Henrique.

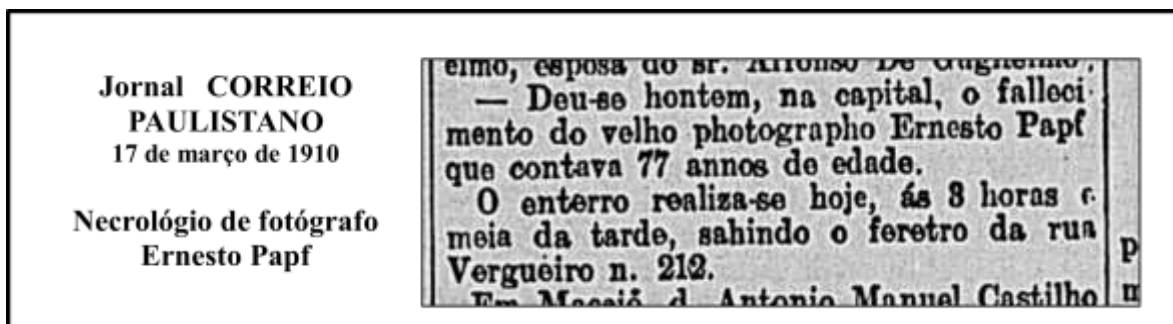
Papf e sua família emigraram para o Brasil. Partiram do porto de Hamburgo em setembro de 1867 e viajaram no mesmo navio que o fotógrafo Albert Henschel.

Estabeleceu-se em Recife, trabalhando com o fotógrafo Henschel, na “Photographia Alemã”, no Largo da Matriz de Santo Antônio, nº 2. De Pernambuco, Papf foi para Salvador, depois para o Rio de Janeiro (1877), morou em Niterói e finalmente, em 1880, veio para Petrópolis. Nesta cidade foi um pintor e fotógrafo muito considerado, e anexo, para disso dar mostra, uma reportagem da redação do Mercantil, de 24 de dezembro de 1884, elogiando os trabalhos de Papf.

<p>PHOTOGRAPHIA Rua do Barão do Amazonas PERTO DO HOTEL ORLEANS <i>Ernesto Papf</i> encarrega-se de todos os trabalhos relativos à sua arte. Especialidade em grupos, em vistas de Petrópolis e da estrada de ferro. Encarrega-se do augmento de pequenas PHOTOGRAPHIAS.</p>	<p>Jornal MERCANTIL Petrópolis 23 de janeiro de 1886 Anúncio do fotógrafo Ernesto Papf</p>
---	---

Pouco antes de mudar-se de Niterói para Petrópolis, a mulher de Papf, Sophie, faleceu. Papf casou-se novamente com uma sobrinha, Helene Schaedlich, com quem teve cinco filhos.

Em 1886, Papf vai residir na Rua Costa Gama, atualmente denominada Santos Dumont. Em 1889, Papf muda-se para São Paulo, onde continua suas atividades. Faleceu em 16 de março de 1910, naquela cidade.



De seus filhos, o único que seguiu suas atividades artísticas foi o primogênito, do primeiro casamento, Jorge Henrique Papf.

Jorge Henrique continuou o negócio de seu pai tendo mudado o nome do estabelecimento para “Photographia J. H. Papf”. Casou com sua prima Gertrudes Schaedlich em 15 de maio de 1890. Tiveram 5 filhos, Herbert, Arnulfo, Margarida, Eleonora e Êrica. Jorge faleceu em 30 de maio de 1920.

KARL ERNST PAPF



**Foto encontrada com descendentes do pintor e fotógrafo Ernst Papf.
(Possivelmente inédita)**

**No verso está escrito: Grossvater Papf – Tante Helene, Tante Beatrix
Rio de Janeiro
(Avô Papf – Tia Helena – Tia Beatriz)**

Acervo do autor

PHOTOGRAPHIA ALLEMÁ



DE

ALBERTO HENSCHEL & C.

N. 2.--LARGO DA MATRIZ DE S. ANTONIO.--N. 2

Os proprietarios deste estabelecimento, subornado pendorados pela confiança publica, e desejosos de corresponder a ella, acabam de dar notavel impulso a sua officina photographica, que'está actualmente montada e não temer o poraello com qualquer da Europa.

Vendo que não era sufficiente para a concorrência publica e pessoal, alliás numerosos, que já tinham, fizeram a custo de grandes despesas, vir da Europa tres distinctos artistas, dois pintores e um photographo.

Este, que é o encarregado de tirar os retratos, é uma reconhecida notabilidade na sua arte, e dirigiu por muito tempo a mais importante officina photographica de Vienna d'Áustria, adquirindo por seu trabalho perfeito, que relativamente a parte artistica, quer a posição natural e expressiva que faz tomar aos retratados, um bom merecido renome, que atrahia ao estabelecimento em que trabalhava uma fabulosa concorrência.

Com os dois novos pintores que adquiriu o estabelecimento, está agora habilitado para satisfazer qualquer exigencia com relação a photographia colorida (aquarelles) grande ou pequena, assim como para silhetas ou caseoietas.

Tambem se tiram retratos pelo novo systema conhecido com o nome de

MARFIMOGRAPHIA

Este genero de pintura inteiramente novo nesta provincia, acaba de ser a pouco descoberto na Europa, donde tem tido uma acção immensa.

Tudo o que se poderia fazer em abono della para se dar uma idéa do que é, ficaria muito a quem da realidade.

Basta dizer-se que esta especialidade de pintura assemelha-se, e enganar o maior conhecedor, com a pintura sobre o marfim e excede no brilho das cores a tudo o que neste genero era conhecido.

Quem quizer poder verificar por si mesmo, pois existem retratos neste genero expostos na galeria da officina, e quasi a francozão, a todos para visitar.

Para os retratos a oleo o estabelecimento possui, como o publico já sabe, um artista notavel, o

Sr. Papff

cujo pincel tem a magia de reproduzir na tela com a maior naturalidade a imagem viva e animada das pessoas que retrata.

Hajam vista os trabalhos expostos na galeria, e são retratos de pessoas todas muito conhecidas e tanto melhor para cada qual julgar por si.

Fallando deste artista, que tem de ir breve para a Italia, aonde os proprietarios do estabelecimento vão fundar uma casa filial a desta provincia, lembramos a pessoas, que se quizerem retratar a oleo, que se apressem em fazal-o.

Mostrando-se pelo que fica exposto o quanto bem montado está o estabelecimento em sua parte artistica, não sendo inferior em nada na parte material, pois possui e mais variado, elegante e rico sortimento de objectos proprios para retratos, os seus proprietarios esperam merecer a continuação da confiança com que hão sido honrados pelo povo pernambucano, e estrangeiros residentes nesta hospitallera provincia, certos de que as pessoas, que se dignarem procurar a sua officina para se retratarem, della sabido satisfitas e a contento.

Jornal de Recife
 22 de julho de 1868

ARTISTA NOTAVEL.—Um dos nos-
nos mais illustrados visitantes en-
via-nos o seguinte escripto, que
nos apressamos em publicar :

« Parei ante uma vidraça da
casa dos Srs. Schaefer & Irinãos,
nesta cidade, attrahido pela expo-
sição de photographias e retratos a
oleo alli existente ; e, extasiado ao
admirar a perfeição daquelles tra-
balhos, me não demorei em desco-
brir-lhes a assignatura.

Achava-me contemplando traba-
lhos do primoroso artista o Sr. Er-
nesto Papf, já meu conhecido velho
e que mais de uma vez me tem re-
velado os productos do seu talento
e dos seus estudos.

Deixando de parte as photogra-
phias, concentrei todo o meu cui-
dado nas duas télas representando
uma interessante

Jornal MERCANTIL
Petrópolis
24 de dezembro de 1884

Reportagem da Redação do jornal
elogiando os trabalhos de pintura e
fotografia do Sr. Ernesto Papf.
(Continua)

e dos seus estudos.

Deixando de parte as photographias, concentrei todo o meu cuidado nas duas télas representando uma interessante menina e monsenhor Bacellar, dois trabalhos de subido merito e que se tornão dignos da mais detida admiração.

Bastarião de certo elles para firmar a reputação de um artista, se porventura se tratasse de um artista novel ; e impossivel será, ao que por alli passar, deixar de deter o passo para fazer o mesmo que fiz.

O autor ficará ignorando quem estas linhas traça, mas ficará sabendo que, no numero de seus admiradores, um existe que se não cança de render homenagem aos seus talentos.

Dou parabens a Petropolis por conter em seu seio o Sr. Ernesto Papf. »

Jornal MERCANTIL

Petrópolis

24 de dezembro de 1884

**Reportagem da Redação do jornal
elogiando os trabalhos de pintura e
fotografia do Sr. Ernesto Papf.**

(Final)



Das hiesige Kirchengericht hat den Pörsch zu
Pörschschütz, wohnen vom Jahre 1863 unter N. 292:

Georg Heinrich Tapp,

des hiesigen Real-Landw. Tapp, verstorben, mit
Leibung und seiner Ehefrau Johanne Tappe
geborenen Schädlich als letzter Tapp, welcher
Kind, am hiesigen Gerichte am Oktober ist
Lappert die Tappert-Acte-Güter und
Tappert P. am 21. Oktober 1863, alle in
am hiesigen Gerichte am November
geborenen November 1863, wobei:
1. hiesigen Real-Landw. Tapp, Wittib-Tappert in St. Michaelis
2. hiesigen Ehefrau Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis
3. hiesigen Ehefrau Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis
4. hiesigen Real-Landw. Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis
5. hiesigen Real-Landw. Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis
Tappert P. am 21. Oktober 1863, alle in
am hiesigen Gerichte am November
geborenen November 1863, wobei:
1. hiesigen Real-Landw. Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis
2. hiesigen Ehefrau Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis
3. hiesigen Ehefrau Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis
4. hiesigen Real-Landw. Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis
5. hiesigen Real-Landw. Tappert, Wittib-Tappert in St. Michaelis

Herrn zu Friedrichstadt-Dresden,
am 1. Juni 1863.



Th. Schuck, P.

A Figueira de Tiradentes

Dentre o material que consegui com o descendente de Papf estava uma bela fotografia de famosa figueira conhecida por como “Figueira de Tiradentes” ou “Figueira de Corrêas”; por trás daquela árvore vemos a casa que sediava a fazenda do Padre Corrêa.

Não há na foto nenhuma indicação de local, de data, nem mesmo do fotógrafo. Como vemos ao lado da figueira os trilhos de uma ferrovia, podemos admitir que a foto é posterior aos primeiros anos da década de 1870, pois o trem só passou naquela região a partir daquela época.

A fotografia estava junto a outra do fotógrafo Ernst Papf e a um documento de Georg Papf. Por isso, suponho que tenha sido produzida por um dos dois, mas é apenas uma suposição.

No Museu Imperial, no acervo comprado de José Kopke Fróes, existe uma fotografia idêntica, com a indicação do local, mas sem a data e sem o nome do fotógrafo. Temos aí um enigma: quem produziu esta fotografia? (Eu aposto em Jorge Papf)

A figueira é famosa pelo seu porte, idade e pelas lendas que correm a seu respeito.

Dentre os “biógrafos” da árvore, posso citar:

O Marechal Cunha Mattos em seu “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás” diz: “No terreiro da fazenda do Padre Corrêa existe uma belíssima e tão copada árvore, que ao meio dia pode cobrir de sombra a um batalhão.”

Jeronymo Ferreira Alves Netto, em seu artigo “Tiradentes e o Caminho Novo”, menciona as lendas sobre a figueira.

O acadêmico Humberto de Campos, em seu artigo “As Árvores têm Alma”, publicada na revista semanal “O Cruzeiro” fala sobre a lenda de Tiradentes relacionada à figueira de Corrêas e sobre outra grande figueira, existente no bairro de Cascatinha.

Quanto ao tamanho da figueira não há dúvidas, era realmente muito grande como o demonstram os relatos, descrições, desenhos e fotos existentes.

Quanto às lendas que dizem ter o Tiradentes estado amarrado prisioneiro em sua derradeira viagem para a Capital, já foram desmentidas. O herói da Inconfidência Mineira foi preso e enforcado no Rio de Janeiro.

Não me deterei a fazer comentários sobre a famosa fazenda do Padre Corrêa, cuja sede vemos na foto, porque é uma história já muito conhecida. Apenas menciono o fato de que por pouco Petrópolis não começou naquela fazenda: quando Dom Pedro I quis comprar uma fazenda em Petrópolis, ele tinha escolhido a do Padre Corrêa, então falecido; Da. Arcângela. Irmão do clérigo, não lhe quis vender, por motivos sentimentais, e indicou ao Imperador a Fazenda do Córrego Seco, que era próxima e estava à venda. O Imperador a comprou em 1830, mas dela não pode usufruir, pois pouco tempo depois, em 1831, deixou o Brasil para ir para Portugal. Somente D. Pedro II, em 1843, deu início à construção da futura cidade de Petrópolis.

Árvores assassinas

Há alguns anos li um artigo que tinha este feio, mas chamativo título. Lembrei-me do assunto enquanto escrevia este texto e adiante entenderão por quê.

Na tentativa de identificar a espécie a que pertenceria a figueira de Corrêas, busquei informações no livro “Árvores Brasileiras” de Harri Lorenzi, no Chernoviz, na internet, etc. As figueiras (ficus) pertencem à família das *Moraceae*, e os fícus tem muitas espécies semelhantes¹². Assim sendo, é difícil saber com exatidão a espécie da figueira em discussão. Além do nome científico da espécie, existe ainda a questão da sinonímia popular. As figueiras são conhecidas também por figueira-branca, figueira-brava, mata-pau, figueira-mata-pau, gameleira, etc.

Comparando-se a descrição da árvore com as características morfológicas da *Ficus guaranitic* (Schodat), figueira branca, descrita por Lorenzi, tudo leva a crer que a figueira de Tiradentes pertencia a esta espécie. Diz Lorenzi:

¹² Um artigo publicado no 64º Congresso Nacional de Botânica, Belo Horizonte, 2013, informa que o *Ficus* (*Moraceae*) tem cerca de 750 espécies.

“Características morfológicas: Planta lactescente de 10-20 m de altura, com tronco dotado de sápopemas basais, de 90-180 metros de diâmetro. Copa imensa, podendo chegar a mais de 20 metros de diâmetro.”

“Ocorrência: Rio de Janeiro, Minas Gerais, ...”

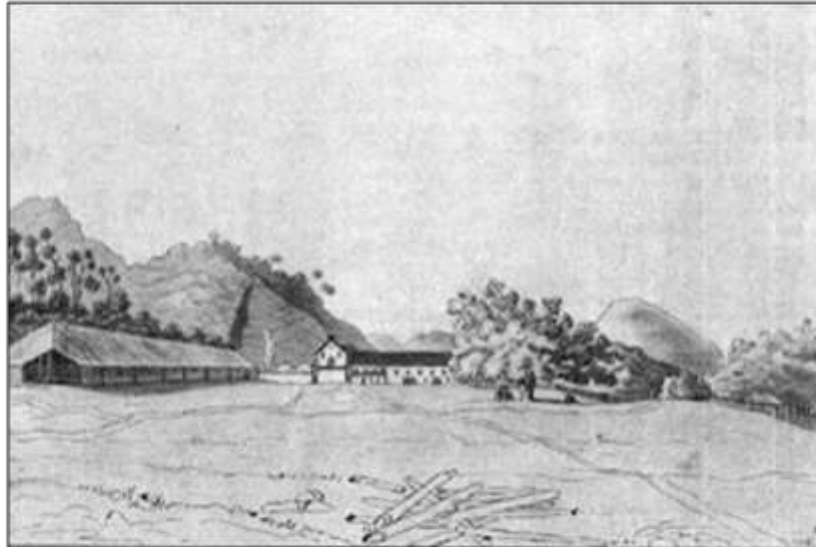
Algumas espécies de figueira, inclusive a figueira-branca, apresenta a seguinte propriedade: os morcegos, macacos, pássaros, etc, comem seus frutos e defecam na copa de outras árvores. Por vezes as sementes contidas nas fezes, germinam, e seus ramos, pelo efeito do heliotropismo, crescem para cima buscando a luz, enquanto as raízes pelo geotropismo, crescem para baixo buscando o solo. O desenvolvimento dos *ficus* é muito rápido e em poucos anos ele abraça e sufoca a árvore hospedeira e a mata. Em muitos casos a árvore morta se desfaz formando um oco que pode abrigar animais. Por vezes esse espaço é tão grande que permite a entrada de até um homem.



Fazenda do Padre Correa
Vê-se a casa sede da Fazenda, a Capela à
esquerda e trilhos da estrada de ferro à
direita.
Sem o nome do fotógrafo. Sem data.

Acervo do autor.

A casa da fazenda do Padre Correa com sua capela dedicada a Nossa Senhora do Amor Divino (Desenho de Sellow, Inst. Hist. de Coblenz, Alemanha).
Extraído do livro História de Petrópolis.



A casa da fazenda do Padre Correa. No primeiro plano a lendária Figueira de Tiradentes. (Óleo de Hagedorn, existente no Museu Imperial).
Extraído do livro História de Petrópolis.



**Em Petrópolis existem muitas figueiras.
A da foto está na Rua Padre Siqueira, perto do Palácio de Cristal, no
começo da Av. Barão do Rio Branco.**

Foto tirada pelo autor em abril de 2016.

Árvores sagradas

... É como se determinasse um território geral, um chão africano no Brasil. Há sinais externos como árvores sagradas, com destaque para a gameleira que é Iroco, a jaqueira que é Ogum, a cajazeira que é Omolu, entre tantas representações fitomorfas que reforçam a consciência ecológica em preservar e sacralizar a natureza.

Edison Carneiro, em Candomblés da Bahia.

Propositalmente coloquei no título acima a palavra “sagrada” entre aspas. Com isto quero dizer que não a estou usando apenas no sentido restrito de objeto religioso ou de culto e sim em um sentido mais amplo. Desde tempos imemoriais as árvores ocupam espaço no imaginário dos homens, tanto no dos indivíduos quanto da coletividade.

Importantes livros sagrados mencionam algumas árvores e este relevo nos induz a concluir sobre sua importância para o homem. Tão somente a guisa de exemplos, menciono abaixo algumas passagens:

No Alcorão¹³, o sagrado livro dos muçulmanos, vemos menções a árvores e cito, do sura (capítulo) 23, o seguinte trecho:

“E usamo-la para produzir jardins de tamareiras e vinhedos onde tendes frutas em abundância e deles comeis.”

“E uma árvore que brota no Monte Sinai, e oferece aos comensais azeite e condimentos.”

Na Bíblia Sagrada, o livro dos cristãos, diversas espécies de árvores são mencionadas e especifico alguns trechos:

¹³ O Alcorão, tradução de Mansour Challita.

Do Gênesis, 3.7: “Foram abertos os olhos de ambos e viram que estavam nus, coseram folhas de figueira, e fizeram para si umas cintas.”

No Êxodo, 25.10: Instruções acerca da Arca¹⁴: “Farão uma arca de madeira de acácia: de dois cúbitos e meios será”

Os judeus dão enorme importância as árvores. Existe inclusive um dia especial no calendário de festas judias, em que se celebra o Ano Novo das Árvores, é o Tu B'Shevát, comemorado no décimo quinto dia do mês hebreu de Shevát. O Tu B'Shevát é comemorado comendo-se frutas, principalmente aquelas na qual a Torá louva a Terra de Israel: a romã, os figos, as azeitonas, as tâmaras....

Além de livros sagrados, as árvores são também presentes em diversos símbolos nacionais, de variados países, inclusive em bandeiras e cito:

Bandeira do Líbano: criada em 1943, mostra uma árvore “cedro do líbano”, comum na região, simbolizando força e eternidade.

Bandeira do Canadá: criada em 1965, mostra uma folha de bordo, árvore que cobre as matas canadenses.

Alguns países tem veneração por algumas árvores pela sua importância econômica, cultural, medicinal, religiosa, etc. Exemplos: o sândalo, extremamente odorífero, é de grande importância na Índia; o ginkgo biloba, na China; a amoreira e a ameixeira, no Japão; a oliveira, em Israel; etc.

Antigos povos também veneravam certas árvores e posso mencionar: Os [gregos](#) consideravam a romãzeira como símbolo do amor e da fecundidade. A árvore da romã foi consagrada à deusa [Afrodite](#).

Nas religiões africanas, existentes na época em que os negros daquele continente vinham para o Brasil como escravos, eram veneradas diversas árvores sagradas. Dentre as

¹⁴ Trata-se da Arca da Aliança. Esta arca destinava-se a guardar: as duas tábuas da lei; a vara de Aarão; e um vaso do maná. Estas três coisas representavam a aliança de Deus com o povo de Israel.

mais importantes estavam o irôko (milícia excelsa ou chlorophora excelsa) e os baobás (adansonia digitata). Os escravos vieram, de diversas partes da África e trouxeram suas crenças e suas místicas. Aquelas religiões se mesclaram, inclusive com as primitivas religiões dos índios e deram origem às chamadas religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda. Nos terreiros de candomblé existe habitualmente uma árvore, geralmente de grande porte, onde se fazem oferendas e outras práticas próprias dos cultos.

A árvore deveria ser um irôko ou um baobá, mas como estas espécies não são nativas no Brasil, foram substituídos por outras árvores, geralmente a figueira, pelo seu grande porte e crescimento rápido. Outras espécies são também usadas, como a cajazeira, o benjoeiro, a jaqueira e outras.

Sobre o irôko, transcrevo um trecho do livro *Ladinos e Crioulos*, de Edison Carneiro¹⁵, que é considerado um dos maiores conhecedores dos cultos africanos no Brasil:

“O irôko, ou carvalho africano (chlorophora excelsa), é uma espécie vegetal sagrada em toda costa; no Daomé é mesmo um deus, Lôko. Na África e na Bahia, a árvore é sagrada e intocável, mas na Bahia é a gameleira branca, como no Maranhão é a cajazeira. O “pé de Lôko” sempre indica a morada de um deus e constitui um bom lugar para deixar oferendas aos orixás.”

Baobás.

Embora não seja uma árvore nativa no Brasil, temos também diversos exemplares de baobás, muito antigos, a maioria deles localizados no nordeste. Possivelmente, os escravos que para cá vieram, trouxeram sementes e conseguiram fazer com que elas germinassem nas ensolaradas terras daquela região. Recife possui muitos baobás “tombados” e na Praça da República, em frente ao Palácio do Campo das Princesas, do Governo do Estado, existe um

¹⁵ Edison de Souza Carneiro nasceu em 1912, em Salvador e morreu em 1972, no Rio de Janeiro. Foi um escritor especializado em temas afro-brasileiros. É considerado um dos maiores etnólogos brasileiros. Escreveu cerca de dez livros, a maioria sobre aspectos culturais do negro no Brasil.

que é muito estimado pela população e que faz parte do acervo turístico da cidade. À frente mostro uma foto do baobá do Palácio ¹⁶.

¹⁶ Além do grande e antigo baobá mostrado à frente, conforme informação da Sra. Elenice Godoy, assessora do Programa de Visitação Pública do Governo de Pernambuco, existe um outro pequeno, com cerca de dois anos, plantado por um servidor do Palácio.



Baobá existente na Praça da República, em frente ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo do Estado de Pernambuco.

Edição de 24/05/1980 (Parcial).

Diário de Pernambuco.

Governo tomba árvore - símbolo dos senegaleses

Em solenidade rápida, que durou menos de meia hora, o Governo do Estado e a Prefeitura do Recife tombaram, ontem, a tarde, em frente ao Palácio das Princesas, a árvore africana denominada Baobá, símbolo oficial da República do Senegal. A exibição do Bale Nacional, ansiosamente aguardada não aconteceu, em virtude do não comparecimento de um maracatu.

de 1000. "No normal, acrescentou — "essas arvores tem uma altura de nove metros. Sua característica principal é o tronco grosso e, no caso de femea, acumula grande quantidade de água por dentro, e seu fruto dá um leite que serve para alimentar crianças e extrair óleo comestível".

Paulo Viana adiantou que, o tombamento da Baobá foi determinado pela Secretaria do Meio Ambiente do

Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco, que os recebeu em seu gabinete, na sede da Fundaj, em Casa Forte.

Sociólogo e antropólogo, estudioso da cultura afro-brasileira, além de amigo do presidente da República senegalesa, o autor de "Casa Grande & Senzala" demonstrou aos visitantes um profundo interesse pela cozinha do Senegal, que considera um verdadeiro laboratório de

Bibliografia

- AULER, Guilherme Martínez. *Um Artesanato Petropolitano: as Esculturas de Spangenberg*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1957.
- FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil (Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Número 10)*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1953.
- FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil 1840 - 1900*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte – Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- LEVY, Carlos Roberto Maciel. *Karl Ernst Papf 1833 – 1910*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1980.
- SODRÉ, Alcindo. *Bengala de Petrópolis, in Centenário de Petrópolis, Trabalhos da Comissão do Centenário, Volume VI*. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1943.
- MUSEU IMPERIAL. *Pinacoteca do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura, 1956.¹⁷
- ALVES NETTO, Jeronymo Ferreira. *Tiradentes e o Caminho Novo*. No site do Instituto Histórico do Petrópolis.
- Iconografia Petropolitana (1800-1890)*. Petrópolis: Museu Imperial, [1954].
- CAMPOS, Humberto de. *As Árvores têm Alma*. In revista O Cruzeiro, edição de 26 de abril de 1930. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S.A., 1930.
- RABAÇO, Henrique José. *História de Petrópolis*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis. 1985.
- LORENZI, Harri. *Árvores Brasileiras*. São Paulo: Editora Plantarum Ltda, 1992.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulário e Guia Médico (16 Edição)*. Paris: Livraria de A. Roger e F. Chernoviz, 1897.
- O Alcorão. (Tradução de Mansour Challita)*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, [s/d].
- MEIRA, Célio Silva. *Dissertação de mestrado: Plantas do axé e sua fundamentação religiosa: um estudo de caso no terreiro de Umbanda “Caboclo Boaiadeiro” (fazenda Buraco do Boi – Poções/Bahia)*. Itapetininga, 2013.
- Bíblia Sagrada*. Rio de Janeiro: Sociedades Bíblicas Unidas, [1943].
- RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1940].

¹⁷ Este livro não apresenta o autor, todavia esclarecemos que foi fruto de um trabalho iniciado por Luis Afonso Escragnolle e terminado por Gerardo Britto Raposo da Câmara, em um período que o Museu Imperial foi dirigido por Francisco Marques dos Santos.

CARNEIRO, Edison. Candomblés da Bahia. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora SA, 2008.

CARNEIRO, Edison. Ladinos e Crioulos. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira AS, 1964.

Jornal Diário de Pernambuco, edição de 24 de maio de 1980.

ASSIGNAT – O PAPEL MOEDA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Como decorrência do meu hobby de colecionador, tenho conhecido muita gente do ramo: outros colecionadores, pessoal que trabalha em museus, arquivos e bibliotecas, compradores e vendedores, historiadores, encadernadores, restauradores, antiquários, leiloeiros, etc. Normalmente gente muito boa, interessada no que faz, cordial, disposta a trocar conhecimentos e experiências. Fiz muitas amizades neste meio e mantenho muitas delas.

Uma das boas amizades que fiz foi com um numismata, com sólidos conhecimentos em moedas e cédulas do Brasil e em medalhística.

Chamava-se ele Hélio Fontes Vital, e infelizmente não está mais conosco. Deixou saudades em todos os que o conheceram. Era paraibano de nascimento, embora morasse há muitos anos no Rio de Janeiro, na Tijuca. Casado, tinha mulher e dois filhos, dos quais sempre falava com muito orgulho e carinho. Homem sério, de sólida reputação no meio numismático.

Conheci o Sr. Hélio por acaso. Eu procurava uma determinada moeda e alguém me disse que possivelmente um numismata chamado Cícero poderia tê-la, e me deu o endereço do escritório do referido senhor. Fui ao tal escritório e o Sr. Cícero não estava, mas estava o seu sócio, o Sr. Hélio. Apresentei-me, começamos a conversar e daí em diante tornei-me freguês, não apenas de suas moedas, medalhas e eventualmente documentos, mas também de sua boa conversa e de seus ensinamentos e conselhos.

Um belo dia o Sr. Hélio me ofereceu um pequeno lote de cédulas estrangeiras, algumas antigas, outras nem tanto. A princípio não me interessei pelo lote, mas ao ver que entre as cédulas oferecidas havia alguns “notgelds”¹⁸ e três “assignats”, resolvi ficar com as peças. Não sou colecionador de cédulas e elas não me interessam de modo geral, mas quanto aos notgelds e os assignats o caso muda de figura. São peças de interesse histórico e abrem campo para uma boa pesquisa sobre o período em que estas cédulas foram emitidas.

¹⁸ Notgelds (notgelder em alemão) foi o papel moeda usado em caráter emergencial por países europeus, principalmente Alemanha, Áustria, Hungria e Polônia, na época da primeira Guerra Mundial e nos anos seguintes, até meados da década de 20, para suprir a escassez de moedas metálicas, já que os metais eram muito necessários para confecção de itens bélicos. Tiveram autorização para imprimir notgelds os municípios, institutos diversos, instituições bancárias, etc.

O Sr. Hélio foi bem claro em me explicar que estas peças não eram raridades numismáticas, mas eram muito estimadas pelos colecionadores. Apareciam à venda com frequência e eram rapidamente vendidas, porque nelas sempre havia interessados.

Notgelds diversos

Acervo do autor



ASSIGNATS - o papel moeda da Revolução Francesa.
Acervo do autor.



O que eram os “assignats”?

Ao final do século XIX, no reinado de Luís XVI, antes da Revolução Francesa, a situação econômica da França era grave. Os problemas sociais eram agravados por problemas nas atividades agrícolas, decorrentes do clima; a população fugia do campo para a cidade piorando a agricultura e a situação de moradia nas cidades. As reivindicações populares cresciam.

As finanças reais estavam péssimas.

O regime político era a monarquia absoluta, sendo monarca o Rei Luiz XVI. A população estava dividida em três classes, denominadas três estados, a nobreza, o clero e o povo em geral, englobando a burguesia, os camponeses, artesãos, etc. O modelo típico do chamado “antigo regime”.

O agravamento da situação econômica e social originou a chamada Revolução Francesa, que começou iconicamente com a Queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789. Entretanto, mesmo com a revolução, a situação continuava grave, com o Estado à beira da falência.

O deputado Talleyrand propõe então o confisco dos bens do Clero pelo Estado. Em 2 de novembro de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte decide que os bens do Clero passariam a ser bens nacionais (biens nationaux) e que eles deveriam ser leiloados para suprir os cofres do Estado.

Foi criado um órgão para vender os bens nacionais que anteriormente pertenciam ao Clero, a “Caisse de l’Extraordinaire”. Devido à dificuldade de vender os bens, a Caisse criou os “assignats” e seu funcionamento era o seguinte: o pretendente comprava assignats com moeda corrente que ia para o caixa do Estado; os assignats eram usados para aquisição do bem e entregues ao Estado, que os destruía. Os assignats foram criados em 6 de dezembro de 1790 e inicialmente eram entendidos como um “empréstimo” ao Estado e rendiam juros anuais de 5%.

O sistema não funcionou bem por diversos motivos: foram emitidos assignats com valor superior aos bens; o Estado nem sempre destruía os assignats que tinham sido usados e,

além disso, houve uma grande quantidade de falsificações, inclusive em países interessados em prejudicar a França. O grande número de modelos e valores dos assignats facilitaram também as falsificações, apesar de estar muito claro, inclusive com a advertência impressa nas cédulas que: “La loi punit de mort le contrafacteur” (A lei pune o falsificador com a morte) e “La Nation recompense le denonciateur” (A Nação recompensa o denunciante).

Inicialmente o assignat não devia ter sido usado como moeda, embora mais tarde teve seu curso obrigatório sob pena de morte aos que preferissem outra forma de pagamento.

O assignat foi se depreciando rapidamente e em 19 de fevereiro de 1796 teve seu uso abolido pelo Diretório (órgão que então governava a França). Houve uma grande cerimônia popular para marcar a descontinuação do papel, tendo sido destruídos em praça pública todo material usado em sua fabricação.

Lembrando a Revolução Francesa

Por volta de 1780 a França era governada por uma monarquia absoluta. A população dividia-se em três grupos denominados “ordens” ou “estados”: o clero, a nobreza e o povo, incluindo aí a burguesia, os artesãos, os camponeses e os operários.

Havia problemas de diversas ordens: socioeconômicos decorrentes da má distribuição de renda, de problemas tributários, do fato do alto clero e a nobreza não pagarem impostos; problemas políticos devido à insatisfação geral com a monarquia absolutista e devido à intenção de Luiz XVI de lançar um novo imposto que incluiria o clero e a nobreza. Estes problemas somaram-se a um período de más colheitas que levou o pessoal do campo a fugir para as cidades, piorando os serviços no campo e agravando a vida nas cidades.

Aqueles fatos levaram o Rei a convocar uma grande reunião denominada Estados Gerais, para discutir e resolver o problema da reforma fiscal, que acabaria com os privilégios do clero e da nobreza. A assembleia não deu resultado, pois as votações favoreciam sempre os estados já privilegiados.

O terceiro estado retirou-se dos Estados Gerais e criou uma assembleia nacional permanente com diversas exigências que obtiveram a concordância do Rei, face ao amotinamento das classes populares. O Rei cedeu e obrigou ao clero e a nobreza a se juntarem ao terceiro estado. A assembleia dos estados gerais passou a chamar-se Assembleia Nacional Constituinte.

Mas foi tarde, o descontentamento popular cresceu, sobretudo devido à fome. Houve saques, motins, distúrbios diversos e forte mobilização popular. Em 14 de julho de 1789 o povo parisiense dominou a Bastilha, prisão e depósito de armas e munições, símbolo do regime monárquico francês. As revoltas se espalharam por toda a França dando início à chamada Revolução Francesa.

Não devemos também menosprezar o fato de que outros países importantes já estavam modificando ou mesmo tinham modificado suas formas de governo, passando para a monarquia constitucional. Os literatos e filósofos do período também tiveram grande influência no pensamento da época.

A revolução alterou toda a política francesa e teve influência mundial.

A Revolução Francesa teve quatro fases:

A Revolução Francesa teve quatro fases:

1. Assembleia Nacional Constituinte (1789 a 1791)

Período de abolição do regime feudal e de montagem da ordem monárquica constitucional.

2. Monarquia Constitucional (1791 a 1792)

O regime dividiu-se entre os monarquistas, que queriam ver preservado o poder independente do rei, e a maioria dos representantes na Assembleia, que defendiam o papel dos cidadãos na fiscalização e controle do governo. A Constituição liberal de 1791, obra da Assembleia Nacional Constituinte, definiu a monarquia constitucional. Mas a guerra com a Prússia, a agitação popular que atemorizava os deputados da Assembleia e a fracassada tentativa de fuga de Luís XVI agravaram a situação, levando o regime a um colapso em setembro de 1792.

3. *Convenção (1792 a 1795)*

Nesse momento foi implantada a República, num grave quadro de guerra externa. O movimento dividia-se entre os girondinos (liberais ligados às províncias e interessados na guerra) e os montanheses (apoiados pelas massas populares de Paris, os “sans-culottes, democratas radicais e no princípio contrários à guerra). Luís XVI é guilhotinado em janeiro de 1793, começando o “despotismo da liberdade”. Os montanheses ou jacobinos (como ficaram conhecidos os que se situavam à esquerda na Convenção) controlavam a situação politicamente. Por um ano, entre 1793 e 1794, a Revolução se aprofunda, liderados por Robespierre e pelos jacobinos, dirigindo-se contra a invasão estrangeira e os levantes de rebeldes contrários à Revolução. É o chamado “Grande Terror”. Entretanto, perdendo apoio popular, os líderes Robespierre e Saint-Just e seus companheiros, são guilhotinados em julho de 1794.

4. *Diretório (1795 a 1799)*

Neste período a França torna-se um “país governado por proprietários”. A Constituição do ano III da Revolução, que definia a democracia burguesa, representou o meio-termo do processo revolucionário. Contidas as forças estrangeiras (Prússia, Holanda e Espanha), o exército, que abafara uma reação dos partidários da antiga realeza, passou a ocupar o lugar dos jacobinos e dos sans-culottes, iniciando a construção da Grande Nação, criando “repúblicas irmãs” ao redor da França. Em 1796 fracassou a Conjuração dos Iguais, de Graco Babeuf, última tentativa socialista durante a República. Em 1797, Napoleão Bonaparte vence os austríacos, na Itália. Nesse período cresce o prestígio desse general. Em 1798, a burguesia enfrenta ainda uma última vitória eleitoral dos jacobinos; no ano seguinte a Assembleia é dissolvida, e o Diretório é substituído por três “cônsules” provisórios: Napoleão, Sieyes e Ducos. É o golpe que dá início ao Consulado, sob o lema: “a Revolução acabou”.

Notas à margem

O livro Dinheiro e Magia, de Hans Binswanger, cuja tradução para o português traz um prefácio e um posfácio de lavra do economista Gustavo Franco, apresenta algumas informações interessantes para o entendimento do desastre financeiro que foram os assignats franceses.

Na realidade estas informações existem nos textos de Gustavo Franco, professor da PUC e ex-presidente do Banco Central.

O livro consiste numa análise com comentários da obra Fausto, de Goethe, que trata de uma aposta entre Mefistófeles, personagem diabólico, da época da Idade Média, e Fausto um erudito. O prêmio é a alma de Fausto. Não conto quem ganhou a aposta.

Entretanto, parece-me mais interessante algumas explicações de Franco: diz ele que a obra Fausto tem duas partes, ambas muito extensas, sendo que a segunda, bem mais extensa que a primeira, trata principalmente de aspectos da economia. Desgraças provocadas por ações econômicas; o livro Dinheiro e Magia trata bastante desta segunda parte.

Uma das grandes metas das pesquisas dos sábios antigos era conseguir a transformação de um metal comum em ouro. Este conjunto de pesquisas e experiências teve o nome genérico de “alquimia” e sua meta não foi atingida. Entretanto a alquimia apresentou um resultado colateral importante: foram descobertos novos elementos, registradas suas propriedades, estudadas suas reações, a produção mais eficiente, a purificação de elementos, fabricação de ligas, etc. E isto deu origem à ciência química.

Binswanger, como explica Gustavo Franco, mostra que Mefistófeles diz a Fausto que não há necessidade de transformar um metal em ouro; ganhos semelhantes podem ser conseguidos mais facilmente por ações econômicas, que podem trazer grandes lucros para alguns e grandes perdas e sofrimentos para muitos. E menciona o caso de empréstimos públicos feitos sem um lastro real, que ao final trazem a bancarrota e a desgraça para muitos.

Franco explica que este foi o caso dos Assignats; inicialmente, ao serem lançados, tinham como lastro os sólidos bens da Igreja, terras, ouro, propriedades, etc, mas com o tempo foram emitidos mais títulos sem o respectivo lastro, o que provocou a ruína do sistema e causou grande prejuízo à população.

Tenho observado que aqui no Brasil e mesmo em outras partes do mundo, volta e meia surgem “processos” semelhantes, como foi o caso dos “Certificados de Privatização”, que tantos prejuízos trouxeram ao Brasil e à população.

Outro processo do gênero são as chamadas “filipetas”, “pirâmides” ou “correntes”, há muito proibidas por lei, mas que ainda costumam surgir de forma velada ou travestida.

Lembro que em minha juventude surgiu uma pirâmide (não tinha este título) bem interessante. Funcionava assim: uma pessoa A era chamada por um amigo a entrar na corrente; ela devia enviar um cheque de um determinado valor, digamos \$75,00, para adquirir um par de sapatos Samello (da marca me lembro bem) no valor de \$300,00. Quando o cheque era descontado a pessoa recebia um formulário a ser passado para quatro pessoas que deveriam fazer idêntica transferência de \$75,00 para o mencionado endereço; quando estes cheques eram descontados a pessoa A recebia o par de sapatos. Eu tinha um amigo que entrou na corrente e recebeu corretamente o calçado por um quarto de seu valor real. O problema é que após algum tempo as pessoas não conseguiram mais passar a filipeta; o mercado ficou saturado ou começou a perceber o logro. Neste momento o idealizador da fraude (não creio que tenha sido a Samello) já teve um bom lucro com a venda dos sapatos e com o recebimento de inúmeros cheques de correntistas que não foram contemplados com os sapatos, saiu do cenário; alguns poucos receberam o calçado e inocentemente foram propagandistas da fraude e uma grande quantidade de pessoas teve seu prejuízo.

Bibliografia

CARVALHO, Delgado. História Geral, Volume IV. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, [1970].

BINSWANGER, Hans Christoph. Dinheiro e Magia. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, [2011].

CORAZZA, Gentil. O Processo de Privatização do Governo Collor. (Artigo encontrado na internet).

HOBSBAWM, Eric John Ernest. A Era das Revoluções, 1789-1848. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

O IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES

Certa feita o meu amigo Marcelo Castro , conhecido antiquário em Petrópolis, me vendeu um lote de papeis antigos ligados à Companhia Petropolitana de Tecidos. Eram notas fiscais de pequenas compras realizadas pela Companhia no Rio de Janeiro e em Petrópolis, algumas cartas de clientes, letras de câmbio, recibos de pagamentos de impostos, apólices de seguro, etc. Documentos muito interessantes e que despertaram minha curiosidade. Alguns deles eram anteriores a 1889 e, portanto, da época do Império. Diversos traziam estampado o brasão imperial, que é um forte atrativo para os colecionadores. É um atestado visual de antiguidade e de ter pertencido a uma outra época política do País.

Um desses documentos era um recibo de pagamento de um Imposto de Indústria e Profissões, emitido em nome de Luiz Coelho, diretor da Companhia Petropolitana. É claro que aquele documento despertou mais ainda minha curiosidade, uma vez que a Petropolitana foi um dos estabelecimentos industriais mais importantes da cidade, além de motivo de orgulho dos conterrâneos.

O tema “impostos” é sempre muito importante na história, uma vez que ele tangencia o comércio, a indústria, o agronegócio, as diversas formas de transações financeiras, importações e exportações. O Brasil, e anteriormente Portugal, sempre foi pródigo em impostos, taxas, receitas, etc. recolhidos aos cofres governamentais. Até os dias de hoje este tema é recorrente e alvo de inúmeras e contínuas discussões entre os poderes do Estado e a sociedade. Neste momento discute-se, como sempre, a necessidade de uma reforma tributária (tema recorrente há anos) e a volta de um antigo imposto chamado CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, imposto este que já existiu, foi extinto e agora poderá ressurgir.

Ao fazer uma pesquisa sobre o Imposto de Indústria e Profissões, constatei algo interessante: esse imposto tinha uma “árvore genealógica”, ele derivava de outros mais antigos que foram se modificando com o tempo. Passo a explicar essa gênese que remonta ao tempo do reinado e talvez vá até mais longe.

Criação do Banco do Brasil. Pelo Alvará de 12 de outubro de 1808, o Príncipe Regente (Dom João), cria um “Banco Nacional nesta Capital”. A finalidade principal

declarada da criação desse banco pode ser encontrada no resumo do Alvará, existente em seu final, o qual transcrevo (atualizando a ortografia):

“Alvará com força de Lei pela qual Vossa Alteza Real há por bem criar um Banco Nacional para animar o comércio, promovendo os interesses reais e públicos; na forma que nele se declara.”

Anexo ao texto do alvará seguem os Estatutos do banco então criado e destaco alguns aspectos: O art. 1 determina que o banco será estabelecido no Rio de Janeiro e será denominado Banco do Brasil. Esse banco iniciaria seu efetivo funcionamento “tão logo haja em caixa cem ações”. O art. 4 diz: “O fundo capital do Banco será de 1.200:000\$000, dividido em 1200 ações de 1:000\$000 cada uma. Porém este fundo capital poder-se-há aumentar para o futuro por meio de novas ações.”

Alvará de 20 de outubro de 1812. “Estabelece um imposto sobre seges¹⁹, lojas e embarcações para fundo capital do Banco do Brasil.” O Príncipe Regente constatou que a integralização das 1200 ações não estava sendo conseguida e por este Alvará resolveu: “hei por bem que a minha Real Fazenda entre como acionista nos cofres do Banco do Brasil com o produto de algumas nova imposições abaixo declaradas, ...”. O Príncipe criou assim alguns impostos para gerar renda que seria transformada em ações, e inclusive menciona no artigo VII do alvará: “... devendo ser seu produto escriturado separadamente e remetido ao Real Erário, para deste passar ao cofre do Banco do Brasil a quantia que necessária for em cada um ano, afim de se completar no cofre do mesmo Banco uma entrada efetiva de 100:000\$000 por ano, e assim sucessivamente por espaço de 10 anos.”

No final do texto do alvará existe o seguinte resumo:

“Alvará com força de lei pelo qual Vossa Alteza Real querendo auxiliar eficazmente o Banco do Brasil, e promover o concurso de novos acionistas particulares, assegurando-lhes vantajosos lucros dos seus cabedais postos no cofre do Banco, é servido estabelecer impostos no mesmo declarados.”

¹⁹ Sege era o nome dado a alguns tipos de carruagens.

Lei nº 70 de 22 de outubro de 1836. Esta Lei orça “... a Receita e fixa a Despesa Geral do Império para o ano financeiro de 1837 – 1838, e outras disposições.”. Em seu Título II, que trata da receita geral, art. 8º, alínea 4, é estipulado:

“O imposto estabelecido pelo § 2.º do Alvará de 20 de Outubro de 1812 será substituído nesta Corte e nas Capitais da Bahia, Pernambuco e Maranhão pelo novo imposto de 10 por cento do aluguel das lojas constantes do citado parágrafo, e extensivo a qualquer casa ou loja, que contiver gêneros expostos á venda, seja por grosso ou a retalho; e bem assim ás casas de consignaçon de escravos, ás em que se vender carne verde, ás fabricas de charutos, ás cocheiras e cavalariças que contenham seges e cavalos de aluguel, e aos escritórios dos Negociantes, Advogados, Tabeliães, Escrivães, Corretores, e Cambistas. Nas demais Cidades e Vilas do Império, sujeitas ao antigo imposto, será este cobrado, com d'antes, sendo porém extensivo aos novos objetos de que trata este parágrafo.”

Lei nº 317, de 21 de outubro de 1843. Fixando a Despesa e orçando a Receita para os exercícios de 1843 – 1844 e 1844 – 1845. Esta Lei, em seu Título II, da Receita Geral, artigo, estipula:

“O imposto das lojas estabelecido pelo Alvará de 20 de Outubro de 1842, e art. 9º, parágrafo 4º da Lei de 22 de outubro de 1836, fica elevado ao dobro do que atualmente se paga nas Cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão; e nas outras Cidades e Vilas do Império, e lugares do Município da Corte fora da Cidade, será substituído por uma patente, cujo mínimo será de, 12\$800, e o máximo de 40\$000 conforme a importância comercial dos lugares e estabelecimentos. As tipografias ficam também sujeitas á patente de 20\$000 a 1:000\$000 segundo a importância de cada uma.”

Lei nº 1507 de 26 de setembro de 1867. Fixa a despesa e orça a receita geral do Império para os exercícios de 1867 – 1868 e 1868 – 1869 e dá outras providências. Esta Lei em seu Capítulo II, Receita Geral, Art. 11, estipula:

“Art. 11. O Governo fica autorizado para alterar o sistema de arrecadação do imposto sobre as indústrias e profissões, criado pelo § 2º do Alvará de 20 de Outubro de 1812, e outras leis posteriores, substituindo-o por um imposto, que será devido por toda a pessoa nacional ou estrangeira que exercer no Império qualquer indústria ou profissão, arte ou ofício, não compreendido nas isenções estabelecidas por lei.”

“As tabelas, que o Governo organizar para a cobrança do imposto, ficam dependentes da definitiva aprovação do Poder Legislativo, sendo, porém, logo postas em execução.”

Decreto Nº 4346, de 23 de março de 1869. Dá Regulamento para a arrecadação do imposto sobre indústrias e profissões.

“ Art. 1º O imposto de indústrias e profissões, que, na conformidade da Lei nº 1507 de 26 de Setembro de 1867, substitui o de lojas, o de casas de modas, o de moveis e de outros gêneros fabricados no estrangeiro, o de Despachantes, Corretores e Agentes de leilões, criados pelo Alvará de 20 de Outubro de 1812 § 2º, Lei de 21 de Outubro de 1843 e posteriores disposições, é devido por todo o nacional ou estrangeiro, que exercer no Império indústria ou profissão, arte ou ofício, que se não compreender nas isenções, de que trata o art. 4º deste Regulamento.”

“Art. 2º O imposto compõe-se de taxas fixas e proporcionais.

A taxa fixa, que não excederá de 2:000\$000, tem por base a natureza e classe das indústrias e profissões, e a importância comercial das praças e lugares, em que forem exercidas, e, quanto aos estabelecimentos industriais, o numero de operários, fornos, alambiques e outros meios de produção.

A taxa proporcional, que não excederá de 20 % tem por base o valor locativo do prédio ou local, que servir para o exercício de indústria ou a profissão, compreendidos, quanto aos estabelecimentos industriais, todos os meios materiais de produção.

As Sociedades anônimas ou Companhias pagarão o imposto na razão de 1 1/2 % dos benefícios distribuídos aos acionistas no exercício anterior ao do lançamento.”

Art. 3º As taxas fixas e a dos dividendos das Sociedades anônimas serão cobradas na forma das tabelas A, B e C.

A cobrança da taxa proporcional regular-se-á pela tabela D.

Não estão sujeitas á taxa proporcional as indústrias e profissões mencionadas somente nas tabelas A, B e C, e nem á fixa as que só o estão na tabela D.”

Decreto 9870 de 22 de fevereiro de 1888. Introduz modificações no regulamento de arrecadação do Imposto de Indústria e Profissões.

O recibo de pagamento do imposto pelo diretor Luiz Coelho, da Companhia Petropolitana, menciona este Decreto 4346, de 23 de março de 1869.

Esse Imposto continuou a existir em todo o período monárquico e por muitos anos no período republicano. Ele foi perdendo sua importância pelo aparecimento de outros impostos, e alguns autores como Ronald Domingues em seu *Histórico do Sistema Tributário Brasileiro* entendem que ele foi substituído pelo ISS- Imposto sobre Serviços. Outros autores entendem que ele foi parcialmente substituído pelo Imposto sobre a Renda.

Recibo de pagamento do Imposto de Indústria e Profissões do diretor da Companhia [Petropolitana] Luiz Coelho, referente ao 1º semestre de 1885-1886.

Coleção do autor

Districto fl. AB 2,637

N.º Peric

1.º Semestre de 1885 - 1886

IMPOSTO DE INDUSTRIAS E PROFISSÕES

Fixo	75\$000	
Proporcional. . .	<u>20\$000</u>	95\$000
Multa de 6 por cento		5\$700
		<u>100\$700</u>
- Mais 4 por cento		\$
		<u>\$</u>

Certifico que o Sr. Luiz Coelho,
Director da Companhia,
deve de imposto a quantia de cem mil setecentos
res (incluzendo multa), lançado pela casa n.º 97
da rua de S. de Lourenço

Recebedoria do Rio de Janeiro, 7 de Out de 1885.

Pelo Chefe da Secção,
Jos. Bernardino

Recebi em 28 de Out de 1885.

Luiz Coelho

2098

NOTABILIDADES COMMERCIAES.

COMPANHIA PETROPOLITANA

FABRICA

DE

FIACÃO E TECIDOS

CASCATINHA

MUNICIPIO DE PETROPOLIS

DEPOSITO E ESCRITORIO NA CORTE

64, Rua do General Camara, 64

Superintendente e director gerente da fabrica

Esta companhia novamente organizada com um capital realiado de 1.000:000\$000 montou em Cascatinha uma fabrica de primeira ordem de fiação e tecidos de algodão, e de quaesquer outras materias textis, sendo installada com as mais novas e perfeitas machinas importadas da Inglaterra. O motor, uma força motriz d'agua da maior importancia, põe a companhia no estado de competir com qualquer outra fabrica do seu genero movida a vapor.

(art. 120c)

1205]

COMP. PETROPOLITANA

Prov. do Rio de Janeiro

Séde na Côte, r. da Candelaria, 15

Capital 1,000:000\$000, realizado em 5,000 acções de 200\$000.

Fabrica de fição e tecidos em *Cascatinha*, perto da cidade de Petropolis

DIRECTORIA

Presidente. — Miguel Calogeras.

Secretario. — E. P. Wilson Junior, praça das Marinhas, 2.

Thesoureiro. — Otto Simon, r. da Candelaria, 15 e r. General Camara, 64.

CONSELHO FISCAL

Bernardo Caymari.

José M. Frias.

Antonio Martins Lage Filho, r. Primeiro de Março, 81.

(Para mais informações veja *Notabilidades*, pag. 2098).

(art. 1205)

INDUSTRIA, Grupo 6.º

1858

1205]

COMP. PETROPOLITANA

Municipio de Petropolis, Prov. do Rio de Janeiro

Escritorio central, r. Primeiro de Março, 97, sobrado.

Capital realizado 2,000:000\$000, em 10,000 acções de 200\$000.

Fabrica de fição e tecidos na *Cascatinha*, em Petropolis

DIRECTORIA

Joaquim de Mattos Vieira, r. de S. Bento, 39.

Joaquim Dias Custodio de Oliveira, r. do Visconde de Inhaúma, 12.

João Luiz Coelho, r. Primeiro de Março, 97.

Bibliografia

AMED, Fernando José e NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. História dos Tributos no Brasil. São Paulo: Edições SINAESP, 2000.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial para o Império do Brasil. (Almanak Laemmert). Diversas edições.

Coleção de Leis do Império do Brasil. Diversos volumes.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. História do direito tributário: o Decreto nº 9.870, de 22 de fevereiro de 1888, e a regulamentação do imposto de Indústrias e Profissões. Notas a propósito de uma arqueologia normativa do imposto de renda.

GONÇALVES, Cleber Baptista. Iconografia dos Valores Impressos no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 1979.

MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. A Formação Industrial de Petrópolis. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

LIÇÕES E LEMBRANÇAS DO ANTIQUÁRIO PAULO AFFONSO DE CARVALHO MACHADO

Nas décadas de 70 e 80 (talvez até antes) havia em Copacabana uma loja de antiguidades de nome Snob, que pertencia ao Sr. Paulo Affonso de Carvalho Machado.

Sempre que podia eu dava uma passada na Snob para comprar alguma peça, ou para apreciar a grande quantidade de admiráveis objetos antigos que havia na loja, sempre muito bem arrumados e limpos, em contraste com a maioria dos outros antiquários da cidade, e, principalmente, para conversar com Paulo Affonso. Na realidade não era bem uma conversa; eu perguntava alguma coisa sobre uma peça e o Paulo discorria por muito tempo sobre o objeto, sua história, os costumes da época e assim por diante. Verdadeiras aulas sobre antiguidades e sobre a micro história do período.

Vou tentar reproduzir algumas das histórias que escutei e das quais me lembro, mas é claro que sem a verve e o brilhantismo do Paulo Affonso.

Uma vez, conversando sobre porcelanas com brasões e monogramas, assunto que me empolgava na época (lá pelas décadas de 70/80), Paulo Affonso me disse que eu deveria prestar muita atenção nesse tipo de peça, observar seu estado de conservação, atentar para o fato de terem sido peças de brasileiros ou peças de personalidades estrangeiras, pois essas são bem menos valiosas e desejadas. A maioria dos colecionadores prefere peças que pertenceram a aristocratas brasileiros, mesmo aquelas que foram fabricadas no exterior. As peças preferidas e mais valiosas são aquelas que figuram em catálogos.

Paulo era um entusiasta com as antiguidades e a história do Brasil.

E me contou o seguinte caso: disse-me que nas primeiras décadas do século 20 era comum que fosse oferecido aos noivos em lua de mel, na manhã seguinte à noite de núpcias, uma cesta com frutas da época. Estas oferendas eram por vezes encomendadas na Confeitaria Colombo e as frutas eram entregues aos noivos em pratos ou travessas com a logomarca da loja, um escudo com as iniciais CC, encimadas por uma coroa ou outro distintivo heráldico.

Um belo dia, chegou ao seu antiquário um senhor querendo vender um prato de porcelana com as ditas iniciais, alegando tratar-se de uma peça rara e histórica e que teria

pertencido a um conde importante, o Conde de Cadaval²⁰. Paulo disse-me que riu muito do ocorrido e despachou o farsante na hora. É uma história interessante e que encerra uma lição.

Uma peça que Paulo Affonso me vendeu e pela qual tenho apreço e orgulho é um prato de porcelana que pertenceu a um serviço do Almirante Custódio José de Mello²¹. O prato tem apenas as iniciais CJM e Paulo Affonso comprovou ter ele pertencido ao almirante, apresentando uma carta de uma descendente do militar, documento onde ela afirmava a procedência.

Comprei também com Paulo Affonso dois belos pratos com monogramas. Um deles tinha o monograma EG e o outro JG. Pratos diferentes um do outro, de conhecidos fabricantes franceses, também diversos. Paulo disse-me que a pessoa que lhe vendeu as peças afirmou serem de origem da família Guinle, um de um serviço de Eduardo Guinle e outro de Jorge Guinle, mas que ele não confirmava a procedência. Não constavam de catálogos, não havia nenhuma comprovação. Como os pratos estavam a bom preço, eram muito bonitos e se tiverem sido mesmo da família Guinle serão muito valiosos para mim - afinal os Guinle tiveram residências em Petrópolis e foram importantes para a cidade - adquirei os pratos. Mais à frente mostro fotos dos pratos. Quem sabe um dia eu consiga comprovar essa procedência.

Paulo Affonso sempre afirmava que a procedência da peça tem que ter alguma forma de comprovação. Disse-me que por vezes surgia um vendedor afirmando que tal escrivania ou tal piano teriam pertencido a determinado barão ou conde, mas não tinha como comprovar. Mesmo com vontade de acreditar, ele não adquiria a peça, pois dificilmente conseguiria vendê-la por um preço maior que o de um móvel comum. É necessário ter um comprovante, um recibo de compra, uma fotografia do antigo dono ao lado da peça, etc, para dar ao

²⁰ Não existiu Conde de Cadaval. Existiram sim, diversos Duques de Cadaval. Um deles, o quinto Duque de Cadaval, Dom Miguel Caetano Álvares Pereira de Melo, veio com a frota que acompanhou D. João, o Príncipe Regente, em sua vinda para o Brasil. A nau em que veio, de nome Dom João Castro, aportou na Bahia, e Dom Miguel lá faleceu, em 14 de março de 1808, pouco depois de sua chegada. A família veio para o Rio de Janeiro e aqui ficou até 1916, quando retornou a Portugal. Seu filho Dom Nuno tornou-se o sexto Duque de Cadaval.

²¹ O Almirante Custódio José de Mello foi Ministro da Marinha no governo do Presidente Floriano Peixoto. Com ele se desentendeu e juntamente com o Almirante Saldanha da Gama liderou, em 1893, um movimento que ficou conhecido como Revolta da Armada. Os militares contestavam a legalidade do governo Floriano, pois segundo a Constituição o vice-presidente só poderia assumir a Presidência após dois anos de mandato do titular. Tendo Deodoro renunciado com menos de dois anos de mandato, os revoltosos não aceitavam o governo de Floriano. O governo debelou a revolta.

adquirente uma certeza do que está comprando e para que o mesmo possa vendê-la no futuro, sem correr o risco de ter prejuízo. Uma boa lição.

O antiquário Paulo Affonso foi também um autor de livros sobre antiguidades. Publicou: *Antiguidades Brasileiras* (1965), *Ourivesaria Baiana* (1973) e *Antiguidades do Brasil* (1983).

Apresento a seguir dois depoimentos sobre Paulo Affonso, transcritos do livro *Antiguidades do Brasil*, que bem expressam a visão e o modo de ser do antiquário:

Trechos da “orelha” do livro, escrita por Roberto Magalhães Veiga:

“Conhecer um objeto é conhecer sua época, os romances e música em voga, os meios de transporte utilizados, a forma de governo, os padrões estéticos vigentes, as camadas sociais e suas relações, a família e as crenças religiosas, em suma, reconstruir uma realidade específica que uma certa época conheceu.

Neste particular, meu amigo Paulo Affonso é imbatível.”

“Tudo isso enriquecido pelo cronista Paulo Affonso, que, com seu humor oblíquo, emérito “contador de casos”, relata histórias e anedotas ligadas a cada peça e a seus possuidores, detalhes saborosos que nos permitem compreender a atmosfera de um certo momento histórico muito melhor que ambiciosas teorias.”

“Agora, para fazer este trajeto e preciso um Paulo Affonso por perto. Ele criou um ponto único no Rio, lugar de conversas animadas e informais.”

Trechos do artigo “A Loja de Antiguidades”, de Lúcia Benedetti²², inserido no livro de Paulo Affonso. Lucia traça um paralelo entre a loja descrita no livro de Dickens²³: “Lojas de Antiguidades” com o antiquário de Paulo Affonso. A loja que inspirou Dickens ainda existe em Londres e Lúcia a visitou nos idos de 50.

“Até que um dia entrei numa lojinha de antiguidades em Copacabana. Repentinamente senti o mesmo ambiente de encantamento, o mesmo mistério nos objetos antigos que deixam de ser apenas objetos antigos para se transformarem em depoimentos, testemunhas de opulência, seres eloquentes, miseráveis ou felizes. Tal como na lojinha de Dickens, uma voz cordial me convidou a entrar. A bem dizer eu lá estava, mas a loja se aprofundava e lá no fundo, imperando sobre seu reino encantado, estava mestre Paulo Affonso. Foi o começo de uma longa e feliz amizade, em que aprendi a desvendar, primeiro, a cortesia de um fidalgo, depois a cultura de um intelectual, um verdadeiro mestre no seu ofício, uma criatura generosa, capaz de perder horas explicando a uma velhinha ignorante a diferença entre um brilhante e uma crisólita.”

²² Lúcia Matias Benedetti Magalhães foi uma escritora romancista, teatróloga, cronista e tradutora brasileira. Nasceu em Mococa no Estado de São Paulo em 30 de março de 1914 e faleceu no Rio de Janeiro em 1998).

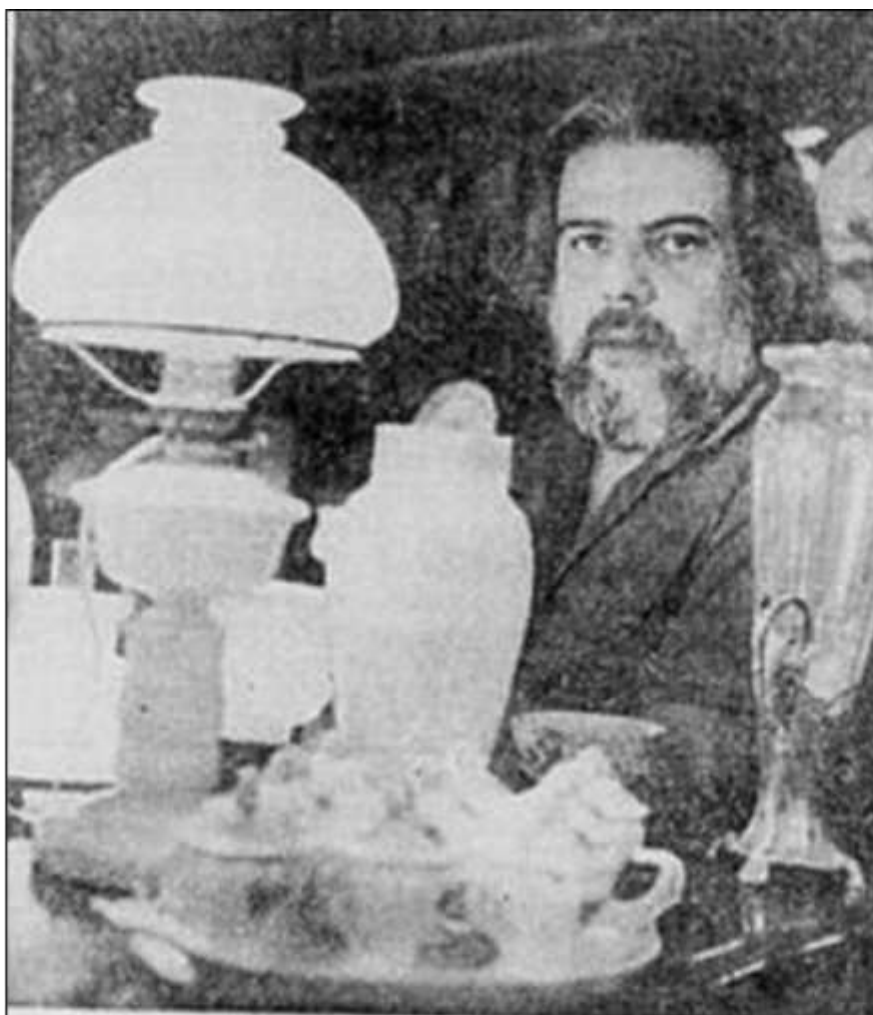
²³ Charles Dickens foi o mais popular romancista inglês da era vitoriana. Nasceu em Portsmouth, Inglaterra em 1812 e faleceu em Kent, Inglaterra, em 1870. Seu livro “Loja de Antiguidades” (The Old Curiosity Shop) foi escrito em 1840/41.



**Prato que pertenceu ao serviço do
Almirante Custódio José de Mello.
Monograma CJM**



**Selo da manufatura francesa de
Emile Bourgeois (sec XIX)**



Esta foto do antiquário Paulo Affonso foi publicada no Jornal do Brasil, na edição de 17 de abril de 1984.

Fazia parte de um artigo de Maria Helena Gomes de Almeida, publicado por ocasião do lançamento do livro de Paulo Affonso: “Antiguidades do Brasil”.

A reportagem que se intitulava “As peças que servem à reconstrução da História” inicia com uma frase de Paulo Affonso, que exprime a visão com que ele elaborou seu livro: “Conhecer um objeto antigo é ser capaz de reconstruir a realidade específica de um certo momento histórico”.

Acredito que os estudiosos de antiguidades tem normalmente esta visão ou visão semelhante.

**Porcelana com o selo Philliyuyt
& C
Paris**

Monograma EG

Poderá ser Eduardo Guinle ?



**Porcelana com a
assinatura J. Etienne, 99,
Rue Paradis.**

Monograma JG (?)

Poderá ser Jorge Guinle ?

UM MÓVEL GUARDA-LIVROS DE FABRICAÇÃO LEANDRO MARTINS E UMA BOA LIÇÃO

Por volta do ano 1976 eu estava fazendo um curso em Copacabana. Terminada a aula resolvi dar um passeio pelo bairro e passei em frente a uma loja onde se realizava um leilão de antiguidades e peças de arte. O leiloeiro era o Sr. Barreto²⁴, o qual depois vim a saber, foi um dos mais conceituados leiloeiros da época. Cheio de curiosidade, entrei e comecei a assistir ao leilão. Até que em dado momento o Sr. Barreto apregoou um armário para guarda de livros, com portas de vidro. O lance inicial era de Cr\$1000,00 (um mil cruzeiros, moeda da época). Ergui o braço e confirmei o lance inicial; para minha surpresa o leiloeiro bateu o martelo e eu comprei o móvel que veio em boa hora, pois eu havia me mudado há pouco e meus livros estavam empilhados, sem um lugar adequado para sua guarda.

No sábado seguinte fui à loja pagar as minhas compras e levar o móvel. Contratei uma kombi, daquelas que tem uma pequena carroceria, e começamos as providências do embarque. Foi quando o motorista me disse que o móvel cabia em pé na carroceria e não seria necessário desmontá-lo. Seria mais rápido e mais seguro. Relutei um pouco; argumentei que a trepidação poderia aluir o móvel, quebrar vidros, etc; mas o motorista acabou me convencendo e terminei por concordar em levar o móvel montado, mas desde que ele fosse muito bem amarrado e estaiado, com uma corda passada à sua volta para impedir que as portas se abrissem e acabassem danificadas. Na realidade eu havia comprado outras peças e foi também necessário que elas viessem bem presas, para evitar danos ao guarda-livros.

²⁴ Sebastião de Mendonça Barreto foi um importante leiloeiro. Rivalizava com o célebre Ernani, com Leone, Acyr, Paulo Affonso e outros leiloeiros da época. Como os demais, leiloava imóveis, veículos, maquinário usado, além de obras de arte e antiguidades. Mas é nesta área que ele se destacava. Sempre soberano, exibindo um humor agradável e sóbrio, costumava realizar seus leilões envergando um elegante smoking; afinal seus leilões eram frequentados por industriais, empresários e figuras do “society”. Uma vez, em um leilão na solar da Pereira da Silva, sentei-me ao lado da belíssima Adalgisa Colombo, uma famosa ex Miss Brasil, depois ex Vice Miss Universo, com seu marido, o importante empresário Flávio Teruszkin. Os coquetéis oferecidos durante os leilões eram soberbos: finíssimos canapés, whisky, champagne, vinhos, etc. Um leilão de arte era um evento social, amplamente comentado nos jornais e revistas, antes e depois do acontecimento.

Barreto foi muito ativo na década de 70. Teve loja de leilões na Av. Princesa Isabel, em Copacabana, onde fui ao meu primeiro leilão, depois na Rua Soares Cabral, 82, Laranjeiras, e finalmente na Rua Pereira da Silva, também nas Laranjeiras.

Coloquei o belo móvel na sala de estar – era o único móvel – passei um pano para tirar o pó e o abri para fazer o mesmo por dentro. Aí aconteceu o improvável: dentro do móvel havia um grosso rolo de desenhos, gravuras antigas, bicos de pena, etc talvez trinta a quarenta obras. Bem aborrecido empreendi viagem de retorno de meu apartamento na Ilha do Governador para Copacabana, com bastante pressa, pois necessitava encontrar a loja aberta para devolver os papéis.

Lá chegando expus o assunto ao Sr. Barreto e ele pegou o rolo, colocou em uma gaveta de sua escrivaninha, fechou-a e me disse: “Sr. Eduardo, o senhor foi muito correto em vir trazer-me os desenhos e lhe fico muito grato, entretanto aprenda o seguinte: quando alguém compra uma peça em um leilão ele a compra toda, inclusive o que está dentro. Assim, que o senhor quisesse teria ficado, de pleno direito, com os desenhos. Se o senhor comprar um baú e ao abri-lo constatar que ele está cheio de moedas de ouro, elas lhe pertencem.”

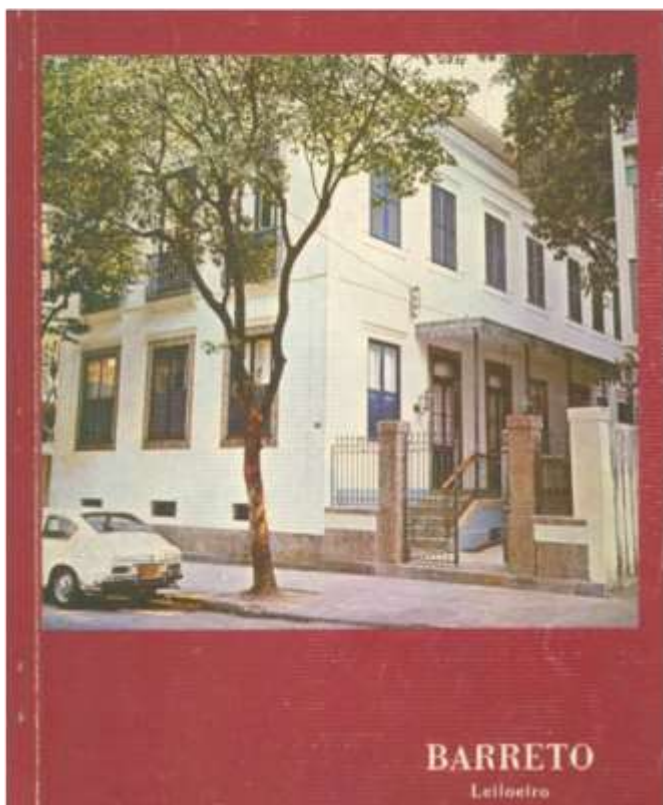
Foi uma boa lição.



Jornal do Brasil
2 de março de 1972



Jornal do Brasil
28/29 de junho de 1970



Folha de Rosto de um catálogo de leilão do leiloeiro Barreto mostrando a entrada do Solar do Barreto na Rua Pereira da Silva, 219.

Esta sala de leilões, também chamada Solar das Laranjeiras, foi inaugurada com um leilão dos dias 12 a 21 de agosto de 1974, conforme informou o Diário de Notícias, em sua edição de 11/12 de agosto de 1974.

Nela, Sebastião de Mendonça Barreto realizou inúmeros e apreciadíssimos leilões de artes e antiguidades.

Mas a história não parou aí. Verifiquei que o móvel tinha uma etiqueta do fabricante Leandro Martins, que, vim a saber depois, foi um dos mais conceituados fabricantes de móveis da época. Naquele tempo havia muitos fabricantes de móveis no Rio de Janeiro, mas os que eram e são louvados pelos leiloeiros, antiquários e colecionadores são aqueles das fábricas de Leandro Martins e de Laubisch e Hirth.



Etiquetas metálicas encontradas em móveis Leandro Martins.



A etiqueta do concorrente Laubisch e Hirt.

Quando eu comentei com minha mãe sobre o móvel que havia comprado, para meu espanto, ela me disse que seus móveis de sala e quarto eram daquele mesmo fabricante. E eu me utilizei daqueles móveis por muitos anos sem o saber. Mais surpreendido ainda fiquei

quando minha mãe me disse que Leandro Martins era avô ou bisavô de um colega de classe que tive no passado, chamado Alexandre Dupeyrat Martins.

Outra curiosidade: meu pai me disse que os móveis foram comprados com moedas de prata que ele pacientemente juntou ao longo de muitos anos. Nos anos que antecederam o casamento de meus pais em 1943, quando os móveis devem ter sido comprados, circulavam algumas moedas de prata, e passo a descrever algumas:

2.000 réis de prata, que foram cunhadas de 1924 a 1934, mas que continuaram a circular por alguns anos. Os numismatas²⁵ as apelidaram de “mixurucas”, uma gíria hoje em desuso, mas que era aplicada a objetos de pouco valor, feios ou desprezados. Esta moeda foi feita com um título²⁶ muito baixo, 500, teve uma emissão muito grande, e foi, portanto desvalorizada.



2000 réis de prata que foram cunhados de 1924 a 1934, mais ficaram circulando por mais alguns anos.

2.000 réis de prata, moeda comemorativa do IV Centenário da Colonização do Brasil. Ela comemora a fundação da primeira Vila brasileira, a Vila de São Vicente, por Martim

²⁵ Numismatas são pessoas dedicadas ao estudo ou comércio de moedas e ainda àqueles que as colecionam.

²⁶ O título do metal de uma moeda representa o seu teor de prata ou de ouro. Assim uma moeda de prata título 500 teria em sua composição 50% de prata, uma de ouro de título 900, teria 90% de ouro.

Afonso de Souza. No anverso²⁷, o busto do Rei Dom João III; no reverso aparecem o valor e as armas do Rei de Portugal. Foram cunhadas apenas em 1932, mas circularam por bem mais tempo. Seu título era também 500. Essa moeda fazia parte de uma série de seis moedas, de diversos valores e metais, conhecida com o nome de série vicentina.



2000 réis de prata que foram cunhados de 1932 em comemoração ao IV Centenário da Colonização do Brasil.

2.000 réis de prata, moeda com a efígie do Duque de Caxias. Foram cunhadas apenas em 1935, mas circularam por bem mais tempo. Seu título era também 500.



2000 réis de prata que foram cunhados de 1935 com a efígie do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

²⁷ Costuma-se chamar anverso de uma moeda a face onde aparece um busto ou imagem de um soberano, presidente, vulto homenageado, etc; no reverso costuma aparecer o valor e informações secundárias. Normamente o anverso é a “cara” e o reverso a “coroa”. Entretanto há autores que dão interpretação diferente.

5.000 réis de prata, moeda que tinha no reverso uma asa e no anverso a cabeça de Santos Dumont. Foram cunhadas em grande quantidade nos anos de 1936, 37 e 38, mas circularam por bem mais tempo. Seu título era 600.



5000 réis de prata que foram cunhados de 193, 37e 38 com a cabeça de Santos Dumont no anverso.

Sobre esta moeda há uma história curiosa: a partir do final do século XIX até o final do XX, o baixo meretrício da cidade estava instalado em uma região denominada “zona do Mangue”. Na realidade a região foi mudando de lugar, começou na Rua Pinto de Azevedo, depois passou para a Rua Júlio do Carmo, mais tarde para as proximidades da Travessa do Guedes com a Rua Miguel de Frias, mais ou menos onde hoje está a Prefeitura do Rio de Janeiro. Ocorreu que o preço dos favores de uma mulher da região do Mangue era cerca de 5000 réis na época em que a moeda da asa foi emitida, e como o pessoal saliente da época tão logo ganhava uma destas moedas “voava” para o Mangue, a moeda ganhou da população o apelido de “voando para o Mangue”.

Leandro Martins

O industrial fabricante de móveis Leandro Augusto Martins nasceu em Arrancada do Vouga, Portugal, em 1862. Fundou sua fábrica de móveis em 1885. Além de suas atividades empresariais Leandro Martins foi o 4º presidente do Club de Regatas Vasco da Gama, 1900/1901, clube este fundado em 1898.

Leandro Augusto Martins



Propaganda dos móveis Leandro Martins, circa 1915.

SALÃO DE JANTAR DO PALACIO GUANABARA



*O mobiliário artístico representado na nossa gravura foi executado na acreditada
fabrica de moveis de*

LEANDRO MARTINS & COMP.

Rua dos Ourives, 39, 41 e 43 ——— Rio de Janeiro

Propaganda da fábrica Leandro Martins. Revista CARETA, edição de 7 de junho de 1913

A INDUSTRIA NACIONAL



Mobiliá de quarto fabricada pelos industriães d'esta praça Leandro Martins & C., que vai figurar na Exposição de Turim.



Gabinete de trabalho fabricado em peroba, pelos industriães Srs. Leandro Martins & C., e que vai ser exposta no Certamen de Turim — Roma.

. Revista CARETA, edição de 1º de julho de 1911.

A INDUSTRIA NACIONAL



O Sr. Ministro da agricultura examinando o mobiliario artistico que os industriaes Leandro Martins & C. da Rua dos Ourives, vão exhibir na Exposição de Turim.

. Revista CARETA, edição de 1º de julho de 1911.



Fac-simile do diploma de Honra obtido na Exposição de Turim pela Fabrica de Moveis Leandro Martins & C. desta praça.

. Revista CARETA, edição de 26 de julho de 1913.

Bibliografia

PROBER, Kurt. Manual de Numismática. Rio de Janeiro: Leuzinger S. A., 1944.

RUSSO, Arnaldo. Livro das Moedas do Brasil. São Paulo: Arnaldo Russo, 1994, 8ª edição.

Site: Wikipedia Galeria de Presidentes do Vasco da Gama.

Revista CARETA, diversos números de 1911 e 1913.

RARAS E ESTIMADAS

O jargão do colecionador é muito extenso e via de regra peculiar a cada modalidade de coleção. O numismata tem suas expressões, os colecionadores de móveis as suas e assim por diante. É uma linguagem quase que hermética e somente bem compreendida pelos “iniciados”.

Entretanto há algumas expressões aplicáveis à maioria dos ramos das coleções; dentre elas posso mencionar os termos “rara”, “estimada” e “rara e estimada” utilizadas com muita frequência pelos colecionadores, vendedores, leiloeiros etc., como qualidade de suas peças, e me parece interessante explicá-las, mesmo sabendo que sua conceituação não é precisa e muitos “especialistas” poderão dar explicações um pouco diferentes. Mas em todo caso, vá lá:

De modo simplista podemos dizer que uma peça colecionável é “rara” quando ela dificilmente aparece à venda ou figura em catálogos de leilões, etc. Embora as peças raras habitualmente tenham valor maior que as não raras, o preço não é uma característica do conceito de “rara”; existem objetos que nunca aparecem à venda, não figuram em catálogos e, portanto são raros, mas nem por isso são valiosos.

Às vezes a classificação de rara aparece acompanhada de um apêndice: “rara no estado”. Isto significa que a peça em estado de conservação comum não é rara, mas é difícil encontrá-la no comércio em perfeito estado de conservação.

Vamos a alguns exemplos: encontrar um “fusca” antigo à venda é comum, mas encontrá-lo em perfeito estado de conservação, com o “escudinho” do capô de fábrica, a alavanca de câmbio, faróis, pintura, etc., originais, é raro. Outro exemplo: as moedas de níquel da época do Império foram cunhadas em grande quantidade e circularam por muito tempo e por isso são muito comuns; entretanto, justamente por terem circulado por muito tempo, normalmente encontramos essas moedas com muitos arranhões e desgaste acentuado. Assim sendo, essas moedas são comuns, mas aquelas encontradas em perfeito estado de conservação são raras. É o que os colecionadores chamam objetos “raros no estado”.

O conceito de peça “estimada” é bem diferente. Uma peça colecionável é classificada como estimada quando ela é apreciada de modo geral pelos colecionadores do ramo; todos

querem tê-las. Uma coleção não é importante se não tem pelo menos um exemplar daquelas peças. O conceito de estimada não tem relação com a raridade. E vou exemplificar: um documento assinado pelo Imperador D. Pedro II é um objeto de coleção estimado. Todos colecionadores de documentos e de autógrafos querem ter um; entretanto não é uma peça rara pois D. Pedro II foi Imperador por meio século, assinou milhares de documentos, muitos dos quais foram cuidadosamente guardados e por conseguinte existem em grande quantidade e aparecem frequentemente em leilões e em casas especializadas na venda de documentos.

Outro exemplo: as moedas de prata da chamada série “J” ou moedas “J”. Não são tão raras assim, pois aparecem com frequência em leilões e existem comumente à venda nas casas numismáticas, entretanto são disputadas avidamente pelos colecionadores de moedas. Nenhum colecionador de moedas pode dizer que tem uma coleção respeitável se não tem pelo menos um “J”. Essas moedas são assim chamadas por terem um grande J encimado por uma coroa, em seu averso. São moedas de prata.



Esclareço aqueles que não são muito versados em numismática que as moedas chamadas “J” foram cunhadas na época do Brasil Colônia, durante o reinado do Rei José, que reinou de 1752 a 1760. Foram cunhadas na Casa da Moeda de Minas Gerais de 1752 até 1768, e na Casa da Moeda do Rio de Janeiro entre 1754 e 1770²⁸. Foram cunhadas com os valores de 75 réis, 150 réis, 300 réis e 600 réis.

Uma outra classificação dos objetos colecionáveis é a de “raro e estimado”. Essas são peças que reúnem concomitantemente as duas qualidades mencionadas acima: dificilmente são encontradas à venda e todos os colecionadores querem tê-las.

²⁸ Informações colhidas no Livro das Moedas do Brasil, de Arnaldo Russo, 8ª edição, 1994.

Casos clássicos são: fotografias do Imperador D. Pedro II, autógrafos de Santos Dumont, o conjunto de moedas do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil, pratos de porcelana chinesa dos serviços do Rei Dom João VI, cartas de alforria, comendas como a da Ordem da Rosa, sobretudo quando acompanhada de sua documentação, etc.

Uma outra categoria é a das chamadas “peças únicas”. Como o nome indica, são peças das quais não existe outra igual. Não implica necessariamente que sejam estimadas ou de alto valor. Mas são sempre raras, pois não existe outra igual.

Exemplo: há algum tempo apareceu uma oferta de compra de uma pá de pedreiro que teria sido utilizada para o fechamento com cimento do túmulo do ex-presidente Tancredo Neves. Era uma peça única e o coveiro que a utilizou tinha para ela um alentado preço. Não conseguiu vendê-lo, pois embora se tratasse de um objeto de extrema raridade, uma peça única, não despertou o desejo nos colecionadores de memorabilia de presidentes. A reportagem sobre este fato foi publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 21 de abril de 2005.

Bibliografia

RUSSO, Arnaldo. Livro das Moedas do Brasil. São Paulo: Arnaldo Russo, 1994, 8º edição.

Edição de 21 de abril de 2005 do jornal O Estado de São Paulo.

JENNY DREYFUS

Tanto os Anuários do Museu Imperial quanto os Anais do Museu Histórico Nacional trazem excelentes artigos sobre História, antiguidades em geral, pintura, numismática, etc. São artigos de autores com grande conhecimento do assunto e que revelam profunda pesquisa, embora lavrados em linguagem simples. Geralmente são muito bem ilustrados.

Nos exemplares dos Anais do Museu Histórico, publicados na década de 1940 a 1970, existem artigos sobre heráldica, porcelanas da nobreza, sigilografia ²⁹, etc., de uma museóloga chamada Jenny Dreyfus, que se constituem em ótimas referências para colecionadores e para aqueles que querem conhecer alguma coisa sobre esses assuntos.

Um dia, em 1983, apreciando a vitrine de uma livraria, creio que a Padrão, da Rua Miguel Couto, no Rio de Janeiro, encontrei o livro “Louça da Aristocracia no Brasil”, de autoria da Jenny Dreyfus. Sem pestanejar, adquiri o livro, que era repleto de informações sobre as porcelanas da nobreza brasileira, com excelentes fotografias das peças, com seus brasões, monogramas e informações sobre fabricação, marcas, etc.

Intrigou-me o fato de que não havia no livro nenhuma indicação de ser uma reedição ou uma edição póstuma; parecia uma primeira edição e portanto a autora devia estar viva. Seria surpreendente: afinal há mais de 40 anos já era uma importante especialista em diversas matérias da área de museologia. Quis ter um autógrafo no livro e me pus a pesquisar sobre o local de moradia da Sra. Jenny. Uma dedicatória com um autógrafo tornaria o livro muito mais estimado e precioso.

Naquela época descobrir um endereço de um escritor era um pouco mais difícil do que atualmente, pois não havia internet. O processo era trabalhoso; devíamos tentar nas listas de assinantes das principais cidades, escrever para a editora do livro para solicitar um contato, verificar em antigos locais de trabalho, etc.

²⁹ A sigilografia, segundo Jenny Dreyfus (Anais do MHN, vol. IX, pg 120): “vocábulo greco-romano que significa descrição do selo. De Sigillum (latim) que é selo e Graphien (grego) que significa descrever. Quando falamos em selo, referimo-nos tão somente ao carimbo que fechava os velhos pergaminhos e que servia de prova de identidade naquelas priscas eras.”

Tive sorte, procurei o nome no catálogo telefônico do Rio de Janeiro e pude verificar que a autora morava em Copacabana, seu telefone e endereço. Fiz um contato e a Sra. Jenny me convidou a ir ao seu apartamento para conhecê-la e obter o autógrafo.

Lá chegando tive o prazer de cumprimentar uma senhora de compleição delicada, de cabelos bem brancos, aparentando bastante idade, entretanto inteiramente lúcida e cordial. Falou bastante de suas atividades no museu e de seu livro. Contou-me algo muito interessante: havia escrito um livro sobre heráldica da nobreza brasileira, com centenas de brasões pintados a aquarela, com as respectivas descrições. Ela lamentava saber que o livro jamais seria editado, pois tratava-se de uma obra muito cara para ser produzida em uma tiragem pequena e o público alvo era diminuto. Ela designava a obra como um “sonho de uma noite de verão”, parafraseando o conhecido título de uma peça teatral de Shakespeare.

Despedimo-nos e saí portando meu exemplar, agora devidamente autografado.

Obras de Jenny Dreyfus

Conseguí levantar os títulos das obras da Sra. Jenny, embora seja possível a existência de outras, menos conhecidas:

Louça da Aristocracia no Brasil, publicada em 1882. Monteiro Soares Editores e Livreiros.

Artes Menores, publicada em 1959. Editora Anhambi.

Noções de Sigilografia, publicada em 1969. Edição do Museu Histórico Nacional.

Artigos publicados nos Anais do Museu Histórico Nacional (Nem sempre as datas dos volumes abaixo correspondem ao efetivo ano de publicação) :

No volume I (1940) *O escudo d'armas de D. Teresa Cristina Maria de Bourbon.*

No volume II (1941) *A sigilografia no Museu Histórico.*

No volume III (1942) *A louça brasonada no Museu Histórico.*

No volume IV (1943) *D. Pedro II através de sua iconografia*.³⁰

No volume VI (1945) *D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança*.

No volume IX (1948) *Esfragística*³¹ *medieval portuguesa. Sinais públicos e rodas*.

No volume XIII (1952) *Medalhões Franceses – séculos XV a XIX*.

No volume XIV (1953) *João Manso Pereira e sua suposta fábrica de louças*.

No volume XV (1965) *A Quinta da Boa Vista – Uma dádiva generosa*.

No volume XX (1968) *A lenda nas artes menores*.

No volume XXI (1969) *Sigilografia*.

No volume XXIII (1972) *Louça da Independência do Brasil*.

No volume XXV (1974) *Louça de D. Pedro II*. (Neste ano, a Sr^a. Jenny já estava aposentada)

Pequena biografia de Jenny Dreyfus

Jenny Dreyfus nasceu na Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, em 10 de setembro de 1905. Diplomada em datilografia, ingressou no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional e realizou seu Curso Secundário em Paris, no então “Curso Jacobina”. Exerceu os cargos de Professora, Conservadora do Museu Histórico Nacional, Chefe da Seção de História do mesmo e de Chefe do Museu da República. Dentre seus diversos títulos, consta a condecoração no grau de “Dama-Cruz” da Legião do Mérito “Presidente Antônio Carlos” e o Diploma e Medalha Cívica e Cultural “Diogo Antônio Feijó” – 1ª classe – ouro. Recebeu a Medalha de Mérito Santos Dumont, outorgada pelo Ministro da Aeronáutica em 1978. Possuía a Medalha André Vidal de Negreiros, outorgada pelo Instituto Internacional de

³⁰ A iconografia estuda os assuntos representados por imagens (fotografias, pinturas, gravuras, esculturas, etc) relacionando-as com suas fontes e significados.

³¹ Esfragística é o mesmo que sigilografia, porém com um sentido mais restrito: o termo volta-se mais para os selos dos anéis. A esfragística é irmã da numismática e podemos acrescentar, a mãe da heráldica (Dreyfus, vol. IX, pg 218).

Heráldica e Genealogia. Aposentou-se no cargo de Conservador, com as vantagens da Função Gratificada de Chefe do Museu da República. Ministrou diversos cursos podendo-se mencionar: curso de sigilografia e curso de heráldica no Curso de Museus do MHN. Participou da organização do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Jenny era filha de pais franceses, naturais de Estrasburgo. Tinha um irmão, de nome André Dreyfus, também gaúcho de Pelotas, que foi um notável médico e cientista na área de genética e evolução. Jenny e André faleceram solteiros.

Jenny Dreyfus faleceu em 1986, em consequência de uma queda sofrida na calçada próxima ao seu prédio, em Copacabana.

O Museu Histórico Nacional possui o Currículo de D. Jenny, bastante completo e escrito por ela mesmo.

Uma menção a Jenny Dreyfus no artigo “Sobre Patronos, Heróis e Visitantes. O Museu Histórico Nacional, 1930-1960”. In Anais do Museu Histórico Nacional, Volume XXIX, 1997, de Daryle Williams, pg. 161.

“mas a equipe de curadores contava com muitas mulheres cujas posições haviam sido conquistadas em função da alta qualidade da formação e competência técnica. A conservadora Jenny Dreyfus é, talvez, o melhor exemplo da trajetória de um aluno do Curso de Museus. Tendo-se graduado em 1940, foi admitida no quadro do NHN logo em seguida, tornando-se nos anos seguintes uma conservadora da coleção de porcelanas. Em 1960, Dreyfus foi indicada à posição de primeira diretora do Museu da República.”

Um artigo do acadêmico Josué Montello³² sobre o livro “A Louça da Aristocracia”, publicado em 1º de março de 1983, no Jornal do Brasil. Como é muito extenso reproduzirei apenas alguns trechos do mesmo, suficientes para mostrar a importância que ele dava à D. Jenny.

“Entre as boas amigas que Deus me deu, ao tempo em que andei pelo serviço público, quero destacar aqui, para o merecido louvor, uma das mais queridas e admiradas. Refiro à D. Jenny Dreyfus, que foi minha colaboradora na direção do Museu Histórico Nacional e a quem confiei, em hora bem inspirada, a guarda e a direção do Museu da República, no Palácio do Catete.”

“Por isso, quando o Governador Pedro Neiva de Santana, em 1972, me convocou para organizar em São Luís o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, prontamente acedi à sua convocação afetuosa, mas com estas duas condições: que o meu trabalho fosse sem ônus para o Estado e que eu pudesse levar do Rio de Janeiro, para a perfeita execução daquela incumbência, dois de meus antigos colaboradores: D. Jenny Dreyfus e Dr. José Jansen Ferreira.”

“Entretanto, se lhe faltaram esses subsídios, foram muitas as próprias peças à sua disposição, no vasto acervo do Museu Histórico Nacional: “Com o pequeno conhecimento que possuía sobre o assunto e animada com o vasto material que tinha diante dos olhos, representado pelo acervo do Museu - escreve D. Jenny – criei coragem e empreendi um trabalho que, espero, virá facilitar a consulta dos estudiosos e curiosos da matéria.”

Outro artigo de Josué Montello intitulado “Minha amiga Jenny Dreyfus”, publicado em 7 de outubro de 1986, no Jornal do Brasil. Como é muito extenso reproduzirei apenas alguns

³² Josué de Souza Montello foi escritor, jornalista, professor, teatrólogo, além de ter trabalhado no serviço público onde dirigiu museus, bibliotecas, etc. Foi eleito para Academia Brasileira de Letras em 1954. Nasceu em São Luís, no Maranhão em 1917 e morreu no Rio de Janeiro, em 2006, com 88 anos.

trechos do mesmo. Em um dos parágrafos, Montello refere-se à queda e ao falecimento de D. Jenny e em outro, a um escrito inédito sobre Heráldica.

“Logo no início deste artigo, estive inclinado a dar a verdadeira idade de minha boa amiga Jenny Dreyfus, já transferida por Deus para o outro lado da vida. Mas mudei de ideia.

Deixemos a boa D. Jenny com seu passinho esperto, e bem feminino e menineiro, sempre contente com o mundo, sem associar a essa condição feliz uma carga de tempo que lhe seria excessiva.”

“Minha boa amiga Jenny Dreyfus, por duas vezes, teve fraturas análogas, com escorregões na calçada da mesma rua, quase a porta de casa. Padeceu muito. E não tardou a transferir-se para eternidade, pedindo naturalmente a Deus que dê ao Rio de Janeiro um governo que restitua a calçada limpa aos transeuntes, visto que essas calçadas foram instituídas para protegê-los.”

“Entretanto, o grande livro a que dedicou o melhor de sua competência, de seu bom gosto e de seu saber especializado, e que era o entretenimento das horas em que a imobilidade da cama só lhe dava o horizonte de sua janela, era o meticoloso trabalho sobre Heráldica, em que tinha a dupla autoridade – a de sua experiência e a de sua vasta cultura.

É preciso dar a esses estudos fundamentais a codificação do livro. Livro caro. Que só com o amparo do Estado poderá vir a lume. Mas indispensável à cultura brasileira.”

“Gaúcha de nascimento, irmã do Prof. André Dreyfus, que foi Reitor da Universidade de São Paulo, D. Jenny tem seu nome associado também ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão.”

Considerações finais

D. Jenny, em 1983, me falou ter escrito um alentado volume sobre os brasões da nobreza brasileira. O ilustre escritor Josué Montello discorre sobre um “minucioso trabalho de heráldica” e que era “preciso dar a esses estudos fundamentais a codificação do livro.” Entretanto quando apreciamos o “Inventário da Coleção Jenny Dreyfus” meticulosamente organizado pelo Museu Histórico Nacional, não encontramos nada semelhante à descrição de D. Jenny ou de Josué Montello. A pergunta que fica sem resposta é: por onde andarão os originais do “sonho de uma noite de verão” de D. Jenny?

LOUÇA
DA
ARISTOCRACIA



NO
BRASIL

Dr.º Eduardo Teófilo Pente Jr.
Pauçaras de
Jenny Dreyfus
Rio, 90-11-83

Folha de rosto do livro “Louça da Aristocracia no Brasil”, de Jenny Dreyfus.

Ao lado o autógrafo da autora do livro.

LOUÇA
DA
ARISTOCRACIA



NO
BRASIL
POR
Jenny Dreyfus

MSI
Monteiro Soares
Editores e Livreiros
1982



Formatura do Curso de Museus, 1939. Sentado ao centro, o Prof. João Angyone Costa; ao seu lado direito, a aluna Jenny Dreyfus, que viria a ser Conservadora do Museu Histórico Nacional e Professora do Curso de Museus.

Anais do Museu Histórico Nacional Volume XXXIV (2002) pg 115

Bibliografia

DREYFUS, Jenny. Louça da Aristocracia do Brasil. Rio de Janeiro: Monteiro Soares Editores e Livreiros, 1982.

Inventário da Coleção Jenny Dreyfus (internet – site do Museu Histórico Nacional).

WILLIAMS, Daryle. Sobre Patronos, Heróis e Visitantes. O Museu Histórico Nacional, 1930-1960. In Anais do Museu Histórico Nacional, Volume XXIX, 1997.

UM BILHETE DA CASA DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS DIAMANTES. TEJUCO, 1773

Graciano de Souza Collaço Veras é um antigo e estimado amigo. E mais ainda, é meu compadre. É também um colecionador e dedica-se principalmente à numismática; agrada-me as moedas, cédulas, fichas³³, vales³⁴, e afins; aprecia também miniaturas, em escala, de ônibus antigos. Foi ele que me deu os primeiros ensinamentos e explicações sobre moedas e medalhas e foi o *culpado* pelo meu interesse sobre este assunto.

Um dia Graciano me telefonou e disse ter encontrado à venda um Bilhete da Casa da Administração Geral dos Diamantes, em ótimo estado e por um preço adequado, e que, caso me interessasse, poderia comprá-lo para mim. Naquela ocasião eu morava em Angra dos Reis e a *peça* estava no Rio. Imediatamente manifestei meu interesse pelo bilhete, menos pelo aspecto numismático e mais pelo seu valor histórico. O bilhete era uma evocação concreta de diversas etapas econômicas, administrativas e sociais do Brasil até àquela época.

Um simples pedaço de papel impresso em preto e branco, com alguns dizeres manuscritos, que evocava tanta história e que me impeliu a estudar um pouco do contexto no qual nasceu, e sua gênese.

O Ciclo do Ouro

Os historiadores modernos têm deixado de usar a expressão “ciclo do ouro”, mas ela me parece cômoda para designar a época em que a ouro foi a principal fonte de riquezas do país. Ao estudar esse período não podemos esquecer a grande modificação havida no país, na

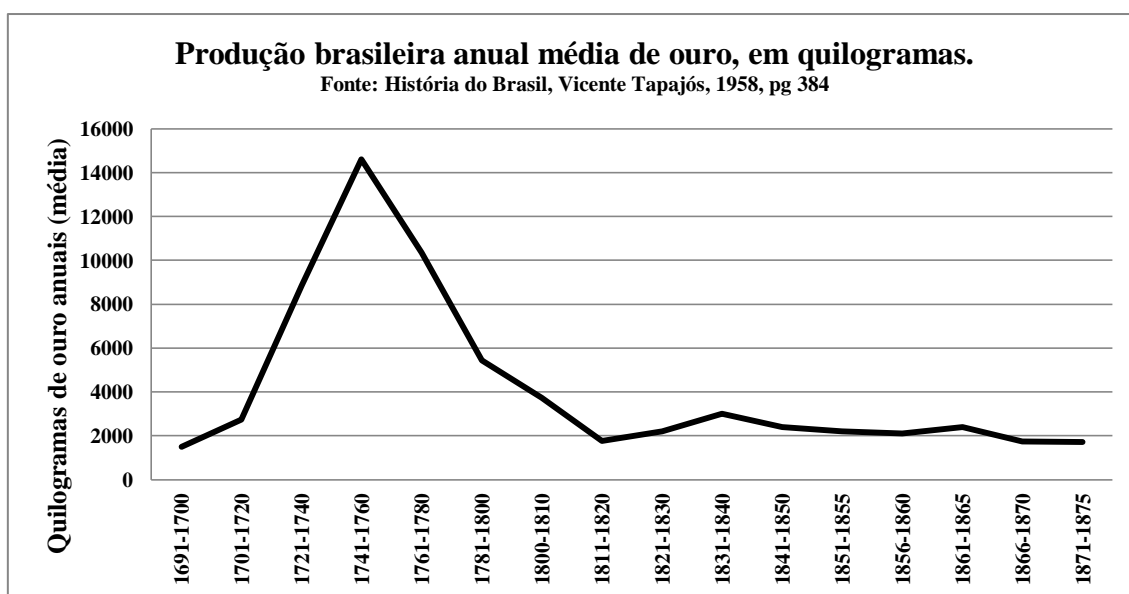
³³ Pequena peça de metal, madeira, plástico ou de outra matéria, de forma clara ou vagamente assemelhada a uma moeda, usada como substituto da moeda, em locais ou épocas em que há falta de numerário, ou ainda por facilidade. Usam-se fichas como moeda interna em casas de negócio, de jogos, em fazendas e estabelecimentos industriais. Algumas destas fichas são também conhecidas como moedas particulares. Quando de metal, as fichas são também denominadas vales metálicos,

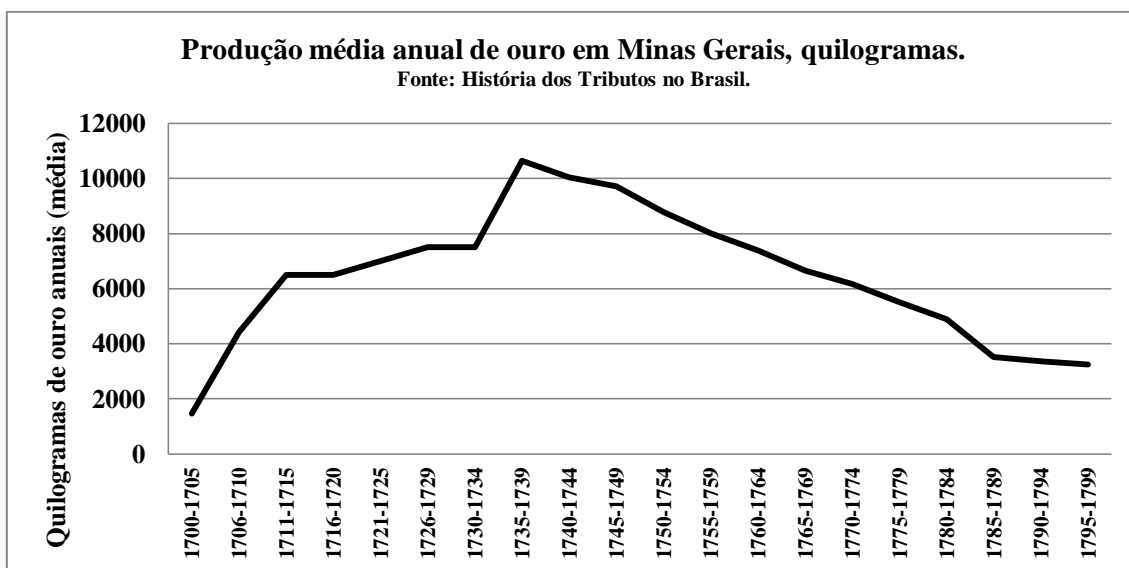
³⁴ Os vales são semelhantes às fichas, porém normalmente de papel e de uso efêmero.

sociedade que se formou em torno dessa nova fonte de riquezas e trabalho, das estradas que se construíram para o transporte do ouro produzido e para o suprimento das regiões auríferas e dos que nela trabalhavam, do deslocamento dos centros de poder econômico e político, dos esforços feitos para encontrar o precioso metal, e tantas outras facetas históricas e culturais da época. O povoamento do Brasil caminhou para o interior e muitas cidades surgiram nesse período.

A produção de ouro foi elevada. Com base em informação colhida na História do Brasil, de Vicente Tapajós, no período de 185 anos, de 1691 a 1875, foram produzidas 1031 toneladas de ouro, que representaram uma expressiva riqueza, especialmente para a metrópole. No auge do ciclo do ouro, nas décadas de 1741 a 1760, a produção alcançou a média de 14,6 toneladas anuais. Entretanto, foi uma riqueza que se esgotou; o gráfico abaixo mostra variação anual da produção por períodos, e a redução nos últimos anos de produção.

O segundo gráfico mostra a produção de ouro na região de Minas Gerais, como informa o livro História dos Tributos no Brasil, pg 125, baseado em Virgílio Noya Pinto.





Entradas e Bandeiras

Poucas décadas após o descobrimento do Brasil, a corte portuguesa sentiu a necessidade de povoar a nova colônia, seja para defendê-la de invasões por parte de outras nações europeias, como para obter algum lucro com as novas terras. A exploração do pau brasil nas primeiras décadas que se seguiram ao descobrimento não promoveu nenhum povoamento significativo; as naves aqui chegavam, carregavam a madeira, geralmente já cortada e armazenada pelos índios e partiam, sem nada deixar de benfeitorias ou de população. Além dos portugueses, outros povos aqui vinham carregar madeira, sobretudo os franceses e holandeses. O rendimento desta atividade para a Coroa era pequeno.

Foi então implantada a agroindústria açucareira, que foi bem sucedida, sobretudo no nordeste da colônia, trazendo riquezas para a metrópole e dando início ao povoamento do território. A colônia era rica em terras, sol e água, essenciais para o cultivo da cana, e mesmo com os processos industriais rudimentares da época, a indústria do açúcar foi rendosa e por muitos anos foi a principal riqueza aqui produzida.

Não obstante a produção do açúcar, a Coroa tentou descobrir pedras e metais preciosos. Foram organizadas “entradas” que eram expedições que percorriam e avançavam no território da colônia em busca dessas riquezas. As entradas eram financiadas pelo governo

português. O resultado dessas primeiras entradas não foi significativo. A maioria delas ocorreu no século XVI (Tapajós, 1958).³⁵

A partir da metade do século XVII a rentabilidade do açúcar começou a declinar, pois surgiram outros produtores competindo pelo mercado, além de seu custo de produção estar crescendo pela dificuldade da obtenção e pelo preço da mão de obra escrava. Assim sendo, os portugueses aumentaram seus esforços na procura de outras riquezas. Nessa ocasião surgiram as “bandeiras”, expedições semelhantes às “entradas”, porém com o principal objetivo de aprisionar índios para torná-los escravos para a lavoura, não obstante também tentarem encontrar riquezas minerais. As bandeiras eram geralmente financiadas por particulares, diferentemente das entradas, as quais normalmente foram financiadas pelo governo português.

No final do século XVII, foi descoberto na região hoje denominada Minas Gerais, o procurado ouro. O ouro encontrado a princípio era do tipo de aluvião, ou seja: aquele encontrado nos leitos dos rios e nas suas margens. Não se prestava à fixação do homem em povoações, pois quando terminava a exploração de um trecho do rio, era necessário que os garimpeiros se deslocassem para outro trecho. O ouro era encontrado na forma de pó ou pequenas pepitas. Reproduzo abaixo um trecho da História do Brasil, de Tapajós:

“Por eles [pelos rios], os bandeirantes seguiam, de início explorando aluviões móveis, onde recolhiam, por meio de simples lavagens, as pepitas arrancadas às rochas pelo caudal.

A mineração dos “garimpos” só deu propriamente uma grande cidade ao Brasil: Mariana, a mais antiga, aliás, das cidades mineiras. É que as aluviões se esgotavam, os mineradores não podiam se fixar. Tinham de ir mais, adiante, subindo o rio, procurar em outras aluviões outras pepitas. E tanto subiam que acabavam por encontrar, no alto da montanha, onde nascia o rio, a jazida almejada.

Então sim. Fixavam-se ao solo, em volta das minas, explorando o filão riquíssimo.”³⁶

³⁵ História do Brasil, Vicente Tapajós.

³⁶ Idem, pg 163.

Inicialmente a Coroa Portuguesa determinou que os mineradores pagassem um imposto de 20% sobre o ouro descoberto, imposto este que ficou denominado de “quinto”. Como havia muito contrabando, ou seja, ouro que era levado da área mineradora para outras regiões e mesmo para fora do país sem pagar o imposto devido, o governo proibiu a circulação do ouro em pó ou pepitas, e implantou as chamadas “casas de fundição”. O ouro em pó era entregue pelo minerador a uma casa de fundição, e recebia uma barra de ouro fundido, já com o desconto do quinto da Coroa. As barras tinham diversas marcas gravadas, dentre as quais as Armas do Reino e um número de registro, bem como um documento de comprovação de sua legalidade, pagamento do quinto, etc.

Não obstante a existência de estrita fiscalização, o contrabando continuou como prática comum, e a Coroa tentou diversas formas de cobrança do imposto, dentre os quais a “capitação” que estipulava a cobrança *per capita*, de 17 gramas de ouro por escravo. O sistema de capitação vigorou entre 1735 e 1750.

Outro sistema tentado foi a da cota anual para toda zona mineradora. Esse sistema também não foi bem sucedido.

Em algumas ocasiões ocorreram protestos e revoltas dos mineradores e posso mencionar, a guisa de exemplo, a revolta liderada por Pascoal da Silva Guimarães, Sebastião da Veiga Cabral, e outros, em 1720, que não queriam a implantação das casas de fundição. Eles dominaram Vila Rica e exigiram que o governador da Capitania, Conde de Assumar, não implantasse as casas. A revolução foi dominada e Felipe dos Santos, homem do povo, o mais pobre dos conjurados, foi condenado à morte e ao esartejamento (Tapajós, 1958). Outros revoltosos tiveram penas mais leves.

Outra revolta foi a denominada Inconfidência ou Conjuração Mineira, na qual os conjurados questionavam a opressão da metrópole portuguesa. Na época, em 1789, deveria ocorrer a “derrama” que seria a cobrança de cotas atrasadas de impostos e que com a queda da produção aurífera representaria um extremo sacrifício para os mineiros. A cota anual estabelecida era de 100 arrobas de ouro, cerca de 1500 kg, que representava em torno de 50% da produção. Nessa revolta vários participantes sofreram severas penalidades, sendo Joaquim José da Silva Xavier, um dos rebeldes mais pobres, condenado à morte e ao esartejamento.

As Casas de Fundição

Desde que surgiram as primeiras minas de ouro no Brasil, em São Paulo e outras Capitânicas, apesar da pequena produção, o governo português determinou a construção das casas de fundição. Como disse anteriormente, a sua finalidade era a transformação do ouro em pó ou pepitas, em barras marcadas e das quais havia sido tirado o “quinto” (20%) da Coroa. A regulamentação da cobrança e da construção das casas de fundição foi iniciada com o regimento das terras minerais, de 15 de agosto de 1603. Devido às novas minas descobertas³⁷ na região hoje denominada Minas Gerais, a Coroa estabeleceu pelo regimento de 19 de abril de 1702 e pela Carta Régia de 11 de fevereiro de 1719, uma nova regulamentação, objetivando um controle maior da produção e evitar o contrabando do metal. Na época houve outros regimentos, bandos³⁸, etc., mas esses parecem os mais importantes.

Dentre os diversos itens da Carta Régia de 1719, menciono abaixo algumas determinações, que julgo importantes para o entendimento do assunto que estamos tratando³⁹:

Fossem estabelecidas uma ou mais Casas de Fundição na Capitania de Minas, nas quais se fundisse e reduzisse a barras todo o ouro em pó;

Fosse permitida a livre circulação na capitania, para as transações de compra e venda dos moradores, do ouro em pó, à razão de

³⁷ Os historiadores divergem um pouco sobre a data do descobrimento da primeira mina de ouro da região e quem teria sido seu autor. Entretanto, diversas informações apontam que a descoberta teria ocorrido entre os últimos anos do século XVII e primeiros do século XVIII. Vicente Tapajós nos informa: “Foi igualmente em fins do século XVII e princípios do XVIII – 1700 ou 1791 – que se descobriram as primeiras grandes minas de ouro. O herói da façanha foi Manoel de Borba Gato, genro de Fernão Dias, que as encontrou em Sabarabuçu.”

³⁸ Bando: conforme explica Cínthya da Silva Martins em seu livro “Bandos do Ceará: Historicidade Social, Discursiva e Documental”, o “Bando” era um documento jurídico-diplomático utilizado pela administração colonial. Este documento continha uma ordem e designava as penas destinadas àqueles que a transgredissem. O documento era registrado no livro próprio, na secretaria do governo, depois publicado e fixado em locais de acesso popular e finalmente lido em praça pública.

A leitura era formal e normalmente precedida por rufar de tambores. O encarregado da leitura era um oficial de justiça. O conteúdo do bando deveria ser conhecido por toda a população. Os infratores da ordem eram punidos severamente e expostos à execração pública.

³⁹ Fonte: Kurt Prober, 1990, pg 86.

dez tostões (1\$000), e o fundido em barra a 14 tostões (1\$400), a oitava⁴⁰ de 22 quilates⁴¹;

Quem fosse encontrado conduzindo ouro em pó para fora da capitania, além de perder o ouro que levava, tivesse todos os seus bens confiscados e sofresse pena de degredo para Índia;

Recebesse o denunciante de um extravio de ouro a metade dos bens confiscados, e caso fosse cúmplice ainda lhe seria perdoada a pena;

O “quinto” deveria ser deduzido na ocasião da fundição;

... que as barras serão cunhadas nas pontas, pela parte superior com as minhas armas, e pela parte inferior com uma esfera, declarando-se no meio da barra por ambas as partes, o peso e quilates de seu ouro, e o ano em que forem fundidas.

Foi esta lei publicada em bando de 18 de julho de 1719, em Vila Rica, ficando determinada a criação das casas de fundição de Vila Rica, Vila de Sabará, Vila de São João Del Rei e Vila do Príncipe.

O sistema vigente de arrecadação, em Minas, consistia em que a região pagasse 30⁴² arrobas⁴³ anuais de ouro à sua Majestade; essa autorização da criação de

⁴⁰ Kurt Prober em seu livro sobre ouro em pó (pg 08), explica que aqui no Brasil, não se aplicava o sistema Troyweight usado na Europa, mas sim o marco-padrão, com o peso de 229,4980 g.

Dáí derivava: 1 marco = 8 onças = 229,4984 g; 1 onça = 8 oitavas = 28,6873 g; 1 oitava = 72 grãos = 3,5859 g; 1 grão = 0,0499 g. Deixo claro que estes pesos valem para ouro; para prata são diferentes. No sistema Troy-Weight, a onça (oz) de ouro pesa 31,1035 g.

⁴¹ O quilate para ouro é uma medida de pureza do ouro, também denominada título. O ouro de 24 quilates é o ouro puro; diz-se também ouro de 1000 milésimos. O ouro de 22 quilates é o ouro de pureza $22/24=0,917$, ou seja 917 milésimos. O de 20 quilates tem pureza $20/24=0,833$, ou seja 833 milésimos. Para diamantes o quilate é uma medida de peso, e um quilate equivale ao peso de 0,2 gramas.

⁴² Este valor foi encontrado no livro sobre ouro em pó de Kurt Prober. Posteriormente este valor passou para 25 arrobas, conforme o mesmo livro.

novas casas de fundição causou revoltas entre os mineiros, dentre as quais a de Felipe dos Santos, a que nos referimos anteriormente.

⁴³ 1 arroba = 14,74560 g (fonte: Simonsen, tomo II, pg 346, segundo Freycinet); outros autores informam 1 arroba = 14,689 g.

Barras de Ouro e suas Casa de Fundição

Fonte: Folheto comemorativo do 5º aniversário do Museu de Valores, em 1977



VILA RICA - Fundada em 1720, iniciou trabalhos em 1725. Esteve fechada de 1735 até 1751. Funcionou até 1832.



CUIABÁ – Fundada em 1751. Funcionou até 1823.



GOIÁS – A Casa da Vila Boa de Goiás foi fundada em 1751.



RIO DAS MORTES – Fundada em 1751, funcionou até 1818.

SERRO FRIO – Fundada em 1751, funcionou até 1832, sendo extinta em 1833.



SABARÁ – Fundada em 1751, operou até 1832, sendo extinta em 1833.



MATO GROSSO – Iniciou trabalhos em 1772, tendo sido transferida para Cuiabá em 1819. As Capitânicas do Mato Grosso e Cuiabá faziam parte da Capitania de São Paulo.



O Distrito Diamantino

A descoberta de ouro na região hoje denominada Minas Gerais, nos últimos anos do século XVII, produziu um significativo deslocamento populacional para aquela região e o conseqüente surgimento de núcleos urbanos nas proximidades de áreas onde havia atividades extrativas. Na região das minas de Serro Frio surgiram diversos núcleos que cresceram, transformaram-se em arraiais que depois passaram a condição de Vilas. Pode-se citar aqui a Vila do Príncipe, criada pelo bando de 29/01/1714⁴⁴, que hoje tem o nome de Serro. De modo semelhante surgiu o arraial do Tejuco, depois Tijuco, que posteriormente foi elevado a Vila com a denominação de Diamantina em 13/10/1831, sendo hoje o município de Diamantina⁴⁵.

Em 1720, foi criada a Capitania de Minas Gerais, desmembrada da Capitania de São Paulo, face à necessidade de a Coroa ter maior controle administrativo e econômico (cobranças de impostos) e social sobre essa região da Colônia.

A notícia da descoberta de diamantes na região do Tejuco, em 1729, criou um grande afluxo populacional para esse arraial, cuja população superou em pouco tempo a de Vila do Príncipe, cabeça da Comarca. Dos novos moradores foi cobrado um valor de capitação para que fossem autorizados a explorar a região. Para evitar que escravos aproveitassem a exploração, foi interdita a compra de diamantes que esses tivessem encontrado. Em 1731 um Decreto criava o monopólio da Coroa sobre os diamantes e impedia sua exploração em rios onde esses existiam. Entretanto o decreto não foi posto em prática e a exploração de diamantes continuou na região, sendo o Tejuco o centro desse comércio.

A produção de diamantes foi de tal ordem que o preço internacional dos diamantes caiu e esse fato fez com que a Coroa determinasse o fechamento da região diamantina e a proibição da exploração de diamantes. Estabeleceu-se então o chamado Distrito Diamantino, que era uma área em torno do arraial do Tejuco, e que compreendia outros arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Pé do Morro e outros. Administrativamente, a região continuou dependente da Vila Real do Príncipe.

Em 1739, cinco anos após a proibição da exploração das lavras, essa foi reestabelecida, porém dentro do sistema de contratação.

⁴⁴ Barbosa, 1971, Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais, pg 495.

⁴⁵ Barbosa, 1971, Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais, pg 164.

Em 1771, um Alvará Régio aboliu o sistema de contratação e criou a Real Extração dos Diamantes e a exploração dos diamantes passou a ser exclusividade da Coroa. Nesse mesmo ano foi estabelecido o Regimento Diamantino, que por ter sido enviado de Portugal com uma encadernação de cor verde, ficou conhecido como o Livro de Capa Verde. O Distrito Diamantino existiu até o ano de 1821. A Real Extração foi extinta em 1845.

O Bilhete da Casa de Administração Geral dos Diamantes

Boa parte dos livros que tratam de valores impressos no Brasil mencionam com destaque os chamados bilhetes da Casa de Administração Geral dos Diamantes.

Esses papéis, conforme seu texto e como vemos na literatura sobre o assunto, circularam como se moeda fossem, e pelas suas datas vemos também que foram as primeiras “cédulas” em uso no país. Deixo claro que o papel que apresento é na realidade o “canhoto” daquele que circulou e Kurt Prober nos informa que aqueles que circularam foram entregues na Casa da Administração, para resgate de seu valor, e deles não existe nenhum exemplar conhecido.

Transcrevo algumas informações colhidas em livros sobre nosso meio circulante impresso, que poderão esclarecer os leitores sobre a importância histórica desses documentos, deixando claro que não são considerados “raridades” no meio numismático.

Do livro “Iconografia do Meio Circulante no Brasil”, 1972, pg 8:

“... Ao receber o ouro, entregava ao portador um bilhete, resgatável, extraído a seu favor. Os valores variavam conforme a quantidade de ouro depositado. Tais bilhetes eram aceitos normalmente pelo comércio e pagos quando apresentados à Administração. Os certificados eram impressos em Lisboa e vinham encadernados em blocos, fazendo-se a conferência de sua autenticidade, no ato do resgate, pela sua adaptação à linha de corte do “canhoto”. A quantidade de oitavas de ouro em algarismos por extenso, o nome do depositante, a data e o número do certificado eram escritos a mão, em espaço especialmente reservado. Pelas expressões do texto impresso: “que se

pagará” ou “a quem este apresentar”, evidencia-se o desejo do Governo de fazer o certificado circular livremente como verdadeira moeda de papel.”

Do livro “Ouro em Pó e em Barras – Meio Circulante no Brasil”, 1990, pg 93/94, de autoria de Kurt Prober:

“Já antes tinha havido uma emissão de “bilhetes” parecidos, emitidos pela “Administração Geral dos Diamantes”, criada em 1771, e que diziam explicitamente: “ ... se pagará a quem este apresentar ...”

“Estes “Bilhetes de Extração”, como eram chamados os “papagaios ...” emitidos pela Administração Geral dos Diamantes, do Tejuco, vinham de Lisboa impressos e encadernados em livros, e serviam ao mesmo tempo como “Livro de Conferência” do ouro recebido, como acontecia com as “Guias” ... “

“Cada página, ou melhor, cada “folha” trazia impressos 2 bilhetes iguais, separados no meio por uma tarja ornamentada, que eram preenchidas ao ser recebido o ouro em pó. Em seguida o “Bilhete” da parte inferior era destacado da parte superior, por um corte no meio da tarja, e depois de ainda cortado este bilhete do livro, era entregue ao portador como recibo, e ele muitas vezes o usava no comércio como se dinheiro fosse, já que o bilhete era “pagável ao portador” .”

“Mais tarde, o portador apresentava o bilhete e recebia o valor correspondente, depois de conferido este – pela tarja cortada – com a parte superior que ficara no livro, em que se anotava “pg”. Até aqui nunca se encontrou nenhuma destas partes inferiores, pois elas provavelmente eram inutilizadas. Só aparecem os “bilhetes” da parte superior, cortados posteriormente dos “Livros de registro” encontrados ou adquiridos por colecionadores do passado, e são estes os raros exemplares que hoje aparecem em mãos de numismatas e bibliófilos.”

Do livro “Iconografia dos Valores Impressos do Brasil”, 1979, pg 80:

“As primeiras manifestações de valor impresso – o qual assumiu funções equivalentes às do papel moeda – ocorreram no século XVII, durante o domínio holandês, no Recife. Foram as Ordens de Pagamento e as Ordenanças obsidionais emitidas pela primeira vez, em 1640, sob ameaça de um ataque da Espanha. A mineração do ciclo do ouro deu origem a mais duas manifestações de papel-moeda, no século XVIII. Pretendia o Governo controlar o produto das extrações. O sistema foi iniciado pela Casa da Administração Geral dos Diamantes, do Arraial do Tejuco, no Serro Frio, e foram emitidas Letras ou Bilhetes que adquiriram imenso crédito no giro do comércio, sendo considerados papel-moeda provincial.”

“Em 1808 surgiram os Bilhetes de Permuta do Ouro em Pó, da Capitania das Minas Gerais, com valores representativos já impressos, em importância correspondentes a vinténs de ouro – 37 ½, 75, 150, 300 e 600 réis.”

Pa. Armon. de 1773,

São 100. —



Ficção nesta Casa da Administração Geral dos
Diamantes *Cem Oitavas* de
ouro de conta do Senhor *Vicente Ferreira da Luz*
que se lhe pagará, ou a quem ef-
te apresentar. Tejuco 10, de *Dezembro* de 1773.

N.º 850.

P. B.



**O Bilhete da Casa da Administração Geral dos Diamantes.
Depósito de 100 oitavas de ouro, da conta de Vicente Ferreira da Luz.
Tejuco, 10 de dezembro de 1773.**

Coleção do autor.

Bibliografia

TAPAJÓS, Vicente. História do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil, Volumes 1 e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo (Visconde de Porto Seguro). História Geral do Brasil, tomo segundo. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s/d.

PROBER, Kurt. Ouro em Pó e em Barras. Meio Circulante no Brasil, 1754-1833. Rio de Janeiro: Editor Kurt Prober, 1990.

PROBER, Kurt. Manual de Numismática. Rio de Janeiro: Leuzinger S. A., 1944.

FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito Diamantino.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Promoção-da-Família Editora, 1971.

Iconografia do Meio Circulante no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 1972.

Iconografia de Valores Impressos do Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 1979.

AMED, Fernando José e NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. História dos Tributos no Brasil. São Paulo: Edições SINAFRESP, 2000.

Ouro. Folheto lançado por ocasião da Exposição Temporária, comemorativa do 5º aniversário do Museu de Valores. (Obs.: o Museu de Valores foi inaugurado em 1972),

PINTO, Virgílio Noya. O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MEDALHA DE MATTO GROSSO

“Les médailles ne sont pas seulement des objets d’art, ce sont aussi des monuments historiques. Les événements y sont marqués plus sûrement que dans les livres, et leur témoignage, sans être irrécusable, est plus naïf et plus authentique, plus sûr que celui de l’histoire parce qu’il ne faut qu’un instant et un trait de plume pour écrire uma erreur ou un mensonge, tandis qu’il en coûte tant de peines et de jours les modeler et les fondre, encore plus les graver! Chaque médaille est un abrégé de la petite histoire écrite en marge de la grande, et qui est celle des individualités marquantes dont les traits sont désormais transmis à postérité par la main du sculpteur ou du graveur.”⁴⁶

Charles Blanc, *Histoire de La Renaissance artistique em Italie*. Vol. II, Pg. 39. Apud Catálogo das Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras referentes ao Brasil, da Viscondessa Cavalcanti.

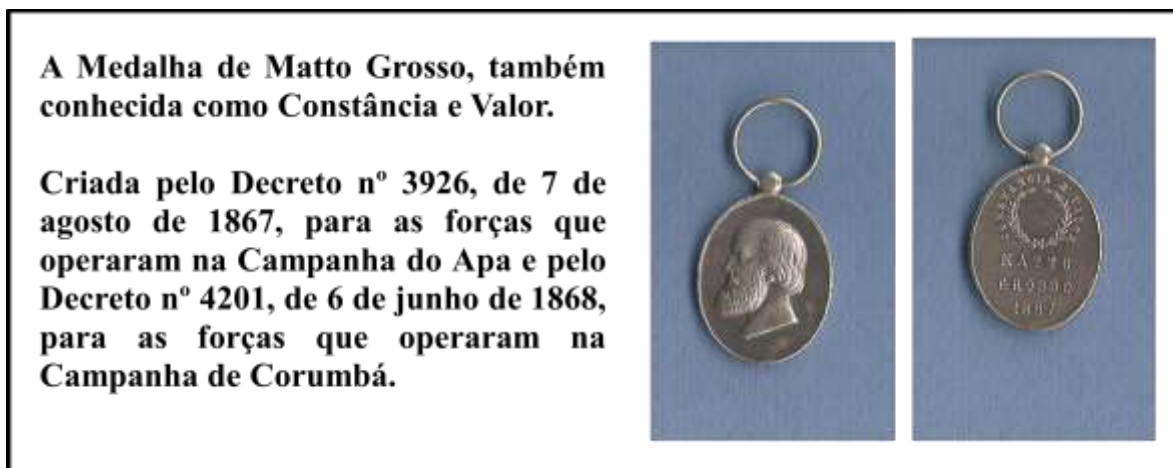
⁴⁶ Tradução: “As medalhas não são apenas objetos de arte, mas também monumentos históricos. Os eventos são marcados nelas com mais firmeza que nos livros, e seu testemunho, embora não seja irrecusável, é mais ingênuo e mais autêntico, mais seguro que aquele da história, porque não é preciso mais que um instante e um traço da pena para escrever um erro ou uma mentira, enquanto é muito mais custoso e demorado modelar e fundir medalhas, mais ainda gravá-las! Escrita à margem da grande história, cada medalha é um resumo da pequena, que é a das individualidades marcantes cujos traços são então transmitidos à posteridade pela mão do escultor ou do gravador.”

.”

Em 26 de julho de 1997, comprei em Petrópolis, no Antiquário La Redoute, de propriedade do meu amigo Luiz Carlos Gomes, uma medalha de prata, de mérito militar, da época da Guerra do Paraguai.

Os leitores devem estar surpresos com a precisão das informações. É que segui as instruções do numismata Kurt Prober. Dizia ele que sempre que comprássemos uma moeda, e por extensão, uma peça antiga, deveríamos escrever na embalagem, a procedência, data da compra, valor, e é claro a classificação baseada em um catálogo renomado. Este procedimento auxilia no esclarecimento de dúvidas futuras, uma avaliação para venda (não esqueçamos os herdeiros, normalmente leigos), a catalogação sistemática e tantos outros “acidentes” da vida de um objeto artístico ou histórico. Lamentavelmente nem sempre tomei estes cuidados.

As medalhas militares normalmente são muito estimadas entre os colecionadores. Não costumam ser muito raras, pois a maioria delas teve uma cunhagem grande, mas com o correr do tempo vão sendo perdidas, algumas são derretidas pelo valor do metal, outras viram “chaveiros” ou meros objetos decorativos, algumas ingressam em museus de onde não mais sairão, outras vão para o exterior e assim sua raridade vai aumentando.



Recordando a Guerra do Paraguai e suas condecorações

O Império do Brasil participou de quatro conflitos armados internacionais na denominada Questão do Prata ou Guerras Platinas. Foram elas: a Guerra Cisplatina (1825-1828); a Guerra do Prata (1851-1852); a Guerra do Uruguai (1864-1865) e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

A Guerra do Paraguai, também conhecida como a Guerra da Tríplice Aliança, foi o maior conflito armado ocorrido na América do Sul. Ela envolveu o Paraguai, então governado ditatorialmente por Francisco Solano López, o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai.

Sem prévia declaração de guerra, López apresou o navio brasileiro Marquez de Olinda, que tinha a bordo o Presidente da Província de Mato Grosso e elevado numerário para pagamento de contas públicas. Além disso, tropas de López invadiram o Mato Grosso, o que foi um erro, pois lá não havia objetivos militares. Para chegar ao Prata, López necessitou passar por Corrientes e com isso ganhou a inimizade da Argentina.

Em 1º de maio de 1865, o Brasil, Uruguai e a Argentina firmaram o Tratado da Tríplice Aliança, contra o Paraguai. O Presidente Bartolomeu Mitre, da Argentina, foi escolhido generalíssimo das forças aliadas e o general Manoel Luís Osório, como comandante das forças brasileiras.

Nessa guerra houve diversas batalhas importantes, tanto terrestres quanto fluviais, e somente em janeiro de 1869 a capital Assunção foi dominada. Lopes fugiu para as montanhas para tentar reorganizar suas tropas e continuar a campanha. Caxias, que na época era o comandante das tropas brasileiras, já doente, foi dispensado e substituído pelo Conde D'Eu. Em 1º de março de 1870, Solano López foi encontrado e morto.

Os participantes dessa longa e cruel guerra foram homenageados com diversas medalhas, pelo seu mérito e bravura. Estima-se em cerca de 50.000 o número de baixas brasileiras.

As medalhas da Campanha do Paraguai

Foram oito as medalhas criadas na época, para premiar e honrar os militares que praticaram atos meritórios no decurso da guerra: Medalha Forte de Coimbra (1865); Medalha da Rendição de Uruguaiana (1865); Medalha do Combate Naval do Riachuelo (1865); Medalha “Aos Mais Bravos” (1867; não há registro de ter sido concedida a qualquer pessoa); Medalha de Mato Grosso (1867; também conhecida como Constância e Valor); Medalha da Passagem de Humaitá (1868; foi concedida apenas a militares da Marinha); Medalha à

Bravura Militar (1868); Medalha da Campanha do Paraguai (1870; criada após o término da guerra e feita com bronze retirado dos canhões capturados ao inimigo).

De modo geral essas medalhas foram cunhadas em diversos metais, sendo de ouro para os oficiais superiores, prata para os demais oficiais e bronze, cobre, zinco ou estanho para os praças.

São medalhas muito estimadas e em geral os colecionadores ambicionam tê-las nas diversas versões (metais), com as fitas (raras), coroas, passadores, etc. Os aficionados da memorabilia da Guerra do Paraguai costumam colecionar, além das medalhas, os diplomas de sua concessão, mais raros ainda. Os que aparecem no mercado estão em geral em mau estado, manchados, furados por insetos, etc. Costumam estender também seus olhos para as medalhas da guerra concedidas nos demais países que participaram do conflito.

São objetos históricos que nos levam a rever a história, seus combates e seus heróis.

A Medalha de Mato Grosso

A invasão da Província de Mato Grosso pelas tropas de López isolou aquela região do resto do Brasil, uma vez que as comunicações se faziam principalmente por via fluvial, com a utilização dos Rios Paraguai e Paraná e daí pelo oceano. O Governo Imperial, para expulsar os invasores, organizou uma expedição terrestre que partiu de São Paulo para a área ocupada.

A Coluna Expedicionária de Mato Grosso partiu de São Paulo, incorporou contingentes em Uberaba e Goiás, atravessou a extensa Província do Mato Grosso, e em janeiro de 1867, atingiu Nioac com apenas 1300 homens; entrou no território paraguaio até chegar a Laguna. De lá foi impossível prosseguir. Vitimada pelas epidemias e pela cavalaria inimiga, a tropa retirou-se em uma viagem épica, de enorme sacrifício, com inúmeras perdas humanas. Nesse mesmo ano de 1867 o Governo Imperial criou a condecoração para enaltecer os serviços daqueles que participaram das operações ao sul da Província de Mato Grosso. Essa medalha significou o reconhecimento imperial, não por uma vitória, que não houve, mas por heroico esforço despendido pela expedição militar.

O escritor Alfredo d'Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay, testemunha ocular dos acontecimentos, descreveu essa gloriosa página da história militar brasileira em um livro intitulado “Retirada da Laguna”.

No Decreto de criação dessa medalha, D. Pedro II assinala: “Atendendo à constância e ao valor com que, não obstante as privações sofridas, se houveram as Forças expedicionárias de Mato Grosso, batendo vigorosamente as colunas paraguaias em combates que com elas travaram em território inimigo: Hei por bem conceder ...”.

Em 1868, essa medalha foi estendida às forças que marcharam da capital, Cuiabá, para operar na Campanha de Corumbá.

Informações sobre a medalha Mato Grosso

Forma: Oval.

Metal: Ouro para oficiais superiores, prata para os demais oficiais e uma liga de cobre e estanho para as praças. Todas da mesma forma e dimensões.

Anverso: A efígie do Imperador.

Reverso: “Dois ramos de louro circundados pela legenda “Constância e Valor”; embaixo Matto Grosso 1867”.

Fita: Listrada em quatro listras: verde e amarelo no centro, azul nos lados. Largura: dois dedos.

Uso: pendente do lado esquerdo do peito.

Ato de criação: Decreto nº. 3.926 de 7 de agosto de 1867, para as forças que operaram na Campanha do Rio Apa e Decreto nº. 4.201 de 6 de junho de 1868, para as forças que operaram na Campanha de Corumbá.

Observações: Apesar do que dispunha o decreto de criação da medalha, a dos praças foi feita somente em estanho.

Menções sobre a medalha em livros e catálogos

Essa medalha, como as demais medalhas da Guerra do Paraguai, são amplamente estudadas e comentadas na literatura específica; menciono aqui os seguintes livros: Medalhas e Condecorações, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha; o artigo Iconografia e iconologia das medalhas da Campanha do Paraguai concedidas ao Exército Brasileiro, de Elísia Bibiani, in Anais do Museu Histórico Nacional, o Catálogo das Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras referentes ao Brasil⁴⁷, conhecido como catálogo da Viscondessa Cavalcanti e o Catálogo de Medalhas Brasileiras, de 1822 a 1889, de Julius Meili.

O Antiquário e Livraria La Redoute

O La Redoute, estabelecido em Petrópolis há mais de 30 anos, com comércio de compra e venda de livros e antiguidades é de propriedade de Luiz Carlos Gomes, especialista sobretudo em moedas e medalhas. Conhecedor de história e pertencendo ao meio de historiadores de Petrópolis, foi vice presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, no período de 2008 a 2009 e presidente nos anos de 2010 a 2015.

Em seu antiquário e sebo, os colecionadores poderão encontrar objetos de arte, fotos, postais, medalhas, revistas em quadrinhos antigas, livros, moedas e medalhas.

⁴⁷ Catálogo muito raro. A biblioteca do Museu Imperial possui os dois volumes.

DECRETO N. 3926 — DE 7 DE AGOSTO DE 1867.

Concede o uso de uma medalha às forças expedicionarias em operações ao sul da Província de Mato Grosso.

Attendendo à constancia e ao valor com que, não obstante as privações soffridas, se houverão as Forças expedicionarias de Mato Grosso, batendo vigorosamente as columnas paraguayas em os combates que com ellas travarão em territorio inimigo: Hei por bem conceder-lhes o uso de uma medalha segundo os desenhos e instrucções que com este baixão assignadas por João Lustoza da Cunha Paranaguá, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado do Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos sessenta e sete, quadragésimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperado.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.

Instrucções sobre o uso da medalha, a que se refere o Decreto desta data.

Art. 1.º Os Officiaes e Praças das Forças Expedicionarias, em operações ao sul da Província de Mato Grosso, usarão de uma medalha, conforme o desenho junto, pendente do lado esquerdo do peito por uma fita de dous dedos de largura com quatro listras, sendo de côr azul as dos extremos, e verde e amarella as duas do centro.

Art. 2.º A medalha será de ouro para os Officiaes Superiores, de prata para os Capitães e Subalternos, e de uma liga de cobre e estanho para as Praças de pret, sendo todas da mesma fórma e dimensões.

Art. 3.º Os individuos, a que é concedido o uso desta medalha, não poderão trocar a de um pela de outro gráo, mas sempre e em todo o tempo usarão daquella que fôr correspondente ao posto, ou praça que occupavão na época em que a receberão.

Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1867.
— *João Lustoza da Cunha Paranaguá.*

DECRETO N. 4201 — DE 6 DE JUNHO DE 1868.

Faz extensivo ás forças, que marcharão da Capital da Provincia de Mato Grosso, a fim de operar contra Corumbá, o uso da Medalha concedida pelo Decreto n.º 3926 de 7 de Agosto de 1867.

Attendendo aos serviços prestados pelas forças, que marcharão da Capital da Provincia de Mato Grosso, a fim de operar contra Corumbá: Hei por bem fazer-lhes extensivo o uso da Medalha concedida pelo Decreto n.º 3926 de 7 de Agosto de 1867, ás forças expedicionarias em operações ao Sul da mesma Provincia.

João Lustoza da Cunha Paranaguá, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Junho de mil oitocentos sessenta e oito, quadragésimo sétimo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Lustoza da Cunha Paranaguá.



Fotos do Antiquário e Sebo La Redoute, em Petrópolis.



Bibliografia

Brasil. Marinha. Serviço de Documentação Geral. Medalhas e Condecorações. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.

BARROS, Alfredo Solano. Estudo crítico e doutrinário sobre “Medalhas Militares Brasileiras”. In Anais do Museu Histórico Nacional, Volume II, 1941. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BIBIANI, Regina Elísia de Miranda Lago Bibiani. Iconografia e iconologia das medalhas da Campanha do Paraguai concedidas ao Exército Brasileiro. In Anais do Museu Histórico Nacional, volume 38. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2006.

Decreto Nº 3926, de 7 de agosto de 1867, in: Collecção das Leis do Império do Brasil de 1867, Tomo XXX, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

Decreto Nº 4201, de 6 de junho de 1868, in: Collecção das Leis do Império do Brasil de 1868, Tomo XXXI, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

CASTRO, Amélia Machado Coelho de. Catalogo das medalhas brasileiras e das estrangeiras referentes ao Brazil, da collecção numismatica pertencente à viscondessa de Cavalcanti. 2ª ed. Aumentada. Pariz: Macon, Pro+at Frères, 1910. Dois volumes.

MEILI, Julius. Die auf das Kaiserreich Brasilien bezüglichen Medaillen, 1822-1889 (As Medalhas referentes ao Império do Brasil, 1822 até 1889). [S.l.]: [s.n.], 1890. Dois Volumes.

PERTILE, Enzo. Guerra Contra la Triple Alianza – Vencer o Morir. Asunción: Editorial Servilibros, sem data.

TAPAJÓS, Vicente. História do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

UMA SINGULAR PARTIDA DO JOGO DE “PALITINHOS” OU UM AUTÓGRAFO DAS ARÁBIAS.

“Dizia Abu Iussof El-Cassem Iben Tálaba, cheque de Atalaia, em Roba El-Khali:

“Jamais poderia o homem de coração esquecer os bons, os justos, os leais e os generosos amigos. São eles as verdadeiras dádivas de ALÁ”

Homenagem de Malba Tahan.

Rio de Janeiro, dezembro de 1958.”

Extraído do livro “Novas Lendas Orientais”

Alguns anos atrás comprei um livro chamado “Novas Lendas Orientais” de autoria do célebre escritor e matemático árabe chamado Malba Tahan. O livro, em ótimo estado de conservação, tinha dedicatória e estava autografado pelo autor. Uma preciosidade para quem gosta de livros e de autógrafos.

O curioso é que Malba Tahan” era um pseudônimo. Mas um pseudônimo tão conhecido, que a maioria das pessoas acreditava em sua existência. A respeito deste “autor”, existe uma extensa biografia, com nome completo, local e data de nascimento, episódios de sua vida, etc. Eu mesmo, quando jovem, acreditava em sua existência, e lia com satisfação os seus livros, principalmente aqueles que apresentavam alguma particularidade matemática.

Até que um dia a verdade surgiu: Malba Tahan foi convidado para fazer uma palestra em Petrópolis, no auditório do Museu Imperial. Para meu espanto, o escritor árabe que era esperado vestido em roupas típicas, acompanhado de um tradutor, era um professor brasileiro, trajando roupas comuns, e que fez uma magnífica apresentação. Era o ano de 1961, ou por volta dele. A ilusão de tratar-se de um escritor oriental se desfez, mas o encanto pelos seus livros continuou. Daí minha imensa satisfação com a aquisição do livro autografado.

A seguir apresentarei umas brevíssimas notas biográficas referentes a Malba Tahan e ao seu admirado criador, o professor e escritor Júlio César de Mello e Souza.

Malba Tahan

Ali Iezid Izz-Edim ibn Salim Hank Malba Tahan nasceu na aldeia de Muzalit, próxima à cidade de Meca, na Península Arábica, em 6 de maio de 1885. Foi um prodígio escritor com mais de 100 livros publicados, sobre matemática e moral. Escreveu em diversos jornais.

Na realidade, “Malba Tahan” é pseudônimo do professor Mello e Souza, que para ele criou uma biografia. Esta biografia escrita várias vezes nas orelhas de seus livros, apresentou versões diversas, quanto à sua cidade natal e data de nascimento. A ambientação dos contos é perfeita e foi fruto de muitos estudos, e sobre isso transcrevo um trecho da monografia “Malba Tahan: muito além do pseudônimo” de autoria de Pedro Paulo Salles e André Pereira Neto.

“Quando Julio Cesar de Mello e Souza cria o pseudônimo Malba Tahan, não pretendia apenas criar um pseudônimo, mas uma mistificação literária, isto é, fazer com que Malba Tahan parecesse ser o nome de um escritor real, que tivesse realmente existido. Então, para que pudesse elaborar uma biografia de Malba Tahan e para que seus contos árabes fossem convincentes em termos de estilo, linguagem e ambientação, passou cinco anos estudando a cultura e a língua árabes com os professores Ragi Basili e Jean Achar, respectivamente. Somente em 1924 começa a publicar contos no jornal A Noite, sob o pseudônimo de Malba Tahan; o primeiro deles intitula-se “O Juiz”. O editor deste jornal colaborou com a mistificação literária, divulgando que os “contos do original escriptor anglo-árabe Hank Malba Tahan” seriam especialmente traduzidos e adaptados por “um de nossos colaboradores”. Esta seria a primeira vez em que o nome Malba Tahan vinha a público.”

Para mostrar a diversidade de dados biográficos de Malba Tahan valho-me de outro texto da monografia citada:

“Aos 43 anos de idade, quando publicou O Homem que Calculava⁴⁸ (1938), conclui a dedicatória do livro com a seguinte informação: “De Bagdá, 19 da Lua de Zahagé de 1904” (data em que Julio teria 9 anos de idade). Já na segunda edição, recua essa esta data em mais de 500 anos, situando a mesma dedicatória em “Bagdá, 19 da lua de Ramadã de 1321”, abrindo a possibilidade de Malba Tahan ter nascido no século XIV ou mesmo no XIII (!)”

Entretanto, com o passar do tempo, a mistificação foi esclarecida e a biografia de Malba Tahan foi sendo confundida com a de seu criador, embora quase todos seus livros tenham sido escritos com o pseudônimo.

Uma bela homenagem póstuma a Malba Tahan:

Em 2013, através de lei presidencial, foi criado o Dia Nacional da Matemática, com o texto abaixo:

LEI Nº 12.835, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Institui o Dia Nacional da Matemática.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Matemática, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 6 de maio, data de nascimento do matemático, educador e escritor MALBA TAHAN.

Art. 2º O Poder Executivo incentivará a promoção de atividades educativas e culturais alusivas à referida data.

⁴⁸ O livro “O Homem que Calculava: Aventuras de um Singular Calculista Persa” é seu livro mais conhecido. (nota do autor).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF

Aloizio Mercadante

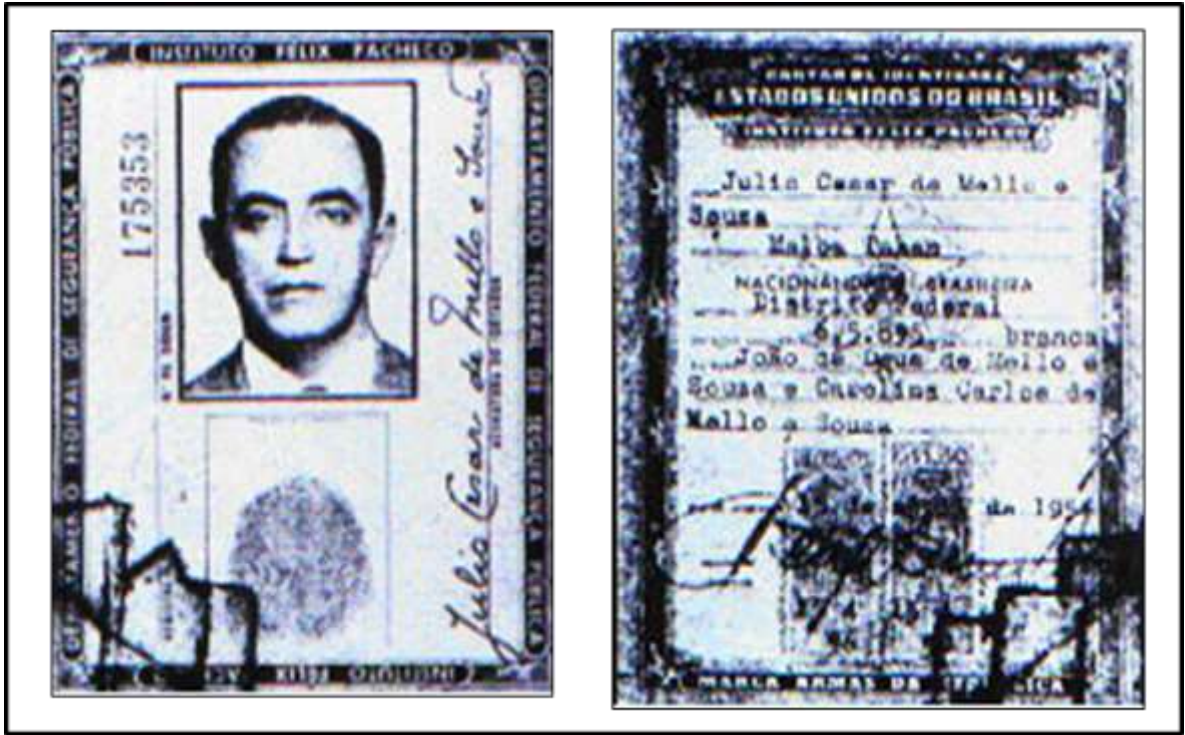
Júlio César de Mello e Souza

Júlio César nasceu em 6 de maio de 1895, no Rio de Janeiro. Filho de João de Deus de Mello e Souza e de Carolina Carlos de Toledo, professores na cidade de Queluz, onde Júlio passou a infância. Teve 8 irmãos.

Foi professor da Escola Normal do Distrito Federal, depois Instituto de Educação, por 40 anos. Fez inúmeras palestras, inclusive no exterior, sob o pseudônimo Malba Tahan e apresentou programas de rádio e televisão. Foi também professor catedrático do Colégio Pedro II e professor da Faculdade Nacional de Educação. Era engenheiro formado pela Escola Politécnica (RJ).

Numa homenagem a Malba Tahan, um decreto presidencial, assinado por Getúlio Vargas, permite ao matemático portar uma Carteira de Identidade com dupla identidade, de Júlio César e da Malba Tahan.

Faleceu aos 79 anos, em Recife, em 1974.



O Professor Carlos Ferreira de Abreu

Dentre os excelentes professores de matemática que tive durante os cursos ginasial e científico, um deles foi, sem dúvida, o professor Ferreira de Abreu. Não tinha uma didática convencional e suas lições eram complexas, mas inegavelmente cada aula trazia desafios e nos obrigava a estudar muito, tanto para conseguir entender os pontos, quanto para fugir da reprovação, que era inexorável, se não fôssemos bem nas provas. Era um professor duro.

Ferreira de Abreu era um homem carismático, cada aula era um “show”, sua chegada ao colégio já era uma atração: por vezes chegava de terno, gravata e tênis, numa época que aquele tipo de calçado só era mesmo usado nas quadras do esporte; às vezes chegava de bicicleta, que era pouco usada pela “sociedade”, e assim por diante. Em suas aulas o silêncio era absoluto, queríamos entender alguma coisa e nos deliciar com as suas excentricidades.

Homem vaidoso, em sua primeira aula, costuma dizer o seguinte: “são três os maiores matemáticos: o primeiro é Deus, o segundo foi meu pai e o terceiro sou eu”. Não escondia ser descendente do Barão de Teresópolis (Francisco Ferreira de Abreu), seu gosto por tocar acordeom e por promover festas em sua casa, onde prazerosamente exibia seu virtuosismo musical.

Publicou livros didáticos de matemática.

Eu estudava no curso noturno e diariamente ia para casa em companhia do colega Stênio ⁴⁹, que morava em casa próxima à minha. Habitualmente parávamos no Bar Guarani, que ficava no início da Rua Paulo Barbosa, e tomávamos um cafezinho juntamente com o dono do bar, o Sr. Carlos. A conta dos três cafés era disputada numa partida do tradicional jogo de palitinhos. Por vezes o professor Abreu aparecia, pedia para entrar na partida, e sempre procedia de maneira incomum: em vez de “cantar” sua pedida indicando um simples número, ele propunha uma equação ou um enigma matemático cuja solução era o seu prognóstico. Uma curiosidade que demonstrava de forma cabal e didática, seu amor à matemática, seu desejo de ensinar e de demonstrar conhecimentos. Para nós, simples alunos, aquela curiosa participação era estimulante e ampliava a fama de excentricidade que gravitava

⁴⁹ Stenio Braga Moutinho foi um excelente colega de classe e amigo. Infelizmente já faleceu. Como não tinha irmãos ou filhos, deixou apenas saudades e boas lembranças. Era conhecido por todos pela sua inteligência, cultura e a capacidade de contar casos e piadas ininterruptamente, por horas a fio.

em torno do estimado, mas temível professor. Foi ele o paraninfo de nossa turma do curso científico.

Um dia, aconteceu o inusitado: encontraram-se na saída de uma palestra no auditório do Museu Imperial, o professor Abreu, alguns alunos e o célebre Malba Tahan, que estava em Petrópolis. Foi logo proposta uma partida do jogo de palitinhos, que revelou um animado e cordial duelo entre os matemáticos.

Infelizmente não estive presente no notável evento e por isso pedi ao caro colega e amigo, Eli Rozendo ⁵⁰, que participou do épico acontecimento, que o relatasse, e este relato, transcrevo abaixo:

“Hávamos assistido a mais uma interessante palestra no auditório do Museu Imperial. Na saída convidamos o mestre Abreu para uma das nossas animadas partidas de palitinhos. Como de praxe, ele aceitou com evidente satisfação. Nós, alunos, fazíamos as pedidas convencionais: “dois”, “lona” e que tais. O professor, fazendo uso de seus conhecimentos matemáticos e da rapidez de raciocínio, apresentava uma expressão, não raro complexa. Com um sorriso maroto aguardava, paciente, que seus alunos calculassem qual era o seu pedido. Quando alguém se arriscava a dizer um número, ele concordava se estivesse certo. Em caso de erro corrigia o constrangido aluno dizendo: é tão fácil! e apresentava um longo cálculo para finalmente dizer que havia pedido três. O jogo ia transcorrendo dessa maneira quando surge o grande Malba Tahan. Ele chegou, apreciou uma rodada e não se conteve. Pediu para participar. Ora, foi uma festa! Imaginem a nossa alegria de jogar palitinhos não só com o mestre Abreu mas também com o autor de O Homem que Calculava. Oportunidade única e não perdida.

Se uma rodada em que o professor Abreu participava era muito demorada por causa dos cálculos que precisavam ser feitos, com a

⁵⁰ Eli Rozendo Moreira dos Santos é um antigo e estimado amigo. Estudamos juntos nos cursos ginásial e científico e embora tivéssemos optado por profissões diferentes, sempre nos mantivemos em contato. Diversos textos deste e de outros capítulos, contaram com seus comentários e correções e, principalmente, incentivo. Valendo-me das sábias palavras de Abu Iussof, o cheique de Atalaia: um amigo como o Eli é uma dádiva de Alá.

entrada do novo jogador a demora triplicou. Agora eram dois craques da matemática duelando para ver quem apresentava a expressão mais difícil, curiosa ou interessante. A essa altura, os alunos não conseguiam descobrir a “pedida” dos mestres. Eles demonstravam um para o outro o resultado de suas expressões matemáticas. Ao final da demonstração, um perguntava “Estou certo?”. Nós aprendizes, esperávamos a resposta do outro mestre. Invariavelmente a pedida estava certíssima.

Acredito que para os participantes daquela roda de “palitinhos”, ela tenha sido a mais interessante, estranha, instrutiva e inesquecível de todas as partidas desse jogo.”

Bibliografia e referências

TAHAN, Malba. Novas Lendas Orientais. Rio de Janeiro: Conquista, 1962.

LEI Nº 12.835, DE 26 DE JUNHO DE 2013. (Institui o Dia Nacional da Matemática.)

Folha de rosto do livro "Novas Lendas Orientais", 2ª edição.
TAHAN, Malba. Novas Lendas Orientais. Rio de Janeiro: Conquista, 1962.
Dedicatória e autógrafo de Malba Tahan

Coleção do autor.

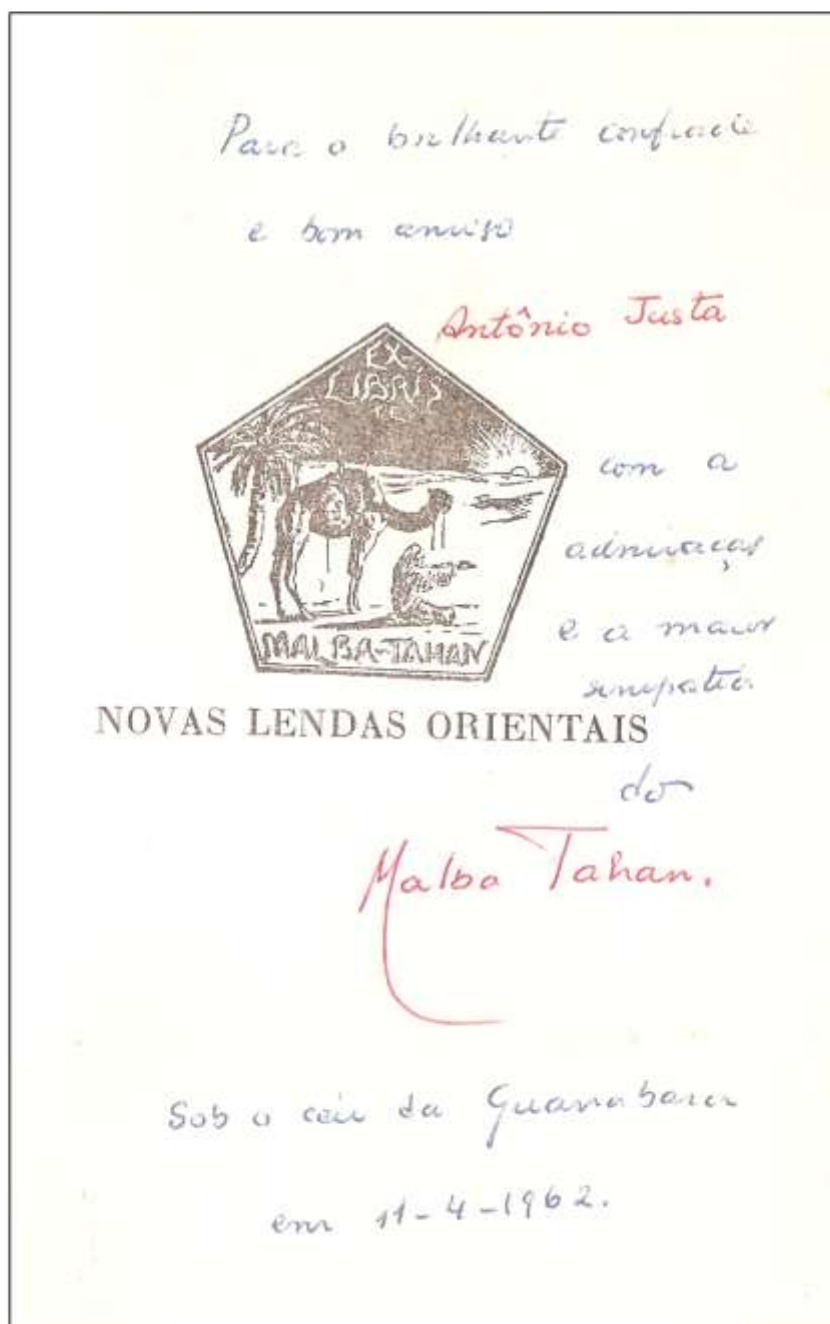


Foto de Malba Tahan existente no livro “Novas Lendas Orientais”, 2ª edição.
Autógrafo de Malba Tahan.



Uma homenagem à Matemática

Em 1943, o prefeito de Itaocara, RJ, Carlos Moacyr de Faria Souto, mandou construir um monumento para homenagear a Matemática.

Encomendou o projeto a um dos maiores expoentes em matemática da época: o professor Júlio César de Mello e Souza, conhecido por Malba Tahan. O professor promoveu um concurso entre seus alunos para a escolha do melhor projeto. O vencedor foi Godofredo Formenti e o construtor, Italarico Alves, morador de Itaocara. O monumento é constituído por duas pirâmides hexagonais entrelaçadas. Elas simbolizam a integração entre as civilizações orientais que floresceram no Vale do Rio Nilo - fenícios, caldeus, persas, hebreus, árabes e chineses - e os povos modernos.



Praça da Matemática

Itaocara, RJ

DUAS FOTOS DO POLÍTICO AARÃO STEINBRUCH

Em fevereiro de 2016, participei de um leilão de colecionismo, pela internet, comandado pelo leiloeiro Franklin Levy. Tive a atenção despertada por duas fotografias do político Aarão Steinbruch e consegui adquiri-las. Como mostrarei adiante, essas fotos me levaram a interessantes pesquisas sobre aspectos políticos da época e da atuação de Steinbruch e de outras personagens mostradas nas fotos.

Apresento abaixo o catálogo do leilão.



Os leilões pela internet não têm o *glamour* dos leilões do passado, mas em contrapartida possibilitam aos licitantes ⁵¹ analisar com bastante antecedência as peças que irão disputar. Os participantes podem comparar as ofertas feitas para objetos semelhantes e, sobretudo, não ficam tão submetidos ao *stress* da disputa presencial.

Como a participação é feita de casa, do conforto de nossa poltrona, conseguimos também fazer compras mais equilibradas, evitando lances “ao sabor da emoção”, que tanto acontece nos leilões tradicionais.

⁵¹ Licitante é aquele que apresenta lances para os lotes que estão sendo leiloados.

As fotos adquiridas:



Na primeira foto, ao centro, vemos Carlos Coimbra da Luz e Aarão Steinbruch.

Carlos Coimbra da Luz ⁵².

Carlos Coimbra da Luz foi um dos protagonistas de uma das passagens mais conturbadas de nossa história política, que culminou com sua passagem meteórica pelo cargo de Presidente da República, o qual ocupou por três dias.

É difícil resumir em poucas linhas um evento tão complexo e cheio de ramificações, todavia vou tentá-lo, mesmo sabendo que a brevidade poderá sacrificar um pouco a clareza dos fatos relatados e suprimirá algumas etapas menos importantes para o seu entendimento.

Em 24 de agosto de 1954, em meio a escândalos de corrupção e uma tensa situação política, o presidente Getúlio Vargas recusa-se a renunciar e se suicida. Assume a presidência, o vice-presidente Café Filho⁵³.

A partir de outubro de 1955, algumas ocorrências levaram o país a uma situação crítica e a dois golpes graves e sucessivos.

A eleição de 3 de outubro apontou Juscelino Kubitschek⁵⁴ como o novo presidente e João Goulart como vice-presidente. Esse fato teve uma repercussão negativa: a oposição e um grupo de militares não queria reconhecer a vitória de Juscelino, uma vez que ele não alcançou a maioria absoluta de votos (teve somente 35,68% dos votos). Foram levantadas também suspeitas de fraude eleitoral.

Em 31 de outubro faleceu o General Canrobert Pereira da Costa, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), e em seu sepultamento no dia 1º de novembro, o Coronel Jurandyr de Bizarria Mamede, então servindo na ESG - Escola Superior de Guerra, fez um discurso político que desagradou profundamente ao Ministro da Guerra, Marechal

⁵² Nasceu em Três Corações, MG, em 4 de agosto de 1894 e faleceu no Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1961.

⁵³ João Augusto Fernandes Campos Café Filho, nascido em Natal, em 3 de fevereiro de 1899 e falecido no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1970.

⁵⁴ Juscelino Kubitschek de Oliveira, nascido em Diamantina em 12 de setembro de 1902 e falecido em Resende em 22 de agosto de 1976.

Henrique Duffles Teixeira Lott⁵⁵. O Ministro não pode punir Mamede, pois este estava na ESG, que era fora de sua jurisdição. Solicitou a Café Filho a punição, mas o presidente sofreu um grave problema de saúde antes de deliberar sobre o assunto.

Com a internação de Café Filho, que ficou impossibilitado de exercer a presidência, assumiu o cargo o presidente da Câmara de Deputados, Carlos Coimbra da Luz, em 8 de novembro de 1955, às 18 horas.

Em 9 de novembro, às 10 horas, Luz reuniu o Ministério, visto que: “seria uma insensatez mudar o Ministério para uma administração de tão poucos dias”.

Em reunião privativa, Lott comunicou que pretendia exonerar-se, em face da não solução do “caso Mamede”. Carlos Luz, na mesma manhã convidou o General Álvaro Fiuza de Castro, para o cargo. Às 18h10, Lott foi comunicado de sua demissão e do nome de seu sucessor. Fiuza foi empossado no mesmo dia e a transmissão do cargo marcada para o dia 11/11.

Na noite de 10/11, grande parte dos oficiais-generais do Distrito Federal se articulava na residência do General Odylio Denys⁵⁶. Lott foi então procurado por Denys e por um grupo de oficiais-generais para interpretar os anseios do Exército e conduzi-los. Lott, no comando de fato do Exército dirigiu-se para o Ministério do Exército e lá instalou seu quartel general.

Na madrugada do dia 11, Carlos Luz sabendo da movimentação intensa do Exército dirigiu-se para o Ministério da Marinha, onde parecia haver maior segurança. Por sugestão do Almirante Penna Botto, resolveu embarcar no Cruzador Almirante Tamandaré e de lá coordenar os movimentos e manter o governo.

Às 6 horas da manhã, o General Lott fez a seguinte proclamação: “Tendo em conta a solução dada pelo presidente Carlos Luz no caso Mamede, os chefes do Exército, julgando tal

⁵⁵ O Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott nasceu em Antônio Carlos, MG, em 16 de novembro de 1894 e faleceu no Rio de Janeiro em 19 de maio de 1984. Foi nomeado Ministro da Guerra pelo Presidente Café Filho, em 1954.

⁵⁶ O Marechal Odylio Denys nasceu em Santo Antonio de Pádua, RJ, em 17 de fevereiro de 1892 e faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1985. Ocupou importantes postos no Exército. Teve participação importante em diversos momentos da política brasileiro. Comandou o Primeiro Batalhão de Caçadores, de Petrópolis, cidade onde tinha também residência. Foi Ministro da Guerra dos governos de Kubitschek e de Jânio Quadros.

ato de pura provocação aos brios do Exército, que viu postergados princípios de disciplina, decidiram credenciar-nos como intérpretes dos anseios do Exército, objetivando o retorno à situação aos quadros normais do regime constitucional vigente. Acreditamos contar com a solidariedade dos companheiros da Marinha e da Aeronáutica e apelamos para os governos estaduais solicitando apoio para essa atitude”.

Do Cruzador Tamandaré, Carlos Luz mandou a seguinte mensagem a Flores da Cunha, que então presidia a Câmara dos Deputados: “Venho comunicar a V. Excelência e a essa Câmara que, resguardando a autoridade do cargo em que estou investido, de Presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, que ferem de frente a nossa Constituição, me mantenho no exercício daquele cargo a bordo de uma unidade de nossa Marinha em águas territoriais.”

Luz estava acompanhado no Tamandaré, entre outros, pelos seguintes civis e militares: Vice-Almirante Carlos Penna Botto, comandante-em-chefe da esquadra, Min. José Eduardo Prado Kelly, Min. Octávio Marcondes Ferraz, Min. Bento Munhoz da Rocha Neto, José Monteiro de Castro, Dep. Carlos Lacerda, Silvio Monteiro Moutinho, Cel. Jurandyr de Bizarria Mamede, sub-chefe da Casa Militar Doorgal Borges, Cel. Dickson Melges Graef, Alm. Júlio de Sá Bierrenbach, Cel. Heitor Linhares. Comandava o navio o capitão-de-mar-e-guerra Sílvio Heck.

O navio sofreu bombardeio oriundo das fortalezas da costa. O cruzador não revidou, temendo atingir civis na região densamente povoada de Copacabana.

Sabendo que a resistência seria impossível, tendo tomado conhecimento de que seu impedimento fora aprovado pelo Congresso e que Nereu Ramos estava constitucionalmente investido na presidência, Carlos Luz resolveu regressar. Seu governo começou na tarde de 8/11 e terminou na manhã de 11/11. Carlos Luz renunciou também à presidência da Câmara dos Deputados.

Em 14 de novembro de 1955, Carlos Luz, da tribuna da Câmara, pronunciou um histórico discurso, onde relatou com detalhes os acontecimentos. Seu discurso obteve aplausos de uma minoria e vaias da maioria.

Nesse discurso Carlos Luz dá muitas explicações sobre o episódio e transcrevo aqui um trecho, por estar muito atual, de um dos motivos que o levaram a renunciar também à presidência da Câmara:

“Depois dos fatos que aqui se processaram, não me sentiria com forças para assumir a cadeira da Presidência *[da Câmara dos Deputados]* a que me alçou, num pleito que exalta esta Casa do Parlamento Nacional, a maioria dos que aqui legislam para a Nação.

Sigo, assim, as tradições invariáveis dos Presidentes, que, se sentindo em divergência com a maioria da Casa, manifestada através de votação expressiva, a ela restituem o mandato, porque só poderíamos exercê-lo com a independência necessária, com a compostura que sempre pus no exercício das funções que V. Excia. ora exerce *[Luz se dirigia ao Presidente da Câmara, Deputado Alberto Torres]*.”

“... me retiro convencido de que estou prestando mais uma homenagem aos meus colegas, restituindo-lhes o mandato que me haviam outorgado.”

Em 21 de novembro Café Filho, então recuperado, tentou reassumir seu cargo de presidente. Não conseguiu. A área em torno de sua residência em Copacabana foi ocupada por tanques com ordens de não deixá-lo sair. Em 23 de novembro o Congresso votava seu impedimento.

Vai Licenciarse o Senhor Café Filho

AS atenções do mundo político estiveram voltadas, todo o dia de ontem, para o Hospital dos Servidores do Estado, onde se encontra internado o presidente da República e de onde, conforme a palavra dos médicos que iriam examiná-lo, poderia a opinião pública obter, além de uma notícia tranquilizadora em relação ao estado de saúde do chefe do governo, um dado-base para a previsão do desenvolvimento da crise atual. Desde que surgiu a questão disciplinar, suscitada pelo ministro da Guerra em torno do já famoso discurso do coronel Jurandir Mamede, procurava-se conhecer exatamente o pensamento do sr. Café Filho, de quem passou a depender, afinal, de modo exclusivo, a solução do problema. O general Lott insistia em que o coronel Mamede fôsse punido, mas não tinha ascendência funcional sobre êle. O comandante da Escola Superior de Guerra, almirante Ernesto Araújo, a quem está diretamente subordinado o coronel Mamede, divergia do ministro e entendia que não havia motivo para punição.

Na recente nota oficial distribuída à imprensa pela Secretaria do Ministério da Guerra, informava-se que o general Lott realizara gestões junto ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (de que é órgão a Escola Superior de Guerra) e junto ao Catete, mas já então o sr. Café Filho estava internado e impedido até de receber visitas. Soube-se ontem, de boa fonte, que o chefe do EMFA, brigadeiro Gervásio Duncan, respondera ao aviso do ministro da Guerra, recusando — em termos polidos embora e com argumentos de administração — o desligamento do coronel Mamede da Escola e sua volta à condição de subordinado do general Teixeira Lott.

A questão ficava, portanto, em suspenso, declarando-se uma crise militar que somente a palavra decisiva do presidente

NOTAS POLITICAS

O Sr. Carlos Luz na Presidência da República

O SR. CARLOS LUZ, desde ontem, é o presidente da República. Por quanto tempo, não será fácil precisar, tomando-se os documentos oficiais e a própria palavra do deputado por Minas Gerais, no instante em que se despedia da Câmara para assinar, no Catete, o termo de posse. Salvo o sr. Monteiro de Castro, que extra-oficialmente se referiu a um provável prazo de «dez ou doze dias», ninguém se refere ao limite do prazo da substituição, pela natureza mesma do seu motivo oficialmente exposto: os médicos referem-se à necessidade que tem o sr. Café Filho de se manter afastado de qualquer atividade «por mais alguns dias»; o presidente enfermo, no ofício dirigido ontem ao sr. Carlos Luz, limita-se a transcrever as palavras da junta médica; e o sr. Carlos Luz, afinal, no discurso proferido na Câmara, alude a «breves dias» e depois a um «curto período».

Conversando com os jornalistas, o sr. Monteiro de Castro,

Diário de Notícias 9 de novembro de 1955

Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, assume a Presidência da República, às 17 horas de 8 de novembro de 1955.

★ Não Haverá Modificação no Ministério

O sr. Carlos Luz reunirá hoje, às 10h30m, todos os ministros de Estado e outros auxiliares diretos da Presidência. Ontem à tarde já se sabia, na Câmara, dessa reunião, em torno da qual se fizeram especulações quanto à substituição de algumas figuras do governo, a começar pelo general Teixeira Lott.

Antes mesmo de se dirigir para o Catete, o sr. Carlos Luz desautorizou as especulações, adiantando que não faria modificação no governo. Modificar o Ministério num governo de tão pouco tempo, «seria uma insensatez» — completou o sr. Carlos Luz.

Quanto à reunião, negou-lhe importância, referindo-se

Empossado Pelo Gal. Lott o Sr. Nereu Ramos

Em 11 de novembro de 1955, apenas 3 dias após a sua designação, o Presidente Carlos Luz é declarado impedido pela Câmara dos Deputados, em sessão iniciada às 11 horas e encerrada às 16 horas. Às 18h30 foi empossado o novo presidente, o senador Nereu Ramos.

Declarado Impedido o Sr. Carlos Luz

RESOLUÇÃO DA CÂMARA FEDERAL

A CÂMARA dos Deputados reuniu-se, ontem, extraordinariamente, em virtude de convocação do sr. Flôres da Cunha, a fim de apreciar os acontecimentos.

A sessão teve início às 11 horas e terminou pouco antes das 16 horas.

Na abertura dos trabalhos, o sr. Flôres da Cunha, primeiro vice-presidente, no exercício da Presidência da Câmara, leu o requerimento do líder da maioria, sr. José Maria Alkimin, pedindo a referida convocação. Em seguida, declarou o sr. Flôres da Cunha que havia levado sua solidariedade pessoal ao ministro da Guerra, general Teixeira Lott, tendo depois lido a Proclamação lançada ao amanhecer de hoje pelo titular da pasta da Guerra.

Após questões de ordem levantadas pelos srs. João Agripino, e Fernando Ferrari, ocupou a tribuna o sr. Gustavo Capanema, que leu a seguinte proposição:

«A Câmara dos Deputados, tomando conhecimento dos graves acontecimentos que desde ontem se desenrolam no País, e considerando a situação de fato pelos mesmos criada, reconhece a existência do impedimento previsto no art. 79, parágrafo primeiro, da Constituição Federal, para cuja solução o mesmo dispositivo prevê o chamamento do vice-presidente do Senado ao exercício da Presidência da República».

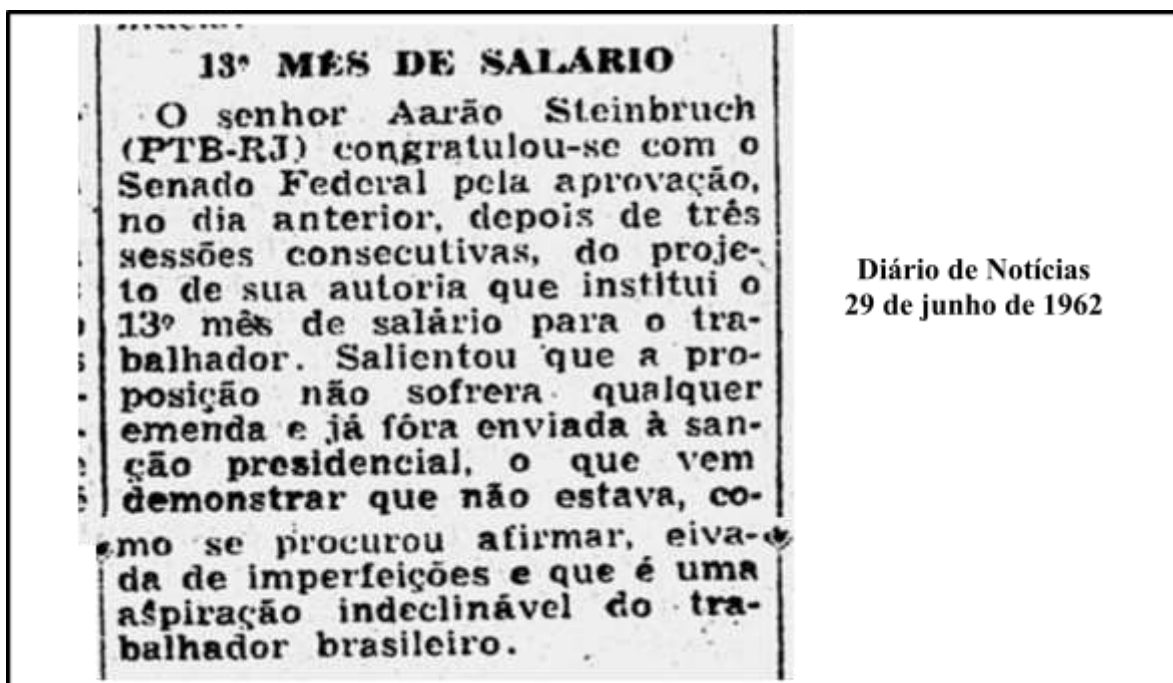
Subscreviam a proposição os srs. José Maria Alkimin, Fernando Ferrari, Hugo Napoleão, Arnaldo Cerdeira, Luís Compagno,

Aarão Steinbruch

Na fotografia, ao lado de Carlos Luz, vemos o político Aarão Steinbruch. Steinbruch nasceu em Santa Maria, RS, em 17 de setembro de 1917, e faleceu no Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1992. A par de sua carreira política, Steinbruch exerceu a advocacia, especializando-se em causas trabalhistas, defendendo sindicatos e trabalhadores.

Foi eleito Deputado Federal em 1954 e 1958, pelo antigo PTB. Notabilizou-se por ter criado o 13º Salário (Gratificação de Natal), através da Lei Nº 4.090, de 13 de julho de 1962, de sua autoria e sancionada pelo Presidente João Goulart. Além dessa Lei, Steinbruch foi o autor de diversas outras de importância para o trabalhador, inclusive de regulamentação de diversas profissões.

Em 1962, foi eleito senador; o mais votado do Rio de Janeiro. Após o movimento de 1964, filiou-se ao antigo MDB e acabou cassado. Sua mulher, Júlia Steinbruch, aproveitando seu prestígio político, elegeu-se deputada federal, e teve também uma carreira importante.



Na segunda foto, vemos Aarão Steinbruch, sua esposa Júlia Vaena Steinbruch, e mais atrás o avião Caravelle, da Varig.

Júlia Steinbruch

Querendo pesquisar quem foi Júlia Steinbruch consultei inicialmente a internet e logo entendi estar diante de uma pessoa de relevo, em seu tempo. Aprofundando a pesquisa consultei o Dicionário de Mulheres do Brasil, organizado por Schuma Schumacher, o texto Deputados Brasileiros, da Câmara dos Deputados, um artigo de José Cândido de Carvalho, publicado em 25 de maio de 1968, na antiga e saudosa revista O Cruzeiro, e diversos jornais da época. Farei um pequeno resumo do que encontrei e parece-me que a Sra. Júlia, pela sua importância, merece um estudo e uma biografia mais completa, o que não é o objetivo deste trabalho.



Júlia Vaena nasceu em Petrópolis, RJ, em 28 de maio de 1933. Filha do industrial Luciano Vaena e de Clara Vaena, neta de gregos de Smirna.⁵⁷

⁵⁷ Revista O Cruzeiro, edição de maio de 1968.

Desde cedo começou a mostrar seus inúmeros dotes. Em julho de 1954, já estudante de direito, Arno Voigt declara que Júlia é a maior revelação artística de canto interpretado, dos últimos anos.⁵⁸ Em maio de 1957, ainda estudante de direito na Universidade do Distrito Federal, Júlia, com seus colegas de faculdade, representou a peça “Luz, Câmera, Ação”, de autoria do estudante Wilson dos Santos Rocha.⁵⁹

Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, em 1956. A solenidade de formatura ocorreu em 20 de dezembro de 1956, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.⁶⁰ Doutorou-se em Direito Penal, em 1958.

A estreia da advogada Júlia ocorreu em 1957, quando juntamente com o advogado José Bonifácio, conseguiram absolver dois marinheiros noruegueses acusados de matar o motorista de taxi Dilermando Cardoso, de apelido *Capenga*. O caso teve grande repercussão e ocupou os noticiários da época inclusive com uma grande reportagem na revista O Cruzeiro, edição de 7 de setembro de 1957.

Júlia Vaena casou-se em 16 de abril de 1959, com o deputado federal Aarão Steinbruch, em concorridíssima cerimônia que contou com a presença de inúmeros políticos, inclusive o Vice-Presidente da República, o Sr. João Goulart e o Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Roberto Silveira. A cerimônia ocorreu no Templo Israelita do Rio de Janeiro, a Rua Tenente Possolo, 8, e o oficiante foi o Rabino-Chefe da Cidade, Jacob Fink.⁶¹

Iniciou carreira política em 1966, quando se elegeu como deputada federal pelo Rio de Janeiro, com 44.050 votos, sendo a segunda mais votada do Estado, ficando atrás apenas de Amaral Peixoto. Entre os candidatos do sexo feminino foi a deputada que alcançou maior número de votos no Brasil. Foi cassada em 1969, juntamente com o marido, pelo Ato Institucional nº 5. Com a Lei da Anistia do Presidente Figueiredo, de 1979, ela retornou às atividades políticas filiando-se ao PTB, de Ivete Vargas.

Como deputada destacou-se por tentar promover a educação sexual nas escolas, embora na época não tenha sido bem sucedida. Um dos importantes momentos de sua

⁵⁸ Diário da Noite, edição de 27 de julho de 1954.

⁵⁹ Correio da Manhã, edição de 26 de maio de 1957.

⁶⁰ Correio da Manhã, edição de 21 de dezembro de 1956.

⁶¹ Diário Carioca, edição de 19 de abril de 1959.

carreira, foi quando o Supremo Tribunal Federal solicitou licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, por ter feito em plenário, um pronunciamento considerado ofensivo às Forças Armadas. Júlia teve uma posição contrária. Na conclusão de seu discurso em defesa da imunidade do parlamentar, a deputada declarou:

“Os que se insurgem contra as imunidades parlamentares, contra o próprio preceito constitucional de inviolabilidade no exercício do mandato popular, se insurgem contra a própria essência democrática. Pode-se discordar veementemente de ideias, preceitos e opiniões, mas deve-se defender mais veementemente ainda o direito de que sejam proferidos sem cerceamentos, repressões ou censuras. O contrário seria amesquinhar o parlamento e anular a representatividade popular.”

O discurso de Márcio, em 1968, veio a provocar a edição do Ato Institucional nº 5, que redundou na cassação de 95 parlamentares, dentre os quais Júlia Steinbruch e o seu marido.

Júlia voltou ao serviço público e aposentou-se em 1990. Seu marido Aarão Steinbruch, com quem teve três filhos, faleceu em 1992.

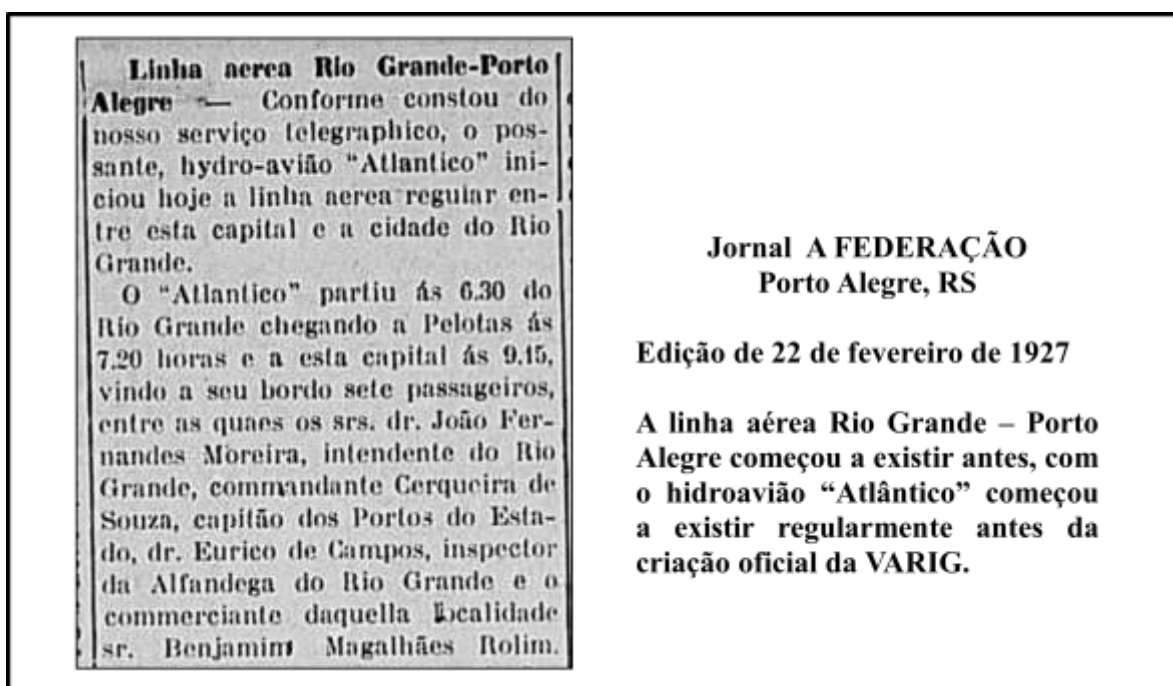
O avião da Varig

No segundo plano da fotografia vemos um avião da extinta companhia de aviação VARIG – Viação Aérea Riograndense. Esse trabalho não ficaria completo sem que escrevêssemos algumas linhas sobre esta importante empresa e sobre esse avião mostrado na foto.

A VARIG

A companhia aérea Varig nasceu no Rio Grande do Sul, fundada pelo imigrante Otto Ernst Meyer e outros descendentes de alemães como Ernst Rotermund, Rudolf Ahrons, Jorge Pfeiffer, Emilio Gertum, Artur Bromberg, Edmundo Berchon, Waldemar Bromberg, Feodor Jacobi, Albert Bins e outros. A companhia alemã Condor Syndikat era também sócia, com cerca de um quinto das ações.

A Varig, fundada em 7 de maio de 1927, foi a primeira companhia aérea brasileira. O jornal gaúcho A Federação, edição de 9 de maio de 1927, anunciou a assembleia da fundação e a diretoria eleita em 7 de maio. A primeira diretoria tinha Otto Meyer como diretor gerente; Rudolf Von Clausbruch como diretor técnico e Fritz Hammer como diretor delegado.



Linha aerea Rio Grande-Porto Alegre — Conforme constou do nosso serviço telegraphico, o possante, hydro-avião "Atlantico" iniciou hoje a linha aerea regular entre esta capital e a cidade do Rio Grande.

O "Atlantico" partiu ás 6.30 do Rio Grande chegando a Pelotas ás 7.20 horas e a esta capital ás 9.15, vindo a seu bordo sete passageiros, entre as quaes os srs. dr. João Fernandes Moreira, intendente do Rio Grande, commandante Cerqueira de Souza, capitão dos Portos do Estado, dr. Eurico de Campos, inspector da Alfandega do Rio Grande e o commerciante daquela localidade sr. Benjamin Magalhães Rolim.

Jornal A FEDERAÇÃO
Porto Alegre, RS

Edição de 22 de fevereiro de 1927

A linha aérea Rio Grande – Porto Alegre começou a existir antes, com o hidroavião "Atlântico" começou a existir regularmente antes da criação oficial da VARIG.

Inicialmente a VARIG operava apenas no estado do Rio Grande do Sul; a partir da década de 1950 a empresa expandiu seus voos para outros estados do Brasil. O grande impulsor dessa expansão foi Ruben Berta, presidente da companhia a partir de 1941.

A companhia cresceu continuamente até que em 1996 começou a apresentar resultados negativos e não mais se recuperou. Em 2006, a companhia foi vendida em leilão, para a Varig-Logística, por 24 milhões de dólares. A Varig-Logística era uma subsidiária da Varig, que em 2005 foi vendida para a TAP e investidores brasileiros.

O Caravelle

Quando observamos com uma lente a cauda do avião da foto, vemos seu prefixo. O prefixo PP-VJC indica que foi o primeiro Caravelle da Varig, o avião que iniciou a "era do jato" no Brasil. Voar era uma atividade glamourosa; os serviços de bordo impecáveis, os

cardápios eram semelhantes aos dos melhores restaurantes. Habitualmente eram servidas balas logo na entrada⁶², drinks antes das refeições (whisky, Campari, etc), cigarros em pequenos maços com quatro ou cinco unidades, a refeição, café e para finalizar um licor, normalmente um Cointreau, Bénédictine, ou similar. Os talheres eram de excelente qualidade e sempre tinham o monograma da companhia aérea e, por isso, os apreciadores de lembranças, às vezes, os levavam. Vez por outra aparecem em leilões.

A Varig incorporou à sua frota, o primeiro Caravelle, o PP-VJC, em 1959. Foi o primeiro de três. Utilizou os Caravelles até 1964, quando foram substituídos. As outras companhias de aviação da época, tanto no Brasil quanto no exterior também o utilizaram. Foram aviões de muita popularidade.

O Caravelle foi o primeiro avião a jato puro produzido pela empresa francesa Sud Aviation, que os fabricou entre 1955 e 1972. Foi o primeiro avião a ter os motores montados na fuselagem traseira, deixando as asas livres. Houve mais de dez modelos de Caravelles. O PP-VJC era um Caravelle III.

⁶² Havia uma companhia aérea, não lembro qual, que oferecia as antigas balas recheadas com leite condensado, que eram fabricadas pela Patrone, em Petrópolis. Balas de uma qualidade excepcional, como não se vê mais. Como petropolitano, sempre me voltava para o companheiro do lado e esclarecia: estas balas são feitas na minha terra.



"CARAVELLE" JA NA ROTA RIO-NOVA YORK — Inaugurando a era do jato puro no Brasil, a VARIG lançou, domingo último, o "Caravelle" na rota regular Rio-Nova York, com escalas em Belém, Trinidad e Nassau. A moderna aeronave seguiu para os Estados Unidos com a lotação completa, tendo feito o percurso entre esta capital e Nova York em apenas 14 horas, o que veio reduzir de 6 horas o tempo gasto atualmente por outros aviões comerciais. No flagrante um aspecto do embarque para o primeiro voo comercial do "Caravelle" da VARIG.

Diário de Notícias (RJ)
Edição de 24 de dezembro de 1959

O voo inaugural da linha partiu de Nova York, Aeroporto de Idleville, em 21/12/1959, às 20 h.

Bibliografia

Governos da República. Brasília: Serviço de Documentação do Gabinete Civil, Presidência da República, 1984.

Diversos números do jornal Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, de 1955 e de 1962.

CARVALHO, José Cândido. Quem é Você? In Revista O Cruzeiro, edição de 25 de maio de 1968.

VOIG, Arno. Reportagem: A Maior Revelação Artística dos Últimos Anos Júlia Vaena, in jornal Diário da Noite, edição de 27 de julho de 1954.

Diário da Noite, edição de 27 de julho de 1954.

Correio da Manhã, edição de 21 de dezembro de 1956 e de 26 de maio de 1957.

Diário Carioca, edição de 19 de abril de 1959.

O Cruzeiro, edição de 7 de setembro de 1957.

Diversos números do jornal A Federação (RS), de 1927.

LUZ, Carlos. Em Defesa da Constituição – Discurso do Sr. Carlos Luz. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.

O NUMISMATA CÉSAR BULGARELLI

Conheci o Bulgarelli (todos o chamavam pelo sobrenome ou então, carinhosamente, Buga) na época em que cursávamos o “ginasial”. Fomos contemporâneos, embora não estudássemos na mesma classe. Creio que o César era um ou dois anos mais velho do que eu.

Abro aqui um parêntese para explicar o que era o “ginasial”. Desde cerca de 70 anos o ensino de um jovem era dividido em três etapas: havia curso primário, com 4 e mais tarde 5 anos, o curso ginásial, com 4 anos e daí o estudante optava por um dos seguintes cursos: científico, clássico ou normal, de 3 anos. Além destes, havia outros cursos como o de contabilidade, estatística, comercial, secretariado, etc, tanto em nível semelhante ao do “ginásio” quanto ao do “científico”. Estes cursos profissionalizantes eram menos seguidos. A maioria dos estudantes fazia o ginásial e depois o clássico, ou o científico ou o normal. O clássico era feito por estudantes que pretendiam seguir seus estudos cursando a faculdade de história, geografia, línguas, direito, etc; o científico era para os que ambicionavam cursar medicina, engenharia, agronomia, arquitetura, etc; o normal, cursado por moças, as habilitava para lecionar no curso primário, e as que desejassem continuar seus estudos se encaminhavam, em sua maioria, para cursos superiores de licenciatura, artes, nutricao, museologia, etc. A partir da década de 90, esta classificação mudou muito. A classificação antiga virou história.

Minha amizade com Bulgarelli é daquele período do ginásio e prosseguiu por muitos anos. Nossas mães também se conheciam e isto era um valor na época; as amigas continuarem por gerações. Bulgarelli às vezes ia comigo, no domingo, à casa de meus pais, na Posse; e ele me dizia brincando que a coisa que ele mais gostava quando ia lá, era o pudim de claras que minha mãe fazia. Mamãe, orgulhosa dos elogios, nunca deixava faltar o pudim, quando o amigo lá ia passar o domingo.

Na época tínhamos interesses paralelos: eu gostava de dançar e Bulgarelli participava de um conjunto⁶³, no qual tocava bateria.

Depois, nossos caminhos tomaram rumos distintos: eu cursei engenharia e saí de Petrópolis para exercer a profissão em diversos lugares; Bulgarelli, ainda jovem, fez concurso

⁶³ Conjunto era uma orquestra pequena, normalmente voltada para música dançante: é o que hoje se chama banda.

para o antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro, BANERJ, foi aprovado, tornou-se funcionário do banco, onde trabalhou até aposentar-se. Acredito que tenha ficado sempre em Petrópolis.

Um detalhe interessante sobre o Bulgarelli, que me foi contado por ele mesmo: disse-me que embora tenha sido bancário a vida toda, não apreciava aquele tipo de trabalho, mas como o salário, as vantagens, a segurança e o horário de trabalho eram muito bons, ele nunca se animou a deixá-lo. Como gostava muito de mecânica fez, à noite, o curso técnico de torneiro mecânico e depois o de frezador e montou uma pequena, mas muito completa oficina, no segundo andar de sua casa. Compensava o trabalho aborrecido do banco com um gostoso lazer à noite. Muitas vezes fui “bater papo” na casa do Buga e o local predileto de nossas conversas era justamente a oficina, lugar que também me era caro, pois sempre admirei muito as máquinas e os trabalhos de mecânica. Mais de uma vez levei meu pai àquela oficina, pois ele também gostava daquele tipo de serviço, e também o meu filho, para conhecer aquela gostosa atividade. Bulgarelli fazia muitos trabalhos em sua oficina, inclusive peças e reparos de motores de aeromodelos.

Além do trabalho no banco e do lazer na oficina, Bulgarelli era um aficionado da numismática e da medalhística. Gostava ainda de soldadinhos de chumbo que reproduziam guerreiros e militares antigos. Tinha também miniaturas em escala de veículos militares. Ele as organizava em mostruários de vidro, ambientados em locais simulando batalhas e deslocamentos em cenários de guerra. Belíssimas miniaturas e cenários.

Bulgarelli era um ativo negociante de moedas e medalhas. Exercia o comércio de “boca em boca”, onde ele telefonava ou escrevia para os clientes e fornecedores fazendo ofertas de compra e venda e possuía também uma banca na feira de selos e moedas, que funcionava antigamente na Praça do Passeio Público, no Rio de Janeiro, aos domingos.

Dele comprei diversas moedas e medalhas. Ele explicava cuidadosamente a formação do preço das peças que vendia, sua importância, os metais de que eram feitas, o estado de conservação, etc. Um comerciante correto, com o qual dava prazer negociar.

Lamentavelmente o amigo César faleceu muito cedo, com cerca de 60 anos, em 1998. Ficou a saudade das conversas sobre trabalhos de oficina, moedas, medalhas, ações filantrópicas que ele praticava, política, família e tanta coisa mais.

A Medalha da Inauguração da Sala Maria Pardos, do Museu Mariano Procópio

Em 16 de outubro de 1993, comprei de César Bulgarelli uma belíssima medalha de prata, comemorativa da inauguração da Sala Maria Pardos, do Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora, MG. A medalha é de formato retangular e tem as dimensões 57 mm por 41 mm. No anverso o busto da artista pintora Maria Pardos Lage e a dedicatória “A grande colaboradora da fundação do Museu Mariano Procópio” ; no reverso alegorias à pintura e a legenda: Museu Mariano Procópio. Inauguração da Sala Maria Pardos. 18-5-929”.

Uma medalha desta natureza traz ao curioso uma série de perguntas, como: quem foi o gravador da medalha?; Que Museu é este?; Quem foi Maria Pardos?, e assim por diante. Optei por começar minhas pesquisas tentando descobrir o gravador da bela medalha. Foi fácil: consultei o Catálogo das Moedas da República, da autoria de Kurt Prober, e vi que o gravador foi Jorge Soubre, e a medalha cunhada na Casa da Moeda, onde Soubre trabalhava. Prober também informou que esta medalha foi citada na Revista da Sociedade Numismática Brasileira, em seu volume V, à página 118.

Ainda conforme Kurt Prober, a medalha teve três versões, de mesmo tamanho: uma versão em prata, com 60 gramas, considerada rara, uma versão em bronze, com 48 gramas, e uma versão experimental em madreperla, da qual foi cunhado apenas um exemplar.



**Museu Mariano Procópio.
Inauguração da Sala Maria Pardos
57 mm X 41 mm
Gravador: Jorge Sobre.
Catálogo Kurt Prober n. 1929-5P**

Acervo do autor.



O artista gravador e escultor Jorge Soubre

Ao iniciar pesquisas sobre o notável gravador da Casa da Moeda, Jorge Soubre, verifiquei que sobre ele havia dois blogs, na internet, editados por suas netas Simone e Marta, com informações bastante completas sobre o artista. Como os blogs são de fácil acesso, bastando para isso que se digite no Google o nome Jorge Soubre e para evitar a simples cópia de matéria alheia, fui à busca de notícias de jornais e revistas, referentes ao artista, querendo trazer material complementar ao das netas. Entretanto “colei” uma ou outra foto, com a permissão das Sras. Simone e Marta, com as quais travei um cordial diálogo.

Jorge Soubre nasceu no Rio de Janeiro em 1891, descendendo de uma família ligada às artes. Seus pais foram Etienne Jean Alexis Soubre e Emilia Rosa Soubre. Estudou na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde depois foi professor. Foi escultor e gravador. Começou sua carreira como aprendiz na Casa da Moeda, onde ingressou em 1905 ⁶⁴. Assinava suas peças com as iniciais JS. ou com J. SOUBRE ⁶⁵. Faleceu em 1934.

Trabalhou e foi professor de outros artistas importantes e a foto mostrada mais adiante apresenta alguns deles. Foi discípulo de Augusto Giorgio Girardet ⁶⁶, considerado o “Pai dos Gravadores Brasileiros”.

Elaborou diversas medalhas e placas, de grandes méritos artísticos e que marcaram importantes eventos.

Soubre também colaborou com revistas e jornais, em artigos sobre numismática e sobre sua difusão.

Medalhas de Jorge Soubre

⁶⁴ Segundo Kurt Prober.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Girardet, foi funcionário da Casa da Moeda. Foi considerado responsável por um erro notável ocorrido com algumas moedas de 500 e de 1000 réis, cunhadas em 1922, comemorativas do primeiro centenário da Independência do Brasil. No exergo, em vez da palavra BRASIL, saiu BBASIL, gerando uma conhecidíssima variante. Esse erro custou demissão de Girardet da Casa da Moeda.

Medalha Sociedade de Geografia do Estado do Rio de Janeiro – Homenagem ao Marquez de Paranaguá. Cunhadas em prata (raríssimas) e cobre em 1908, e em bronze, em 1951. Informações do Catálogo de Medalhas da República, de Kurt Prober. Medalha Nº 1908.37.

Medalha premial do Colégio Militar – Barão do Rio Branco. 24/07/1912. Cat. Kurt Prober nº 1912.11.

Medalha premial do Corpo da Marinha – Saldanha da Gama. Criada pelo Aviso 2866, de 7 de setembro de 1915. Kurt Prober informa que foi cunhada somente em 1923. Cat. K. P. nº 1915.8.

Medalha 1º Congresso Brasileiro de Prótese Dentária. 1919. Cunhada em diversas dimensões e nos metais prata e bronze.

Medalha comemorativa do Centenário da Independência – Homenagem da Casa da Moeda. 1922. O anverso foi gravado por Soubre. Cat. Kurt Prober 1922.30P. Prata e bronze.

Medalha premial Simões Lopes – Escola Superior Agrícola e Medicina Veterinária. 1922. Cat, Kurt Prober nº 1922.87. Cunhada em ouro, prata e bronze.

Medalha comemorativa do Jubileu (50 anos) do Bairro de Vila Isabel. Rio de Janeiro. O anverso foi gravado por Soubre e o reverso por Herminio José Pereira. Cat. Kurt Prober nº 1923.68. Cunhada em bronze. Prober a classifica como rara.

Medalha comemorativa do Centenário do Nascimento de Dom Pedro II – Homenagem do Museu Mariano Procópio - 02/12/1925. Cunhada em ouro, prata e bronze. Cat. Kurt Prober nº 1925.8. Circular, cunhadas com diâmetro 40 mm e 63 mm.

Medalha comemorativa do 8º Congresso de Geografia. Exposição Estado do Espírito Santo. Vitória. 1926. Catálogo Kurt Prober nº 1926.9, Cunhada em bronze prateado.

Medalha premial da Exposição de Agricultura, Indústria e Comércio, Belo Horizonte. Maio/1927. Cunhada em bronze. Cat. Kurt Prober nº 1927.3B.



Atelier de Jorge Soubre.
Jorge Soubre, Arlindo Bastos, Leopoldo Campos, Medeiros Moura.
(Extraída do blog de Marta Soubre, neta do artista)



Medalha Marquez de Paranaguá – Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
Gravador: Jorge Soubre 1908
(Extraída do catálogo do Leilão de abril/2013 – Leiloeiro Público Antonio Ferreira)



Medalha premial do Colégio Militar – Barão do Rio Branco

Gravador: Jorge Soubre 24/07/1912

(Extraída do catálogo do Leilão de agosto/2013 – Leiloeiro Público Franklin Levy)



1º Congresso Brasileiro de Prótese Dentária

Gravador: Jorge Soubre 1919

(Extraída do catálogo do Leilão de janeiro / 2013 – Leiloeiro Público Franklin Levy)



2º Centenário do Cafeeiro no Brasil Grande Prêmio

Gravador: Jorge Soubre 1919

(Extraída do catálogo do Leilão de setembro / 2014 – Detalhes Leilões)

Medalha premial, 2º Centenário do Cafeeiro no Brasil, São Paulo. 1927. Cunhada em prata e bronze. Cat. Kurt Prober nº 1927.20.

Medalha premial, Prêmio Maria Pardos – Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG. 18/05/1928. Cunhada em prata, bronze e alumínio. Cat. Kurt Prober 1928.5.

Anverso da medalha Ao Bravo Delaunay – Homenagem de A Noite, Rio. 1928. Cat. Kurt Prober nº 1928.14. Cunhada em ouro, prata e bronze. O reverso é obra do gravador Leopoldo Alves Campos ⁶⁷.

Medalha “Horace Wells”, do ano 1928, da Associação Central Brasileira de Cirurgiões Dentistas.

Medalha Comemorativa do 1º Centenário da Academia Nacional de Medicina. 30/06/1929. Cunhada em ouro (2 exemplares), prata (50) e bronze (1000). Catálogo Kurt Prober nº 1929.8.

Medalha premial Academia Nacional de Medicina. 30/06/1928. Cunhada em prata e bronze. Cat. Kurt Prober nº 1929.9.

Medalha premial, Prêmio Prof. Miguel Couto. Cunhada em dois tamanhos. Cunhada em prata, chumbo e bronze. Cat. Kurt Prober 1929.25.

Medalha comemorativa do 3º aniversário da Revolução de 1930. Medalha oficial cunhada na Casa da Moeda. Cunhada em ouro (um exemplar), prata (21) e bronze (100). Cat. Kurt Prober nº 930.22.

Medalha comemorativa, Campanha Anti-Amarílica – Homenagem a Clementino Fraga, Rio. Retangular. Cunhada em prata (117), bronze (99) e chumbo (72). Catálogo Kurt Prober nº 1930.28.

Medalha Instituto Histórico de Ouro Preto (MG) - Sócio Fundador. 29/08/1930. Cunhada em prata e bronze. Cat. Kurt Prober nº 1931.5.

⁶⁷ O notável gravador Leopoldo Alves Campos nasceu em Vassouras, RJ, em 19 de maio de 1897, ingressou na Casa da Moeda em 1911. Foi discípulo de Girardet e de Hilarião.

Medalha comemorativa do Centenário de Nascimento do Conselheiro Antonio Ferreira Vianna. 13/05/1932. Cunhada em ouro (92 peças), prata (64 peças) e bronze (73 peças). Cat. Kurt Prober nº 1932. 6.

Medalha José de Mendonça – Homenagem da Classe Médica Brasileira. 19 de maio de 1932. Cunhada em bronze. Cat. Kurt Prober nº 1932. 7B.

Medalha comemorativo Jubileu Profissional do Médico Dr. Cardoso Fonte. Cunhada em prata e bronze. 1932. Cat. Kurt Prober nº 1932.34.

A Medalha da Vitória da Primeira Guerra Mundial. Inter Aliada

Essa medalha foi criada pelo Decreto nº 16074 de 22 de junho de 1923, para homenagear civis e militares que prestaram serviços na 1ª Guerra Mundial (1914-1918).

Em 1919, na Conferência de Paz de Versailles, de 1919, o Marechal Foch propôs e foi aprovada uma medalha para todos os combatentes das forças aliadas. Uma Comissão decidiu que a medalha teria o nome de “Medalha da Vitória”. Bélgica, Brasil, Cuba, Tchecoslováquia, França, Grécia, Itália, Portugal, Romênia, Sião, África do Sul e Estados Unidos aceitaram as decisões de tomar parte na Conferência de Paz e assim o direito de cunhar sua própria condecoração da Vitória. O desenho da medalha, para aquelas nações seria igual, inclusive a fita; o reverso, entretanto, poderia ter inscrições diferentes.

A concepção da medalha coube a Jorge Soubre, e sua cunhagem foi feita pela Casa da Moeda.

O Brasil possui apenas duas condecorações referentes à Primeira Guerra Mundial: A Cruz de Campanha, criada pelo Decreto Legislativo nº 4386, de 10/12/1921 e regulamentada pelo Decreto nº 15600, de 11/08/1922 e a Medalha da Vitória ⁶⁸.

A Medalha da Vitória somente foi efetivamente produzida e distribuída quase dez anos mais tarde.

⁶⁸ Livro Medalhas e Condecorações, elaborado pelo Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.



Medalha Centenário do Nascimento de Dom Pedro II

Gravador: Jorge Soubre 02/12/1925

(Extraída do catálogo do Leilão de julho/2015 – Leiloeiro Público Antonio Ferreira)



Anverso da medalha 'Horace Wells', do ano 1928, da Associação Central Brasileira de Cirurgiões Dentistas. 1928. Gravador: Jorge Soubre.



Anverso da medalha Centenário do Nascimento do Conselheiro Antonio Ferreira Vianna. 13/05/1932. Gravador: Jorge Soubre.



Medalha José de Mendonça – Homenagem da Classe Médica Brasileira. 19 de maio de 1932.



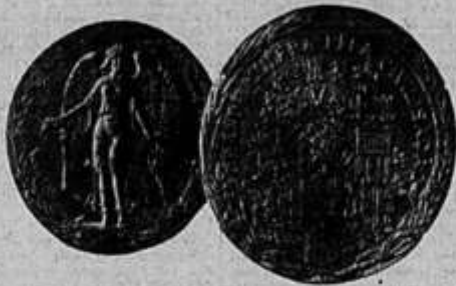
Medalha comemorativo Jubileu Profissional do Médico Dr. Cardoso Fonte. 1932.



Medalha da Vitoria da Primeira Guerra Mundial. Inter Aliada.

**Nove annos para cunhar
— uma medalha —**

A "Medalha da Victoria", instituida para premiar os brasileiros. que participaram da Grande Guerra, ainda não está prompta



O anverso e reverso da "Medalha da Victoria", executada pelo gravador Jorge Sobre

Trechos de artigo sobre a demora de quase 10 annos na fabricaçaõ da Medalha da Vitoria. Correip da Manhã. 20/02/1932

**DEZ ANNOS PARA CUNHAR
UMA MEDALHA**

Instituida a medalha em junho de 1923, em 23 de agosto do mesmo anno o Ministerio da Marinha, que se encarregou de mandar cunhal-a, enviou um officio ao director da Casa da Moeda, pedindo a confeccaõ dos cunhos e o respectivo orçamento para a cunhagem de 5.000 exemplares da

**NO FIM DE DEZ ANNOS AS
MEDALHAS NAO SAO ENTREGUES POR FALTA DE
ARGOLAS**

E o Ministerio da Marinha recebeu as 1.000 medalhas sem as argolas. Reclamou da Casa da Moeda e esta retrucou que o orçamento apresentado era para medalha sem argola... Indagãmos no Ministerio de cães

Placas de Jorge Soubre

Jorge Soubre produziu diversas placas comemorativas que estão espalhadas em diversos locais do Rio de Janeiro, e podemos mencionar:

Placa em Homenagem ao Presidente da República Washington Luiz, na inauguração do viaduto que fica localizado em Cascadura, bairro do Rio de Janeiro. A placa foi inaugurada em 28 de junho de 1930. É de autoria de Jorge Soubre e Leopoldo Campos.

Placa em homenagem a Alcindo Guanabara, inaugurada em 10/09/1930, na Escola Municipal Alcindo Guanabara

Placa em homenagem a Ruy Barboza.

Placa “O Raphael”. 1927.

Placa Homenagem dos funcionários da Caixa Econômica do Rio de Janeiro ao Presidente Epitácio Pessoa. 1922.



O DIA DA IMPRENSA

Será, hoje, inaugurado o retrato de Alcindo Guanabara na escola publica que tem o nome do Principe dos Jornalistas Brasileiros

tres propositos na mais antiga das nossas instituições de classe jornalística, ora dirigida pelo espirito culto e brilhante do nosso confrade Barbosa Lima Sobrinho, ás 15 horas de hoje, na escola publica municipal, que tem como patrono o principe dos jornalistas brasileiros, serão inaugurados um retrato de Alcindo Guanabara, trabalho do pintor José Platka, professor da Escola de Koenigsberg, e uma placa de bronze commemorativa, executada pelo artista Jorge Soubre. Placa e retrato foram offerecidos pelo Sr. Romeu Feital, alto funcionario publico, amigo e admirador de Alcindo Guanabara.

Por ocasião da inauguração, os alumnos da escola cantarão um hymno especialmente composto para a cerimonia, musica do maestro Francisco Braga, versos do poeta Leoncio Correia.

A Associação Brasileira de Imprensa

Placa em Homenagem a Alcindo Guanabara, inaugurada em 10/09/1930, na Escola Municipal Alcindo Guanabara. No bairro carioca Engenho de Dentro. Trechos do artigo do jornal "O Paiz" de 10/09/1930

O VIADUCTO WASHINGTON LUIS

O PROGRAMMA DAS FESTAS POPULARES

Temos noticiado que a grande comissão do commercio suburbano em signal de reconhecimento ao governo federal pelo serviço que presta á cidade com a inauguração do Viaducto Washington Luis, promo-



José Ignacio Rebello, José Militão de Salles, José Cardoso Bessa, J. J. Corrêa, Manoel Rodrigues dos Santos, Plínio Lopes, Rodrigo da Cunha Mello, Theophilo Salim e José Joaquim da Silva Castro, ficou distribuída nas seguintes sub-comissões:

Recepção de autoridades federaes e municipaes — Gastão de Vasconcellos, José Fernandes Marques, Agostinho Alves de Carvalho, Almerio Coelho da Rocha e Germano Martins.

Recepção á imprensa — Albino Fontinha, Aristides Nunes Costa, Arthur Chaves Ferreira, Francisco Sampalo V. Sobrinho, José Ignacio Rebello e José Militão Salles.

Recepção ás representações do bairro — Antonio Pereira, José Monteiro Barbosa, J. J. Corrêa, Plínio Lopes e Rodrigo da Cunha Mello.

Recepção ás associações, etc. — José Cardoso Bessa, Theophilo Salim, José Joaquim da Silva Castro e Manoel Rodrigues dos Santos.

A presença do presidente da Republica e demais autoridades será annunciada por foguetões de congreve e gyrandolas. As bandas de musica executarão o Hymno Nacional.

Inaugurar-se-á a placa commemorativa, junto á qual o deputado Machado Coelho falará em nome do commercio.

Em seguida, na rampa de acesso,

Placa em Homenagem ao Presidente da República Washington Luiz, na inauguração do viaduto de Cascadura, bairro do Rio de Janeiro.

Artigo de "O Jornal" de 27/06/1930

A PLACA COMMEMORATIVA

A placa em bronze que vai ser inaugurada, para assinalar a construção do viaducto, é de autoria dos professores Jorge Soubre e Leopoldo Campos, laureados pela Escola de Bellas-Artes.

Conseguimos uma photographia de



Ilustração feita especialmente por Jorge Soubre, laureado com vários prêmios pela Escola Nacional de Belas Artes.

Início do artigo do jornal "Correio da Manhã", edição de 23/10/1932.

O museu Mariano Procópio

Em 1854, o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage ⁶⁹ obteve a concessão para construção de uma estrada ligando Petrópolis a Juiz de fora. As obras começaram em 12 de abril de 1856, com a presença do Imperador e da Família Imperial. O primeiro trecho, de Petrópolis a Pedro do Rio, ficou pronto em 1858. O segundo, até a Posse, ficou pronto em 1860, e finalmente a estrada foi concluída, atingindo Juiz de Fora em 1961.

Dom Pedro II inauguraria a estrada, e para isso Mariano Procópio mandou construir um prédio para abrigar o Imperador e sua família, no evento da inauguração. Era a Vila Ferreira Lage. Na verdade, a Vila não ficou pronta a tempo e o monarca só a utilizou mais tarde e outra visita à cidade.

Mariano Procópio faleceu em 1872 e seu vasto terreno e os prédios existentes passaram para seus filhos Frederico e Alfredo. Em sua parte do terreno, Frederico construiu um palacete, que posteriormente vendeu à Estrada de Ferro Central do Brasil, que mais tarde o passou ao Ministério do Exército, vindo a sediar a Quarta Região Militar.

Em sua parte, Alfredo, que era um grande colecionador de obras de arte, que não mais cabiam na Vila Ferreira Lage, iniciou a construção de um prédio, a ela anexo.

Em 1921, com um grande conjunto de peças, incluindo seu acervo e outros doados por importantes personalidades, como a Viscondessa Cavalcante, Duque de Caxias, Afonso Arinos, Rodolfo Bernardelli, etc, e para comemorar o centenário de nascimento de seu pai Mariano Procópio, Alfredo inaugurou um museu, na Vila.

Em 1922, o Museu Mariano Procópio foi oficialmente aberto ao público, inaugurado com um acervo que ocupava tanto a Villa Ferreira Lage quanto o prédio anexo.

A Vila Ferreira Lage e o prédio Mariano Procópio compõem o conjunto arquitetônico do Museu. Além desses prédios o Museu possui um importante conjunto de objetos históricos e artísticos e um amplo acervo natural da flora brasileira e de jardins.

⁶⁹ Mariano Procópio Ferreira Lage, foi um engenheiro, político e homem de negócio Nasceu em 23 de junho de 1821 e faleceu em Juiz de Fora em 14 de fevereiro de 1872. Construiu a primeira estrada macadamizada do país.

A partir de 1934, o Museu foi sendo paulatinamente doado ao Município de Juiz de Fora. A doação se completou em 1936. Alfredo Lage dirigiu o Museu até 1944, quando morreu. É um dos museus mais importantes do Brasil e a maioria de suas peças datam do século 19 e início do século 20. Os móveis e obras de arte refletem o gosto de Alfredo Ferreira Lage. Possui um dos maiores acervos do período imperial brasileiro, com peças provenientes em sua maior parte, do Palácio de São Cristovão, antiga residência de Dom Pedro II.

Alfredo era grande apreciador de pintura e tendo se casado com uma pintora, Maria Pardos, a pinacoteca do Museu é uma das maiores do país. A peça tida como principal é o óleo “Tiradentes Supliciado” de autoria de Pedro Américo.

O museu possui ainda um acervo de armas, brancas e de fogo, e uniformes militares.

Além de arte e história, o museu conta com salas dedicadas a geologia, paleontologia, zoologia e mineralogia. Fósseis, minerais, insetos, frutos secos, sementes e animais empalhados.

A pintora Maria Pardos

A pintora Maria Pardos nasceu na Espanha. Foi aluna de Rodolfo Amoedo. Expôs individualmente em 1914, na Galeria Jorge. Participou do Salão Nacional de Belas Artes onde obteve diversas premiações: menção honrosa em 1913; medalha de bronze em 1914; pequena medalha de prata em 1915 e 1927. Foi companheira de Alfredo Ferreira Lage, com quem fundou o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. O Museu Nacional de Belas Artes e o Museu Mariano Procópio possuem obras de sua autoria.

**Auto retrato de Maria Pardos
Ferreira Lage.
Circa 1918**

**Reprodução de domínio público.
Este retrato encontra-se no no Museu
Mariano Procópio**



**Alfredo Ferreira Lage
Fundador do Museu Mariano
Procópio. Juiz de Fora, MG.**

**Reprodução de domínio público. O autor
faleceu há mais de 70 anos.**

Bibliografia

SANTOS, Dalila; MAIA, Elias da Silva; CARVALHO, Diana Maul de. A Coleção de Medalhas da Faculdade de Medicina da UFRJ: Arquivo, memória, história. In Anais do Museu Histórico Nacional, RJ, volume XLIII. Rio de Janeiro: MHN, 2011.

PROBER, Kurt. Catálogo das Medalhas República. [Rio de Janeiro]: Banco Econômico da Bahia, 1965.

Medalhas e Condecorações. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.

COSTA, Carina Martins. Alfredo Ferreira Lage: o colecionador mineiro e a nostalgia do passado, In Coleções e Colecionadores: a polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

AYALA, Walmir (coordenador). Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos, volume 3. Brasília: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1977.

VIVENDO E APRENDENDO OU QUEM NÃO ARRISCA, NÃO PETISCA

Certa feita, em meados da década de 80, resolvi fazer um passeio à cidade de Areal. Areal ficava perto da casa de meus pais, que moravam em Mata Cavalo, na Posse, onde eu costumava passar o fim de semana, e ir a Areal era um bom programa; passear por aquelas ruas simples, entrar em um barzinho e tomar uma cerveja com meu pai, e é claro dar uma entradinha no pequeno “brechó” de móveis usados do Sr. Cabral. Além de diversos móveis, a maioria em mau estado, havia pequenos objetos, tais como cinzeiros de propaganda, miniaturas de garrafas de bebidas, estampas, bicicletas, peças de veículos, revistas em quadrinhos, etc.

Naquele dia, enquanto meu filho escolhia alguma revistinha de quadrinhos, minha mulher olhava os móveis, eu fazia uma busca numa pilha de quadros, gravuras, etc, para ver se achava alguma coisa interessante.

Para minha surpresa, encontrei uma bonita gravura de Albrecht Dürer⁷⁰, assinado com o clássico A maiúsculo e de grande tamanho e um D menor, dentro do A.



Com certeza era uma gravura, com matriz de aço ou cobre, a julgar pela marca no papel, contornando a área gravada. Porém, dificilmente seria uma peça original; apesar das marcas de “ferrugem” (fungos que mancham o papel com um tom amarronzado), o estado do

⁷⁰ Albrecht Dürer nasceu em Nuremberg em 1471 e faleceu em 1528, na mesma cidade. Foi um pintor e gravurista notável, além de ilustrador, arquiteto e matemático. É considerado o mais famoso artista do renascimento nórdico.

papel estava muito perfeito para ser uma peça com cerca de 500 anos. E o que estaria fazendo em Areal uma raridade daquelas?

Resolvi ariscar e comprei a gravura, que estava numa moldura modesta, incompatível com uma peça linda e valiosa.

Aí começou uma agradável e instrutiva peregrinação.

Inicialmente fui à Copacabana e procurei o meu amigo Paulo Affonso, do Antiquário Snob, para ouvir sua opinião. O Paulo, olhou, examinou cuidadosamente a gravura, que eu já tinha tirado da moldura para facilitar a apreciação, e depois de um bom tempo de prosa sobre gravuras, disse-me: “eu não sou um grande conhecedor deste tipo de gravura, mas sugiro que você a leve a uma conhecida minha, do Museu Nacional de Belas Artes.”

De Copacabana fui ao centro do Rio de Janeiro, entrei no belíssimo prédio do MNBA e procurei a tal senhora. Ela me atendeu com grande simpatia, examinou cuidadosamente a peça e deu-me seu veredito: não tinha conhecimentos suficientes para dar informações sobre a gravura. Mas deu-me uma informação preciosa: a bibliotecária encarregada das obras raras da Biblioteca Nacional era perita em obras de Dürer e com toda certeza responderia a qualquer dúvida que eu pudesse ter sobre a minha gravura.

Parti para a Biblioteca Nacional, que por sorte era próxima ao Museu. Lá chegando fui conduzido a uma ampla sala, com paredes cobertas de estantes com livros e alguns funcionários trabalhando em escrivaninhas. Um belo balcão, se não me falha a memória de mármore, me separava dos funcionários. Uma jovem me atendeu e eu perguntei pela bibliotecária encarregada da seção.

Veio atender-me uma senhora, já de bastante idade, cujos olhos brilharam quando eu lhe falei de Dürer e mostrei-lhe a gravura, *pivot*, da história.

Após olhar reverentemente a gravura, ela me disse:

“Com certeza é uma gravura de Dürer, da matriz original; entretanto, o papel indica que não foi produzida na época da vida do gravador. É uma edição bem mais recente, da chapa original. Até hoje são feitas edições, embora em pequeno número. É uma gravura com no

máximo cem anos, de boa qualidade, original, e gravada sobre um papel também de boa qualidade e bem conservado.”

“Para que você possa comparar com uma gravura de Dürer, contemporânea do autor, eu vou mostrar-lhe uma.”

Disse-me isto e dirigiu-se ao cofre onde aquelas preciosidades eram guardadas. Enquanto isso, a jovem que havia me atendido inicialmente aproximou-se e me disse em voz baixa: “trabalho aqui há muitos anos e é a primeira vez que a vejo mostrar alguma coisa contida no cofre. Eu mesma nunca vi nada ali guardado.”

A senhora trouxe-me a gravura original e pude constatar que realmente o papel da época de Dürer era bem diferente. Afinal, tinha ele uns quinhentos anos. Fiquei muito grato à senhora bibliotecária, pois dificilmente teria oportunidade de ver outra peça semelhante, uma vez que as gravuras são frágeis e, assim, as de maior valor e antiguidade raramente são expostas.

A bibliotecária me disse que a minha gravura também era boa e que valia a pena submetê-la a um processo de limpeza e de retirada de fungos e manchas, antes de emoldurá-la ou guardá-la. Deu-me então o endereço de uma senhora, de nome Aldeli Memória, especialista em recuperação de obras de arte em papel e que recentemente havia voltado de um curso sobre o assunto, na Europa.

Voltei à Copacabana e consegui falar com a Sra. Aldeli no mesmo dia. Ela conhecia bastante sobre a obra de Dürer e tinha, inclusive, uma pequena gravura de autoria do artista. Também de tiragem recente. Lá deixei minha gravura para ser restaurada e o trabalho ficou excelente. Se a gravura, mesmo com as pintinhas de ferrugem já era bonita, depois da limpeza ficou linda.

Entretanto, o que eu queria mesmo era ter encontrado uma raridade. Arrisquei, mas não tive o sucesso desejado. Coloquei uma bela moldura e um *passé-partout* na gravura e dela me desfiz, com um pequeno lucro.

Se não tivesse arriscado, não teria petiscado uns bons conhecimentos e não tido uma experiência tão interessante.